



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES – CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ANDRÉIA LYSIK VIEGA

**OS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI E A ITAIPU: A CONSTRUÇÃO DO "VAZIO
DEMOGRÁFICO" NO OESTE DO PARANÁ E SUA REPRODUÇÃO NA
IMPrensa COMO MEIO EDUCATIVO INFORMAL**

CASCAVEL – PR
2022



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES – CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ANDRÉIA LYSIK VIEGA

**OS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI E A ITAIPU: A CONSTRUÇÃO DO "VAZIO
DEMOGRÁFICO" NO OESTE DO PARANÁ E SUA REPRODUÇÃO NA
IMPrensa COMO MEIO EDUCATIVO INFORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração Educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientador:
Prof. Dr. Alexandre Felipe Fiuza.

CASCADEL – PARANÁ
2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

VIEGA, Andréia Lysik
OS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI E A ITAIPU: A CONSTRUÇÃO DO
"VAZIO DEMOGRÁFICO" NO OESTE DO PARANÁ E SUA REPRODUÇÃO NA
IMPRESA COMO MEIO EDUCATIVO INFORMAL / Andréia Lysik VIEGA;
orientador Alexandre Felipe FIUZA. -- Cascavel, 2022.
130 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. Avá-Guarani. 2. Educação Informal. 3. Vazio
Demográfico. 4. Oeste Paranaense. I. FIUZA, Alexandre
Felipe, orient. II. Título.



ANDRÉIA LYSIK VIEGA

**OS INDÍGENAS AVÁ-GUARANI E A ITAIPU: A CONSTRUÇÃO DO VAZIO
DEMOGRÁFICO NO OESTE PARANAENSE E SUA REPRODUÇÃO NA
IMPRESA COMO MEIO EDUCATIVO INFORMAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa História da educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Felipe Fiuza'.

Orientador(a) - Alexandre Felipe Fiuza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paulo Humberto Porto Borges'.

Paulo Humberto Porto Borges

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Giovanni Jose da Silva'.

Giovanni Jose da Silva

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

Cascavel, 25 de outubro de 2022

Às mulheres e homens que lutam pela
libertação nacional e social de seus
povos com um horizonte anticapitalista,
anti-imperialista e anticolonialista.

AGRADECIMENTOS

À Unioeste, ao Programa de Mestrado em Educação (PPGE), professoras e professores, servidoras e servidores, pela oportunidade de estudo ofertada.

À Pró-Reitoria de Extensão da Unioeste, à Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, ao Programa Ciências Sem Fronteiras e ao professor Paulo Humberto Porto Borges, pela possibilidade de participar de um Projeto de Extensão com os povos originários do Paraná durante a graduação, fundamental para minha formação acadêmica e pessoal.

Aos Avá-Guarani do Oeste do Paraná, que me acolheram, ensinaram-me e seguem me ensinando sobre suas vivências.

Ao meu orientador, professor Alexandre Felipe Fiuza, pelo apoio, paciência e sensibilidade no percurso da pesquisa. Aos professores da banca de qualificação e defesa, Giovani José da Silva e Paulo Humberto Porto Borges, pelas valiosas contribuições e apontamentos.

Aos colegas de turma, em especial ao colega e amigo Bruno Amado, que esteve presente desde os estudos para ingresso no Programa.

Aos meus familiares, em especialmente meus pais, Maria Cristina Scheffel Lysik e Luiz Lysik, pela esperança e força, e ao meu irmão, Matheus Lysik, pelo exemplo de persistência.

Ao meu companheiro de vida, Andrei Paulo Lysik Viega, por ter me acompanhado pacientemente com todo carinho no processo da pesquisa.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para tornar esta pesquisa realidade, em especial à Regina Krauss, Diangela Menegazzi, Liliam Faria, Cleyton Ficher, Valdecir Gonçalves e Marcelo Dembogurski. O apoio cotidiano de vocês foi imprescindível.

Há 500 anos que “o índio é aquele que deve morrer”. 500 anos proibidos para esses povos classificados com um genérico apelido, negadas as identidades, criminalizada a vida diferente e alternativa. 500 anos de sucessivos impérios invasores e de sucessivas oligarquias “herdeiras da secular dominação”. 500 anos sob a prepotência de uma civilização hegemônica, que vem massacrando os corpos com as armas e o trabalho escravo e as almas com um deus em exclusiva. Por economia de mercado, por política imperial, por religião imposta, por bulas e decretos e portarias pseudocivilizados e pseudocristãos. Já se passaram, então, 500 anos para aquele povo de povos que tinha que morrer e finalmente, mesmo continuando as várias formas de extermínio, “os povos indígenas são aqueles que devem viver”.

O sonho da Terra Sem Males,
Conselho Indigenista Missionário

VIEGA, Andréia Lysik. **Os indígenas Avá-Guarani e a Itaipu: a construção do "vazio demográfico" no Oeste do Paraná e sua reprodução na imprensa como meio educativo informal**. 2022. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: História da Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2022.

RESUMO

Os indígenas Avá-Guarani ocupam tradicionalmente a Tríplice Fronteira entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina, contradizendo o imaginário reproduzido e ressignificado de "vazio demográfico". Com a instauração de um grande projeto estatal no Oeste do Paraná para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975-1982), durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), ocorre mais um processo de desconstrução do território indígena, por meio de sua proposital invisibilização, escamoteada pelo discurso de progresso econômico e pelo hipotético caráter neutro dessas ações. Tendo isso em vista, partindo de pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se refletir como os indígenas foram apresentados, construídos e reiterados; ou não, na imprensa regional. Sobre tal representação presente na fonte periódica, em âmbito teórico-conceitual, parte-se do pressuposto de que estes documentos derivam de interesses contraditórios e situados historicamente. Para tanto, tomou-se como objeto de análise os jornais *Diário da Tarde*, *O Paraná*, *Nosso Tempo* e o boletim *Luta Indígena*. Tal produção, por sua vez, foi tomada nesta dissertação como um meio formativo da população, principalmente por manejar elementos constituintes da educação informal. Estes documentos nos permitiram visualizar características distintas empregadas na imprensa, de acordo com sua incumbência, que produz representações dos Avá-Guarani. Percebeu-se, também, a educação informal como espaço de luta ideológica na contemporaneidade, onde é atribuído, dialeticamente, ameaças de dominação/reprodução e anseios de transformação da realidade social.

Palavras-chaves: Avá-Guarani; Oeste Paranaense; Vazio Demográfico; Itaipu Binacional; Educação Informal.

VIEGA, Andréia Lysik. **The Avá-Guarani Indian and Itaipu: the construction of the "demographic void" in Western Paraná and its reproduction in the press as an informal educational medium.** 2022. 130 p. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education. Concentration area: Education, Research Line: History of Education, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2022.

ABSTRACT

The Avá-Guarani indigenous people traditionally occupy the Triple Frontier between Brazil, Paraguay and Argentina, contradicting the imagery and resignifying the "demographic void" – a low population density area. With the establishment of a large state project in western Paraná for the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant (1975-1982), during the period of the civil-military dictatorship (1964-1985), another process of deconstruction of the indigenous territory took place, through its deliberate invisibilization, concealed by the speech of economic progress and the hypothetical neutral character of these actions. Taking into consideration that, based on bibliographical and documentary research, we seek to reflect on how the indigenous people were presented, constructed and reiterated; or not, in the regional press. Regarding such representation present in the periodic journals, in a theoretical-conceptual scope, it is assumed that these papers derive from contradictory and historically situated interests. For that, we took as object of analysis the newspapers *Diário da Tarde*, *O Paraná*, *Nosso Tempo* and the *Luta Indígena*. Such production, in the order hand, was taken in this dissertation as an informative means of the population, mainly by handling constituent elements of informal education. These documents allowed us to visualize distinct characteristics employed in the press, according to its task, which produces representations of the Avá-Guarani. Also, we perceived that the Informal education acts like a space for ideological struggle in contemporary times, in which it is attributed, dialectically, threats of domination/reproduction and yearnings for the transformation of social reality.

Keywords: Avá-Guarani; Western Paraná; Demographic Void; Itaipu Binacional, Informal Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITAIPU	Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional
MINTER	Ministério do Interior
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa com a localização dos povos Guarani na Tríplice Fronteira	16
Figura 2 - Oguata Porã Guarani (boa/bela caminhada em Guarani)	17
Figura 3 – Lago de Itaipu em anúncio	18
Figura 4 – Mapa do Paraná (1912)	44
Figura 5 – Mapa Etno-histórico do Estado do Paraná (1944)	44
Figura 6 – Sobreposição aproximada do atual mapa do Paraná e a localização das reduções indígenas da Província do Guairá	49
Figura 7 – Croqui com a localização do Tekoha Ocoy-Jacutinga	63
Figura 8 – Mapa da localização do Tekoha Ocoy-Jacutinga.....	64
Figura 9 – Francisca Viliálva, Ocoy-Jacutinga (1980)	68
Figura 10 – Famílias constatadas pela Itaipu em 1982.....	71
Figura 11 – Chegada em São Miguel do Iguaçu (1982).....	73
Figura 12 – Terra Indígena em São Miguel do Iguaçu	74
Figura 13 – Logotipo do jornal Diário da Tarde (1933).....	82
Figura 14 – Logotipo do jornal O Paraná (1977)	82
Figura 15 – Logotipo do jornal Nosso Tempo (1980)	83
Figura 16 – Logotipo do boletim Luta Indígena (1983).....	83
Figura 17 – "Índio esfomeado tenta comer pessoas"	85
Figura 18 – Indígena citado na coluna social	87
Figura 19 – Espera por demarcação das terras indígenas	88
Figura 20 – Estudantes caracterizados para o "Dia do Índio"	90
Figura 21 – "O problema do índio no Brasil"	91
Figura 22 – "Padre critica política do índio"	92
Figura 23 – "Lembrando o primeiro dono das terras"	93
Figura 24 – "Amop elogia Itaipu nas desapropriações"	94
Figura 25 – Representação indígena por meio da fotografia	95
Figura 26 – Representação indígena por meio da fotografia	96
Figura 27 – Dilema do reconhecimento de territórios indígenas	99
Figura 28 – "Último aviso de Itaipu".....	100
Figura 29 – "Apoio aos Avá-Guarani"	101
Figura 30 – Mapa localizando Ocoy-Jacutinga	103
Figura 31 – Partida de Ocoy-Jacutinga	104
Figura 32 – Indicadores de "indianidade"	105
Figura 33 – Operação "Mymba Kuera"	106
Figura 34 – Recursos operação "Mymba Kuera" e indenizações para famílias indígenas.....	107
Figura 35 – Mapa do Paraná.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Terras Indígenas Guarani recentemente invadidas e ocupadas no século XX no Oeste paranaense	62
Quadro 2 – Reocupações Avá-Guarani no Oeste do Paraná	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. EDUCAÇÃO INFORMAL E IDEOLOGIA	24
1.1. CONCEPÇÃO AMPLIADA DE EDUCAÇÃO.....	25
1.2. A IMPRENSA NA CRIAÇÃO DISCURSIVA DA HISTÓRIA.....	33
1.3. USO DE PERIÓDICOS E IMAGENS COMO FONTES.....	39
2. A BUSCA PELA TERRA SEM MALES NO OESTE PARANAENSE	43
2.1. OBRAGEROS, MENSUS E COLONOS.....	53
2.2. OS AVÁ-GUARANI NO OESTE PARANAENSE.....	56
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES	81
3.1. JORNAL “DIÁRIO DA TARDE”.....	84
3.2. JORNAL “O PARANÁ”.....	88
3.3. JORNAL “NOSSO TEMPO”.....	96
3.4. BOLETIM “LUTA INDÍGENA”.....	101
3.5. IMPRENSA INTERNACIONAL.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	114
GLOSSÁRIO	120
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

A trajetória de povos indígenas durante a ditadura civil-militar brasileira¹ (1964-1985) revela a jornada de grupos que foram pressionados em seus próprios territórios, baseada na promessa de uma suposta vida melhor. Essa história reúne a narrativa de povos indígenas, pesquisadores e pesquisadoras, missionários e missionárias, agentes históricos e militantes, que correram riscos para colocar incertezas referente à pauta indígena em questão, sobretudo para interromper um suposto avanço econômico e social, que não considerasse a diversidade cultural² do país.

Apesar de todos os seus entraves, é também o retrato de como o Estado brasileiro garantiu direitos aos povos indígenas, ainda que, neste processo, tenha manifestado inúmeras negligências, que acabaram por aniquilar centenas de vidas. Cabe dizer, foi somente com grande mobilização social, segundo Dias e Capiberibe (2019), através da Constituição Federal de 1998, que foi admitido “permanecerem distintos da sociedade nacional, de manterem sua organização social, língua e cultura; assumiu também que seus direitos coletivos sobre as terras que ocupam são originários, isto é, precedem a própria constituição do Estado” (p. 11). Pela primeira vez na história da República passaram, portanto, a contar com um capítulo específico no qual direitos foram reconhecidos³.

Nesse processo histórico, anteriormente à mobilização social em torno da definição dos direitos indígenas, o “índio”, como vulgar e popularmente foi chamado, vivia numa condição transitória destinada à sua extinção. Tratava-se de um projeto de emancipação, onde os povos indígenas eram tutelados pelo Estado até que completassem o processo de “aculturação”, momento no qual perderiam direitos à

¹ Faremos uso do termo ditadura civil-militar nesta dissertação entendendo que houve apoio e participação direta de parte da sociedade civil no governo militar, na qual se destacam a Igreja Católica, as elites e parte da mídia e da classe média (FAUSTO, 1995). Não obstante, considera-se igualmente o papel protagonista dos militares em todo este processo, o que possibilitou a manutenção da ditadura por 21 anos, mediante o uso da força e de ameaças capitaneadas pelas Forças Armadas.

² Compreendemos cultura numa definição ampla, desde as mentalidades e representações, até artefatos produzidos e utilizados pelos grupos e indivíduos (BURKE, 2003, p. 16).

³ Na Constituição de 1988, são dois artigos que, curtos, anunciam, desde então, as bases dos direitos dos povos indígenas brasileiros. São eles o 231 e o 232, que estão no Capítulo VIII, “Dos Índios”, no Título VIII, “Da Ordem Social”. Na primeira Constituição Republicana os povos indígenas não eram sequer citados.

terra e passariam a integrar a comunhão nacional, como trabalhadores e trabalhadoras do campo. Ou seja, com esse projeto, pretendia-se que o "índio" passasse a ser "brasileiro", deixando de ter tutelado pelo Estado, perdendo usufruto e permanência de suas terras.

Esse é um ponto importante para começarmos a explicar a razão da luta pela terra ser uma das principais pautas dos povos indígenas, sobretudo para os Guarani. Para eles, a terra possui um valor simbólico, diferente da forma que a "sociedade nacional" compreende, pois "[...] a concepção de território Guarani possui suas particularidades e está diretamente relacionada ao modo de vida próprio à sua cultura" (ROSA, 1999, p. 32). Pertencentes à família linguística Tupi-Guarani, os povos Guarani são identificados pelos subgrupos Kaiowá, Ñandeva e Mbyá⁴, classificação estabelecida pelas especificidades de cada grupo, sobretudo relacionada à língua e cultura material.

Os levantamentos de Carvalho (2013) e Rosa (1999) apontam que, na atualidade, os Kaiowá se concentram predominantemente no Sul do Mato Grosso do Sul e na área contínua no país vizinho, o Paraguai. Já os Ñandeva no Oeste e Norte do Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e no Paraguai. Enquanto os Mbyá no litoral do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, no Leste do Paraguai e no Norte dos países Argentina e Uruguai.

Neste trabalho, tratamos dos Ñandeva do Oeste do Paraná, que se autodenominam "Avá-Guarani"⁵. É importante ressaltar, ao pensar no recorte espacial, que não se pode desconsiderar a particularidade da ocupação desse espaço pelos indígenas (Figura 1). O Oeste paranaense está localizado na região da Tríplice Fronteira, formada por Brasil, Paraguai⁶ e Argentina, por suposto, uma divisão arbitrária, se levarmos em consideração as populações indígenas que viviam na região, antes e depois da chegada dos conquistadores europeus.

⁴ Destaca-se que existem diferentes formas de grafia dos termos: Caiuá, Caiová, Kaiowá, Kaiova, Kayoá, Kayowá, Kayová, Kaiwa; Ñandeva, Ñhandeva, Nhandeva, Nandeva, Nandéva; Mbya, M'byá e Mbyá.

⁵ A palavra "Avá" tem significado de "nós", "gente", "homem" ou "humano" para os Guarani.

⁶ Em 2013, o Paraguai oficialmente reconheceu sua dívida histórica com a comunidade Guarani, afetada pela construção de Itaipu, bem como a procedência dos danos e prejuízos, comprometendo-se a promover e acompanhar ações para contemplar a reivindicação territorial. Disponível em: <http://www.conapi.org.py/documentos/28/resolucion_a_favor_de_los_ava_paranaenses_2.pdf/>.

Os Avá-Guarani, que já vinham sofrendo pressões desde o início da colonização, foram impactados sob o peso da ditadura, com uma das principais obras de infraestrutura do governo militar: a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (1975–1982). A obra integra as modernas dinâmicas econômicas do capitalismo, tendo como principais investidores o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco de Desenvolvimento do Governo Alemão, Governo do Brasil e o Estados Unidos da América (CARVALHO, 2013).

A relação entre a população indígena e não-indígena é historicamente conflituosa, sendo secular. De forma a discutir essa relação que se reflete na imprensa local e regional, ilustramos o slogan dos jornais da década de 1980, com o lema da Itaipu *O futuro chega com toda força* (Figura 3): "De fato, o futuro chegou com toda a força: para alguns representou dinheiro e poder; para o povo Guarani, se revelou um futuro desastroso, esbulho das terras e mais violência [...]" (BRIGHENTI, 2020, p. 14). Até os dias de hoje, uma história pouco conhecida, mas que mudou de forma significativa a trajetória de vida de muitos sujeitos e se transformou num importante marco na luta dos movimentos sociais no Brasil.



Figura 3 – Lago de Itaipu em anúncio
Fonte: Jornal “O Estado do Paraná”

Para compreender a legitimidade da luta pela terra dos Avá-Guarani é preciso entender sua história e, nela, a origem do não reconhecimento de seus direitos territoriais. Fato é que, desde a colonização, a política brasileira é implementada de forma que não comprometa, sobretudo, os grandes projetos econômicos de uma pequena parcela da população brasileira. Assim, com o projeto da Usina de Itaipu, não foi diferente: indígenas e populações locais não-indígenas⁷ foram expulsas, com a finalidade de liberar a terra para a construção da Hidrelétrica.

Nesse sentido, a presente proposta de pesquisa busca refletir sobre como os Avá-Guarani do Oeste do Paraná foram descritos, representados e narrados pela imprensa no período da construção de Itaipu. Partindo do pressuposto de que um fato não se constitui de forma isolada, mas se torna possível na medida em que é entendido em seu contexto histórico, outros interesses investigativos se constituem, como: discutir o papel da imprensa em uma produção discursiva, bem como sua relação com os discursos históricos que vão se cristalizando. Na mesma direção, entender como essas versões históricas também se relacionam à uma concepção ampliada de educação, interagindo, simultaneamente, no âmbito da luta de classes, inerente a este processo.

A pesquisa começou a ser construída a partir de visitas às aldeias Avá-Guarani da região Oeste do Paraná, enquanto realizava graduação em Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Cascavel. Ao longo dos quatro anos de curso, participei de eventos, grupos de estudos e projetos de extensão que me permitiram conhecer mais detalhadamente a história e a resistência dos povos originários. Estudando, encontrei uma fonte de inspiração e provocações acerca da produção historiográfica brasileira que me ampliou horizontes, com a qual também pude perceber alguns pontos de hiato na historiografia e no ensino de história local. Poderia dizer que se produziu também uma espécie de “vazio historiográfico”, este, de fato, perceptível na realidade concreta. Além disso, em decorrência do meu trabalho com comunicação popular, passei a buscar entender qual o impacto e a influência que a imprensa produz historicamente. Logo, este estudo pode oferecer indicações para refletir sobre a atualidade brasileira e, mais especificamente, acerca da formação do senso comum relativo aos Avá-Guarani.

⁷ Se constituem nos chamados popularmente “atingidos por barragens”.

Considerando que a educação informal permeia a sociedade, vinculando-se aos processos formativos sem uma aparente intencionalidade, e que “a mídia atua na modificação dos estados mentais e afetivos das pessoas não apenas pela propaganda, mas também disseminando saberes e modos de agir [...]” (LIBÂNEO, 2005, p. 27), auxiliando, portanto, na manutenção da ideologia⁸ e reproduzindo e constituindo imaginários, torna-se relevante a análise de representações sociais e o discurso sobre o indígena em jornais.

Assim, partindo do pressuposto de que os documentos oficiais, e o que é vinculado na imprensa, derivam de interesses contraditórios, encontramos na história regional produções que repercutem a interpretação ideológica de um "vazio demográfico" ou um "sertão vazio", pautando o sistema de colonização da região e, por consequência, ignorando a existência de populações tradicionais do Paraná (MOTA, 2008). No entanto, dialeticamente, observa-se a preocupação de pesquisadores com os Guarani, o que se expressa, por exemplo, na produção acadêmica arrolada.

Em pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), foram encontrados trabalhos de significativo valor sobre a temática e bastante úteis a esta dissertação. Dentre os trabalhos pesquisados, os estudos de Carvalho (2013), Teao (2015), Cabral (2016) e Sérvulo (2020) contribuíram em grande medida para o processo de pesquisa, já que se tratam de pesquisadores que se debruçaram sobre produções que contrapõem a tese de territórios vazios.

Sérvulo (2020) desconstrói a tese do vazio demográfico na história do Município de Colorado, no Norte do Paraná, afirmando que a mesma “[...] não se sustenta diante de uma análise histórica e arqueológica mais comprometida com os dados e as fontes” (p. 17), discutindo a importância da história regional comprometida com fatos, para além de avanços econômicos.

Por isso, justifica-se a importância do recorte deste trabalho, considerando que, segundo Carvalho (2013), apenas uma população Guarani havia resistido a esses avanços no oeste paranaense: os Avá-Guarani da antiga aldeia Jacutinga. Essa, que veio a ter o restante do território inundado para dar espaço a Usina Hidrelétrica de Itaipu, e são interpelados até os dias de hoje pelas consequências dos impactos. Teao (2015), que pesquisa os Guarani Mbyá, ressalta a resistência dos

⁸ Ideologia como falsa consciência, conforme Marx e Engels em "A Ideologia Alemã" (1998).

povos Guarani que, apesar das significativas perdas, organizam-se e lutam por seus direitos, trazendo consigo sua crença, língua, parte de sua cultura e identidade. Não obstante, Cabral (2016) traz uma importante consideração: "Mesmo sendo referidos por muitos estudiosos, cronistas, historiadores, antropólogos, entre outros, os Guarani nunca foram vistos como personagens principais da historiografia da região" (p. 88).

Buscando a compreensão do indígena enquanto sujeito, faremos uso da etno-história ao longo desta pesquisa, que nos aponta a necessidade de considerar as tradições orais e os etnoconhecimentos produzidos pelos povos tradicionais. John Monteiro (1999), ao abordar o indígena nos processos sócio-históricos, afirma:

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam. (p. 248).

Pensando na complexidade do sujeito indígena, Borges (2016), por sua vez, destaca a história oral como um dos principais instrumentos metodológicos do pesquisador que atua com os povos originários, a fim de valorizar a historicidade: "Em especial, em momentos e períodos de disputa histórica, como é o caso do Paraná, no qual, existe farta documentação oficial que aponta para a inexistência de povos indígenas no oeste do estado [...]" (p. 72). Assim sendo, buscaremos demonstrar que o indígena, enquanto sujeito histórico, se contrapôs à ocupação de seus territórios, identificou a chegada de novos sujeitos e desenvolveu estratégias de resistência, não sendo meros espectadores diante da expansão das sociedades não indígenas sobre seus territórios.

Ao tomarmos como fonte histórica a imprensa periódica, há que se ressaltar a particularidade de o jornal estar impregnado de historicidade, cumprindo um papel importante no curso da história, na medida em que, assim como outras práticas discursivas, constitui-se a partir da veiculação de vozes da sociedade, construindo e mantendo valores. Ainda que se autorrepresentem como suportes de uma informação pautada na neutralidade, se sabe que estes meios disseminam os interesses dos que os controlam ou os financiam.

A partir do discurso midiático em veículos de circulação regional, serão analisadas as formas de categorização do indígena para e na sociedade,

evidenciando estruturas de significados da narrativa jornalística – que vem sendo produzida para construir, sublimar e/ou naturalizar/justificar violências físicas e simbólicas em relação aos Avá-Guarani. De princípio, para se pontuar o recorte temporal, segue breve apresentação sobre os documentos selecionados:

- A. *Jornal Diário da Tarde – 1889 - atual*: folha de maior período em circulação no Paraná, atualmente disponível na Hemeroteca Digital.⁹ As seguintes palavras-chaves foram utilizadas durante a pesquisa para filtrar os materiais: Funai, Guarani, Jacutinga e Itaipu.
- B. *Jornal O Paraná – 1976 - atual*: jornal diário tradicional do Oeste paranaense, tendo linha editorial pautada na defesa das grandes bandeiras de cunho expansionista. Possui uma volumosa massa de notícias ligadas à Itaipu, mormente de caráter enaltecedor.¹⁰
- C. *Jornal Nosso Tempo – 1980 a 1994*: idealizado por Aluizio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo, trata-se de um jornal da cidade de Foz do Iguaçu, estratégica no contexto nacional e que vivia agitada com a construção da Usina de Itaipu, com uma linha editorial de crítica à ditadura militar.¹¹
- D. *Boletim Luta Indígena*: Informativos produzidos pela Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que posteriormente serviam como base para divulgação a nível nacional no Jornal “O Porantim”.

Em termos de organização e sistematização da pesquisa, é importante pontuar que a dissertação está estruturada em seções, de modo a facilitar a leitura e compreensão do assunto abordado. Nesse propósito, a primeira seção tem como objetivo compreender a influência da criação narrativa da comunicação de massas no contexto educacional, mediante análise das estruturas sociais e da saturação de

⁹ A Hemeroteca Digital é um portal da Biblioteca Nacional Digital que disponibiliza periódicos de diferentes períodos da história, para pesquisa pela internet, a jornais, revistas, anuários, boletins e publicações seriadas: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemerotecadigital/>>.

¹⁰ O acervo completo para consulta foi encontrado no Arquivo da Biblioteca Municipal de Cascavel, encadernado por ano de publicação.

¹¹ Logo na primeira edição, o jornal apresentou críticas à tortura utilizada pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), à delegacia de Foz do Iguaçu, à crise econômica e à Itaipu. Apontando, inclusive, que os primeiros dados sobre a presença humana no Parque Nacional estão ligados aos Guarani. Atualmente o jornal está disponível online: <<http://www.nossotempodigital.com.br/>>.

hipóteses que permeiam o cenário da pesquisa. Para isso, faz-se uso do método materialista histórico dialético, que contempla a análise de categorias sociais, fundamentação histórica, análise social e as relações inerentes ao sistema capitalista. Não obstante, o escopo teórico desta pesquisa se alarga ao encontrar nos procedimentos metodológicos, inerentes à pesquisa etnográfica, um importante norte; dada sua prevalência nas pesquisas históricas sobre os povos originários e sua maior acuidade na análise das formações societárias.

Na segunda seção, trataremos da caracterização espacial e cultural Avá-Guarani e o processo de colonização no Oeste do Paraná, a fim de desenvolver um panorama das formas de resistência adotadas pelos indígenas, perpassando também por aspectos gerais do recorte temporal em questão: a construção da Itaipu; a ditadura civil-militar brasileira e o processo de invisibilização dos povos originários.

Na terceira e última seção, procura-se responder às questões referentes ao retrato que a imprensa fez dos Avá-Guarani no período da construção da Usina, permitindo analisar os aspectos ideológicos dos textos jornalísticos, uma vez que, negar a interferência em sua produção, dos interesses sociais, políticos e econômicos, é o mesmo que acreditar na neutralidade das matérias que são publicadas hoje.

1. EDUCAÇÃO INFORMAL E IDEOLOGIA

Na última década e meia houve significativos avanços das ações afirmativas na educação brasileira. Expressão desse avanço é a Lei Federal nº 11.645/2008 que, de acordo com seu preâmbulo, “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...] para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.’”¹² A Lei, no entanto, não é garantia de que, na prática, isso aconteça; ou ainda, que professores e professoras tenham os elementos fundamentais em sua formação para ensinar.

A legislação, por sua vez, aponta para uma quebra de paradigmas na medida em que estabelece novos olhares para o passado; desta vez, observando a diversidade étnica e rompendo com uma visão oficial e eurocêntrica. Sobre esse âmbito tradicional da história, como asseveram os pesquisadores Giovani José da Silva e Marinelma Costa Meireles, importantes e históricas contribuições de indígenas, afrodescendentes e migrantes de outras partes do mundo não europeu são desconsideradas, e o Ensino de História "ainda é pautado pelo eurocentrismo, pela ideia de que a história do país é apenas uma derivação da chamada expansão europeia" (2017, p. 8).

No contexto da educação, essa problemática é pautada por diferentes autores e autoras que destacam a violência escolar, o papel de formação escolar, as relações entre sociedade, educação e o preconceito; emergindo diferentes concepções em disputa sobre o que deve ser apreendido na história. Trata-se de uma temática complexa, uma vez que não se reduz a uma questão meramente curricular.

Como expressão da realidade social, a escola também tende a reproduzir a violência simbólica e estereótipos que afetam os povos originários e a população afrodescendente; afinal, não está dissociada da sociedade, sendo necessário compreender que os espaços se constituem numa totalidade, o que acontece em um se reflete noutro – e vice-versa. Portanto, esta seção pretende aprofundar os estudos sobre o alcance da educação com as diferentes modalidades: formal, não formal e informal – como se distinguem e se articulam; na busca de discutir os reflexos do debate ideológico no campo educacional pelo viés dos impressos periódicos.

¹² Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

1.1. CONCEPÇÃO AMPLIADA DE EDUCAÇÃO

Se num esforço de abstração pensarmos numa sociedade sem os meios de comunicação, podemos refletir como este consumo, derivado de materiais em jornais, revistas, programas de rádio, televisão e redes sociais, aparentemente inofensivo, é bem mais relevante do que supomos, dado que abrange aspectos educacionais, sociais e econômicos, que compõem o todo social. Isso se dá, pois existem interesses antagônicos na sociedade capitalista, que estão em constante disputa, materializando-se na luta de classes.

A partir do materialismo histórico dialético, compreendemos a educação como produto do desenvolvimento social, estabelecida pelas relações vigentes, que dependem dos interesses e das ações práticas e simbólicas de classe, uma vez que resulta de um processo ligado à transformação ou permanência das relações sociais. Assim, a educação abrange um conjunto de influências que afetam o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

A ciência, por sua vez, se materializa no processo produtivo, através do saber científico e tecnológico, cumprindo um papel fundamental na incorporação do saber aos processos produtivos e de reprodução e produção da vida material. Já a escola, enquanto espaço do saber sistematizado, é a principal forma de educação, logo "[...] a forma escolar passa a ser confundida com a educação propriamente dita. Quando pensamos em educação, automaticamente pensamos em escola. É por isso que se levantam bandeiras em prol da educação, o que está em causa é o problema escolar" (SAVIANI, 1994, p. 157). Isso se dá com o projeto hegemônico da sociedade burguesa, pois não é o mundo do trabalho que caracteriza a educação, mas a escola.

Nessa perspectiva, a idealização da escola como *locus* para a "construção de um mundo melhor", tende a desconsiderar as relações sociais como elemento de determinação. Afinal, frequentemente, o que se leva ao mercado de trabalho é o conhecimento adquirido na escola. Não obstante, o aprendizado advindo da reprodução da existência humana tenderia a indicar a necessidade de mudança, de outra sociedade. À vista disso, para Saviani, "a anatomia da escola é a chave da anatomia da educação" (2008, p. 154-155), assim, as demais formas de educação são compreendidas a partir da educação escolar:

Se a educação escolar é a forma dominante na sociedade atual, compreende-se por que as demais formas de educação, ainda que subsistam na sociedade moderna, passam para um plano secundário, se subordinam à escola e são aferidas a partir da escola. Ocorre aqui com a questão escolar o mesmo fenômeno que Marx descreveu com relação à economia, ou seja, trata-se de compreender as formas menos desenvolvidas a partir das mais desenvolvidas e não o contrário. É nesse sentido que é possível compreender a educação a partir da escola e não o contrário. As formas não escolares de educação têm que ser compreendidas a partir da escola, que é a forma desenvolvida de educação. Este é o fenômeno que observamos hoje em dia, a tal ponto que, quando falamos em escola, temos que fazer a referência sempre pela via negativa: educação não escolar, educação não formal, informal. O critério para entender as demais é a forma escolar. (SAVIANI, 1994, p. 157).

O papel dos processos educativos mencionados é, desde logo, marcado pela contradição entre as classes sociais, sendo a educação escolar dos trabalhadores e das trabalhadoras sua materialização, tendo em vista que fornece conhecimentos em "doses homeopáticas", conforme aponta Saviani (1994), pois subsidia estudantes com elementos técnico-operacionais, por vezes rudimentares e segmentados, para desenvolvimento de sua profissão.

O trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas 'em doses homeopáticas', apenas aquele mínimo para poder operar a produção. [...] É dessa forma que se contorna a contradição. O trabalhador domina algum tipo de saber, mas não aquele saber que é força produtiva, porque a produção moderna coletivizou o trabalho e isso implica em conhecimento do conjunto do processo, conhecimento esse que é privativo dos grupos dirigentes. (SAVIANI, 1994, p. 161).

O modelo capitalista de educação é fundamental para a manutenção de condições de conservação do modelo vigente de sociedade, considerando, por exemplo, o abandono estrutural e de condições de trabalho docente¹³. No entanto, é também por meio da escola que, contraditoriamente, é possível que trabalhadores e trabalhadoras acessem o saber elaborado e sistematizado.

¹³ Outro aspecto a ser pontuado é a redução das disciplinas de humanidades (arte, filosofia e sociologia) na Rede Pública de Ensino Paraná em 2020, para a implementação de disciplinas de exatas, incluindo, inclusive, aulas presenciais com professores EAD (Educação à Distância) nas turmas dos primeiros anos do Ensino Médio.

Por essa razão, Snyders destaca que a luta da classe trabalhadora é, além de possível, necessária. Segundo o pesquisador, trata-se de “lutar para dispor de professores formados, classes pouco numerosas, [...] e ao mesmo tempo denunciar a incompatibilidade destes objetivos com o poder atual e obter de imediato, sem qualquer dúvida, alguns êxitos” (2005, p. 102). Tal qual podemos observar nas lutas históricas em defesa da escola pública, bem como nas reivindicações dos povos indígenas por acesso à rede oficial de ensino e pela consecução de projetos, programas e ações que contemplem suas demandas. Por conseguinte,

A escola não é o feudo da classe dominante; ela é terreno de luta entre a classe dominante e a classe explorada; ela é o terreno em que se defrontam as forças do progresso e as forças conservadoras. O que lá se passa reflete a exploração e a luta contra a exploração. [...] A escola nem é um local de vitória, de libertação já assegurada, nem o órgão voltado à repressão, o instrumento essencial da reprodução; segundo as relações de força, acompanhando o momento histórico, ela é uma instabilidade mais ou menos aberta à nossa ação. (SNYDERS, 2005, p. 102-103).

Trata-se de um espaço de disputa entre diferentes classes sociais, que está presente no cotidiano de estudantes, professores, professoras e profissionais da educação, não apenas no espaço escolar. Logo, “a luta pela escola nunca pode estar separada das lutas sociais no seu conjunto, da luta de classes na sociedade total, da luta contra a divisão em classes” (SNYDERS, 2005, p. 104). Expressão dos resultados dessas lutas, a proposta educativa que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, esbarra na fragilidade da formação de professores e professoras para atuar nesse sentido. Apesar dessa particularidade, ela reflete o movimento dialético da luta social: de um lado, o grande capital com objetivo de manter o modelo tecnicista, a fim de resultar em trabalhadores e trabalhadoras com mais condições de serem explorados; noutro, a busca dos trabalhadores e das trabalhadoras pela formação plena do ser humano na socialização da propriedade e dos meios de produção, e também, pelo reconhecimento dos vencidos e invisibilizados no Ensino de História.

Silva e Meireles (2017), por sua vez, retratam as outras ausências crônicas perceptíveis na educação:

É notável, portanto, a ausência de mulheres, de crianças, de idosos, de homossexuais e de tantas outras gentes no Ensino de História, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior no Brasil. Aos futuros professores de História, por exemplo, são ensinadas, nas universidades e faculdades, as trajetórias de homens adultos, brancos e colonizadores. Em resumo, há os que acreditam que a história das terras e gentes do que viria a ser chamado de Brasil só tenha iniciado com a chegada daqueles que trouxeram a Lei, a Fé e o Rei. A ausência da diversidade, a consagração de determinados temas que ao longo do tempo se tornaram canônicos e a onipresença europeia nas narrativas históricas/ historiográficas no Brasil, apontam para uma formação racista, homofóbica, misógina, machista. Essas características modelam a realidade brasileira vivida por professores e alunos, em um cotidiano contemporâneo fortemente marcado pela violência, pela desigualdade e suas nefastas consequências. (p. 10).

A história e a educação estão sempre em disputa e tratam de uma prática de incorporação permanente, ampla e contraditória, que vai além dos muros da escola. Nesta perspectiva, concordamos com a afirmação de Brandão (1981), de que ninguém escapa da educação, pelo fato dela estar em diversos espaços, sejam institucionalizados ou não – e sob várias modalidades: "Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar" (p. 3). Na medida em que a educação se dá numa dimensão de conjunto de processos, estruturas e ações que atuam no desenvolvimento humano e na relação entre classes, enfatizamos suas associações:

A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente organizado, e com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores, etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na medida sociocultural de seu grupo, *sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação*. É esta idéia-força que explica as várias educações, suas modalidades e instituições, entre elas a educação escolar. Também daí decorrem as várias projeções do educativo em projetos nacionais, regionais, locais, que expressam intenções e ações logo materializadas nos currículos. (LIBÂNEO, 2005, p. 32).

É inegável que as transformações contemporâneas contribuíram para consolidarmos a dimensão da educação para além da sala de aula. A exemplo, temos as manifestações dos impactos de elementos informais da educação nos processos

educativos individuais, como bem caracterizam estudos com temas como "Educação e Prática Social" ou "Educação e Reprodução Social".

Ao tratarmos da educação informal e não-formal, é quase espontânea a comparação com a formal, conforme Saviani (1994) nos apontou anteriormente, fazendo-se necessário, logo, distinguir as diferenças entre estes conceitos. Para tanto, esclarecemos que alguns autores e autoras utilizam diferentes acepções dos termos, mas não alteram eminentemente seu fundamento. Introduzimos que a educação formal é a que transmite o conhecimento científico sistematizado, com finalidade, desenvolvida em espaços escolares e mediante certificação e seriação. Já a informal é aquela apreendida durante o processo de socialização, por meio das relações cotidianas e a educação não-formal, realizada em espaços educacionais fora dos marcos da educação escolar (LIBÂNEO, 2005). Apesar de impactar a todos, é a educação formal a assegurada pela Constituição Federal:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Os estudos relacionados à educação não-formal e informal, que nos dão mais elementos para compreendermos a educação de forma mais ampliada, surgiram e começaram a ser expandidos, no mundo ocidental, apenas a partir das décadas de 1960 e 1970. No Brasil, tal debate ganhou corpo somente a partir da década de 1990.

Os conteúdos a serem adquiridos na aprendizagem via educação não-formal, propostos por Coomb e Ahmed, incluíam: atitudes positivas em relação à cooperação na família, trabalho, comunidade, colaboração para o crescimento nacional, progresso etc.; a alfabetização funcional; o conhecimento de habilidades funcionais para o planejamento familiar, sustentação econômica e participação cívica, além de uma visão científica para a compreensão elementar de determinadas áreas específicas. (GOHN, 2008, p. 92).

Maria da Glória Gohn (2006), pesquisadora com várias publicações sobre o tema, observa que as atividades da educação não-formal eram voltadas à população sem, ou com pouca escolarização, com informações para pensar a vida coletiva. A autora explica os diferentes conceitos:

[...] A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. (GOHN, 2006, p. 28).

Nessa direção, educação informal¹⁴ deve ser compreendida como aquela que se adquire nas relações sociais, no processo de socialização; por exemplo, dentro da família, em comunidade e pelos meios de comunicação de massa¹⁵. A educação não-formal, por sua vez, dá-se na interação, na qual “A transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal” (GOHN, 2006, p. 30).

Todavia, Brandão (1981) enfatiza que, para o ensino informal, não existe um fim projetado anteriormente, considerando que é resultado de uma rede de troca de relações e saberes interpessoais, gerando a partir dessas questões supracitadas: hábitos, ideias, comportamentos, formas de comunicação e linguagem. Gohn (2006) complementa que a educação informal "socializa os indivíduos, desenvolve hábitos, atitudes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem, segundo valores e crenças de grupos que se frequenta ou que pertence por herança, desde o nascimento" (p. 29). No que se refere ao objetivo desta pesquisa, trataremos da educação informal, dado que seu alcance se dá também através das mídias, tendo em vista que projeta valores e posicionamentos na sociedade.

Destacamos, ademais, o fato de o aspecto não-intencional da educação informal se caracterizar, também, como ação de organização de capacidades de pensar e agir do indivíduo, tendo em vista que "formam um ambiente que produz efeitos dedutivos, embora não se constituam mediante atos conscientemente

¹⁴ Sobre esta modalidade educativa, ver ainda: VAILLÕES, Silvana de Araújo. **Entre o traço, a palavra e o riso: Henfil e a educação**. 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014; BONA, Gabriela Cristina Beltramin de. **Educação informal e anticomunismo: a iconografia política durante a Era Vargas (1930 – 1945)**. 2020. 156 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2020.

¹⁵ A expressão não deve ser entendida pela característica quantitativa simplista, mas pelo fato dos produtos transmitidos pela mídia serem disponibilizados a uma grande pluralidade de receptores. A seguir, trataremos do conceito mais a fundo.

intencionais, não se realizem em instâncias claramente institucionalizadas, nem sejam dirigidas por sujeitos determináveis" (LIBÂNEO, 2005, p. 91).

Diante disso, supõe-se que articular a educação, no sentido mais amplo, com os processos de formação; isto é, articular as diferentes modalidades de educação, seja uma alternativa de avanço das situações de aprendizagem no âmbito de outra modalidade, entendendo que a educação não tem começo ou fim (GOHN, 2006). Ainda a respeito das diferentes modalidades, Libâneo (2005) afirma:

É preciso superar duas visões estreitas do sistema educativo: uma, que o reduz à escolarização, outra que quer sacrificar a escola ou minimizá-la em favor de outras alternativas de educação. Na verdade, é preciso ver as modalidades de educação informal, não-formal, formal, em sua interpenetração. A escola não pode eximir-se de seus vínculos com a educação informal e não-formal; por outro lado, uma postura consciente, criativa e crítica ante os mecanismos da educação informal e não-formal depende, cada vez mais, dos suportes da escolarização. (p. 89).

Não considerar a articulação entre as diferentes modalidades de educação, só contribui para a divisão da ação dos educadores e das educadoras. Ressaltamos que, da mesma forma que não é adequado caracterizar a prática educativa apenas em caráter institucionalizado e formalizado, tão pouco, é inadequado subestimar a escola. A tomada de consciência crítica requer intencionalidade, perpassando por processos orientados e baseados em conteúdos objetivos. Surge, inclusive, a necessidade de se estudar as implicações das particularidades informais da educação e como elas introduzem a própria natureza dos conteúdos e métodos de ensino.

Não somente, além da necessária definição de limites e particularidades das modalidades educativas apresentadas, é preciso se levar em consideração áreas de intersecção entre elas, uma vez que as fronteiras são flexíveis. Por exemplo, se a televisão se qualifica como lugar privilegiado da educação informal, ela também foi, e segue sendo, suporte de programas educativos, de caráter não-formal e mesmo formal, como nos programas como o Telecurso¹⁶, por exemplo.

Esta divisão das modalidades educativas nem sempre possui uma linha inteiramente visível, uma vez que a educação possui uma significativa diversidade de práticas. No entanto, não se deve descreditar a relevância da divisão das mesmas, pois elas criam categorias de estudo e de ensino, que auxiliam no processo de pesquisa e aprofundamento da organização

¹⁶ Programa de TV com projeto educacional em ensinar disciplinas do ensino fundamental e médio.

social [...] apesar das variações decorrentes da subjetividade e constantes mudanças do campo, a discussão das categorias educacionais é relevante e possibilita a compreensão de um âmbito maior, que vai além da instituição escolar, incluindo saberes e pessoas que podem ou não possuir uma certificação, mas que são detentoras de conhecimento. (BONA, 2020, p. 93).

Tendo isso em vista, é preciso considerar também que a ação pedagógica passa por esse longo processo, pois a necessidade de saberes está em todos os âmbitos. Brandão afirma "todas as situações que se estabelecem no cotidiano entre pessoas e entre pessoas e natureza, mediadas por regras, símbolos e valores da cultura do grupo, têm sempre uma dimensão pedagógica" (1981, p. 8), assim, há poder pedagógico em diversos agentes sociais, sobretudo quando tratamos das mídias.

A intervenção se dá na produção de jornais, redes sociais, programas de rádios/televisão, e tendo vinculação com relações cotidianas, está submetida a interesses econômicos e políticos, sendo viabilizada como prática social. Contudo, apesar de poder contribuir para uma formação crítica e reflexiva, a homogeneização do trabalho, bem como a uniformização do discurso em diferentes contextos sociais e históricos, pode inviabilizar que quem atua com atividades deste cunho, desconheça minimamente o impacto educativo/formativo que pode ter através de suas produções, ou ainda que se trata de uma ação pedagógica.

Se tomarmos em questão todas estas ponderações sobre as modalidades educativas, podemos refletir sobre a complexidade dos processos educativos também na história dos povos originários. Há uma perspectiva eurocêntrica de atribuir um marco zero na história da educação brasileira à chegada da educação jesuítica. Logo, estabelecendo os parâmetros que demarcam o debate sobre a educação, pode-se pensar não unicamente em "uma" educação indígena, mas na sua pluralidade, dadas as diferentes culturas originárias que ocupavam o território, mesmo antes do processo de conquista pelos europeus.

Por conseguinte, como bem expressa Paula Caleffi (2004) em seu texto "Educação autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vesúcio tinha razão?", sim, a educação era inerente aos povos, e a diversidade entre esses povos só poderia ser expressa pelas diferentes formas de educar e os diferentes valores e culturas que eram transmitidas. Enfim, ainda que o modelo escolar europeu não encontre similitude

nas Américas, e diferente do que pensavam os europeus sobre os indígenas, a educação, sim, se fazia presente.

1.2. A IMPRENSA NA CRIAÇÃO DISCURSIVA DA HISTÓRIA

Discorreremos sobre o papel da imprensa na criação discursiva da história da região do Oeste do Paraná, partindo de uma esfera de circulação de saberes e informações relacionada à educação informal, sendo concretizada a partir da veiculação jornalística na região. Diante disso, é pertinente identificarmos como o processo comunicativo se dá, sua amplitude e limites, para que possamos compreender a influência dos jornais nos meios em que foram publicados.

O indivíduo é produto do trabalho e, portanto, necessita da comunicação. Nesta direção, Rüdiger (2011) destaca que a comunicação surge como mediação do trabalho, portanto, as relações sociais são possíveis através dela.

Para produzir, os homens terminaram firmando determinadas relações sociais, dentro das quais passaram a produzir. O processo de divisão do trabalho determinou, por sua vez, o surgimento de certas relações entre os indivíduos no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto das tarefas.

Com o passar do tempo, isso levou ao surgimento de um determinado modo de produção dos meios materiais necessários à manutenção da vida. Em seguida, porém, esse modo de produção tornou-se a condição do próprio trabalho, de modo que ninguém mais pôde produzir sem se associar, sem atuar em conjunto. A comunicação surgiu no bojo destas transformações, como a principal mediação do processo de produção, a forma social pela qual se estabelecem as relações sociais e se desenvolve coletivamente a consciência desse processo. (RÜDIGER, 2011, p. 79).

A comunicação enquanto mediação do trabalho é possibilitada por meio da linguagem, opera através de representações com potencial para desencadear ações mediante à formação de um mesmo quadro de compreensão, dando sentidos diversos para vivências e demandas sociais. Ou seja, não estamos tratando de transmitir meras informações, mas da produção de sentido, dado que "a linguagem se transforma em função dos processos de interação simbólica, da transmissão das condições de compreensão humana" (RÜDIGER, 2011, p. 88). Esse processo produz, por conseguinte,

[...] uma forma simbólica através da qual podemos abordar não somente as relações individuais e sociais, mas ainda as relações que entretemos com o mundo que construímos. [Isto é,] um quadro simbólico que pouco a pouco se interiorizou, a ponto de não ser mais percebido como filtro, ou meio de conhecimento entre outros, mas como meio doador de uma única apreensão da realidade. (SFEZ, 1992, p. 18 apud RÜDIGER, 2011, p. 136).

Assim, o processo comunicativo é estabelecido como decorrência das relações sociais, materializadas em diferentes linguagens e comunicações. Sua função social é "estruturar simbolicamente as várias formas de consciência social e, assim, permitir o seu desenvolvimento por meio da linguagem" (RÜDIGER, 2011, p. 85). Mikhail Bakhtin, autor com importantes pesquisas sobre a linguagem humana, apresenta um estudo acerca da importância da filosofia da linguagem, fazendo relações entre ideologia, sistema de signos e luta de classes; ponderando acerca de elementos significativos:

A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do interlocutor uma contrapalavra. [...] É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. (BAKHTIN, 1981, p. 132, grifos do autor).

Logo, a comunicação, para além de transmitir mensagens, constitui uma compreensão mediada e se expressa no mundo histórico, sendo eivada de historicidade. Com a chegada da era moderna a comunicação foi amplificada e facilitada, e as relações de produção capitalistas asseguraram o controle privado dos meios de produção, garantindo os recursos materiais necessários à formação da consciência e a capacidade de conscientização pública, tendo aparatos, segundo Rüdiger (2011),

[...] sendo colocados a serviço da dominação de classe, tornando-se meio de controle e cerceamento da própria comunicação. O controle privado dos novos meios transformou-os em fonte geradora de falsa consciência, na medida em que, através deles, pode-se excluir, censurar ou neutralizar a visibilidade e reflexão públicas de certas

coisas, pode-se, em outros termos, bloquear o processo da comunicação. As comunicações midiadas não deixaram de socializar as formas de consciência geradas pelos processos de produção, prosseguir com o trabalho de mediação simbólica dos processos de cooperação. No entanto, encontrando-se monopolizadas por certos grupos sociais, promoveram essa mediação, predominantemente, conforme as condições convenientes à conservação do poder desses grupos. (p. 90).

As mídias passaram a mediar a industrialização da consciência por meio de informações. É por essa razão que, partindo do pressuposto de que ideias não têm existência própria, é necessário entender as relações humanas com base no momento histórico no qual os sujeitos constroem e reconstróem sua história, fazendo a análise da consciência ao mesmo tempo. As diferentes perspectivas de mundo dos grupos sociais e sujeitos são a manifestação do real, na relação consigo e com outros diante de uma conjuntura social. Portanto, tendo como princípio as dimensões dialéticas, buscar recuperar a realidade, é fundamental para identificar as transformações do mundo material e as formas inferiores e superiores dos processos humanos.

Considerando a eficiência da construção ideológica sobre a possibilidade de apreensão do real, da verdade posta na prática social, buscamos no método materialista histórico dialético o conceito de ideologia, que se constitui no plano formal enquanto espaço do falseamento do real. Ao considerar as relações sociais manifestadas em projetos de mundo, observa-se a existência de diferentes fundamentos em formas materiais, sendo a imprensa um grande modelo: ela nos indica para a complexidade das totalidades sociais, e ainda possui singularidades nos processos. Portanto, é histórica e contraditória.

Outrossim, Bakhtin (1981) destaca que tudo que é ideológico pode ser considerado como signo, exemplificando, "a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos" (p. 32), tendo essa afirmação como base, o autor destaca que "as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios" (BAKHTIN, 1981, p. 40).

Na educação avistamos que a ideologia permeia projetos educacionais, na medida em que direciona através de conteúdos, avaliações em larga escala e manuais didáticos, o trabalho do professor e da professora, estimulando a aceitação da mesma;

proporcionando, de tal modo, a disseminação do entendimento das propostas de formação destes profissionais – como a do "vazio demográfico".

Logo, a ideologia permeia matérias veiculadas na imprensa, por exemplo, dado que, ao compor uma notícia, o jornalista ou a jornalista, está munido/a ideologicamente¹⁷. Contudo, "diferentemente da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que ouve é um possível respondente, a comunicação de massa institui um corte fundamental entre o produtor e o receptor" (THOMPSON, 1995, p. 26), tendo assim – apesar da diversidade de públicos, pouca possibilidade de intervir no processo comunicativo, proporcionando ampla disseminação das teorias dominantes.

A comunicação de massas, que tem origem no século XV, possui grande importância nesta perspectiva, sobretudo quando as técnicas associadas com a imprensa de Gutenberg foram assumidas por instituições nos maiores centros comerciais da Europa, e exploradas para fins de reproduzir múltiplas cópias de manuscritos de textos, transformando as maneiras como as formas simbólicas foram produzidas, transmitidas e recebidas por indivíduos no cotidiano (THOMPSON, 1995).

Nesta direção, considerar que o jornal é um espaço onde se constrói discursivamente a experiência de relações sociais, logo, um porta-voz de uma sociedade, é fundamental para compreender que, no mesmo movimento em que coloca ideias, saberes e representações em circulação por meio de publicações, fixa-os. Por conseguinte, é um mecanismo para a construção de sentidos e critérios, tendo em vista que exerce um processo de significação construído em determinado espaço e tempo: seleciona, altera e propaga os acontecimentos e a ideologia, atestando-o como memória.

Contraditoriamente, a imprensa também foi importante mecanismo para organização do proletariado na luta de classes. À vista disso, Gramsci, no ano de 1916, denuncia em "Os jornais e os operários", que a imprensa não é neutra, problematizando a relevância do jornal que se pretende assinar no cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras:

Estamos dispostos a discorrer, com os operários especialmente, sobre a importância e a gravidade daquele ato aparentemente tão inocente que consiste em escolher o jornal que se pretende assinar? É uma

¹⁷ Em muitos casos, inclusive, sem se dar conta de que atua com uma ação pedagógica.

escolha cheia de insídias e de perigos que deveria ser feita com consciência, com critério e depois de amadurecida reflexão. [...] é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação. (GRAMSCI, 1916, pár. 1-2).

O autor prossegue, questionando o fato de o jornal burguês conseguir chegar até a classe trabalhadora, mesmo sendo a ela que ele contrapõe:

Mas o pior reside nisto: em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para o subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal burguês consegue fazer-se pagar pela própria classe trabalhadora que ele combate sempre. E a classe trabalhadora paga, pontualmente, generosamente. Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Porquê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: **É porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido.** E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. (GRAMSCI, 1916, pár. 2, grifos nossos).

O jornal burguês representa o projeto de mundo de quem o controla, expressando relações de uma sociedade em transformação e contradição:

Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores. (GRAMSCI, 1916, pár. 3).

A história manifesta, portanto, mediações e, no que tange à imprensa, é preciso considerar dimensões acerca dos elementos que dão concretude para a comunicação de massa, como, por exemplo, a dimensão de pessoas que têm tempo para refletir acerca da publicação e a substituição desta (reflexão) pela manchete,

considerada o mais importante do texto. Nesta perspectiva, vale ressaltar que o processo de alienação daí resultante se estabelece com a perda da autonomia dos trabalhadores e das trabalhadoras, com seu alijamento das posições decisórias e pela naturalização de uma posição de complacência e aceitação diante dessas estruturas sociais.

Assim, buscar entender a realidade como ela é, além da ideologia com a qual o pensamento burguês se constrói e reconstrói, analisando elementos que se conectam ao conjunto de saberes disseminados em jornais, fazendo uso da imprensa na qualidade de fonte primária na educação, é um importante exercício social e histórico.

O incremento de formas simbólicas na sociedade acompanha a comunicação de massa, pois se constitui também no trajeto histórico da imprensa, responsável por grande parte da produção e da circulação cultural. Os processos comunicativos, somados ao conjunto de elementos inerentes aos jornais – econômico, cultural e político – são a base material no que diz respeito a como se relacionam à estrutura de poder e o modo de produção social. Portanto, desde os primórdios, a imprensa gera efeitos na sociedade, tendo em vista que representa um instrumento de dominação; em contraponto, constitui-se também num fator de libertação na medida em que, dialeticamente, esclarece fatos, por exemplo.¹⁸

Ressaltamos, ainda, que pesquisadores como Wolton (2010), destacam que informar não é comunicar, segundo ele "se não existe comunicação sem informação, a comunicação é sempre mais difícil, pois impõe a questão da relação, ou seja, a questão do outro" (p. 11), já a informação,

[...] tem a ver com o acontecimento ou com o dado novo que perturba uma ordem vigente. Essa é a sua força. A comunicação é associada à ideia de vínculo, de compartilhamento, de "comunhão". [...] A informação passou a ser o que estabelece o vínculo, tendo a sociedade da informação como horizonte. Ou seja, o sentido oposto ao da informação como ruptura. Quando tudo é signo e interação, a informação é o vínculo. (WOLTON, 2010, p. 26).

¹⁸ Não obstante a leitura de viés marxista até aqui empenhada, autores como Jesús Martín-Barbero (1997) ou Néstor García Canclini (1998), de certo modo, subvertem ou ampliam a lógica marxiana ao considerar que, assim como a escola, os meios também são porosos, espaços em disputa e não unicamente suportes do discurso das classes dominantes. Ademais, apesar dos limites dos meios, eles também se valem dos saberes e artes populares para compor suas programações e formatos.

Logo, trata-se de um processo selecionado, categorizado e hierarquizado, sendo a notícia a manifestação de um acontecimento. Assim, as mídias atuam, portanto, como importantes instâncias para tomadas de decisão e aprendizagem. Seus aprimoramentos permitem que tenhamos recursos cada vez mais potentes, permitindo, em escala jamais imaginada nos séculos anteriores, a democratização do saber, do entretenimento e da informação. São, *a priori*, meios democráticos por excelência: milhões de pessoas podem ler, ver e ouvir o que há relativamente pouco tempo, era privilégio para poucos.

No entanto, o mau uso, não deve ser confundido com sua potencialidade para a democratização do conhecimento. Por essa razão, compreender a mediação dos processos históricos na imprensa e como fazem parte de uma totalidade estabelecida em determinada conjuntura, com discursos e símbolos, é fundamental para identificar decorrências sociais, inclusive ao observarmos a maneira como são reproduzidas, ou não, as lutas sociais existentes em suas narrativas.

1.3. USO DE PERIÓDICOS E IMAGENS COMO FONTES

Apesar do reconhecimento da importância de impressos na década de 1970, era incomum a utilização de periódicos como fonte para o conhecimento da história no Brasil, De Luca (2021) aponta: "[...] não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa" (p. 111). A autora afirma que essa opção se explica pelo modelo de busca da verdade dos fatos, possível através de documentos.

Nessa direção, fontes utilizadas eram "marcadas por objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo" (DE LUCA, 2021, p. 112), ou seja, não era pertinente o uso de jornais. Somente nos anos finais do século XX, com a inserção de temáticas que alargaram a prática historiográfica, jornais passaram a ser objeto de pesquisa histórica, inclusive abordando a censura na imprensa.

[...] Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao

regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (DE LUCA, 2021, p. 129).

A materialidade dos periódicos é um importante aspecto a ser destacado ao tratar da função social da imprensa, tendo em vista que as condições técnicas e financeiras estão relacionadas; estando, portanto, inserida no que a autora chama de 'circuito capitalista', na mesma direção, "o mesmo poderia ser dito em relação ao percurso das imagens, que se insinua de forma tímida nos traços dos caricaturistas e desenhistas e chega a açambarcar o espaço da escrita com a fotografia e o fotojornalismo" (DE LUCA, 2021, p. 132).

Por essa razão, é de suma relevância debater a forma como os impressos chegam à população, quem são os responsáveis pelo órgão, quais as relações estabelecidas com o público e a forma como a notícia foi abordada, afinal "[...] jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita" (DE LUCA, 2021, p.140).

No que se refere à especificidade da leitura de imagens, a autora Maria Eliza Linhares Borges aponta a dificuldade para explorar a relação existente entre história e imagem, particularmente entre história e fotografia. Ela aborda na obra "Fotografia e História" (2003) que, por muito tempo, historiadores negaram a importância da fotografia, fazendo seu uso como mera reunião e exposição de imagens coletadas, e ainda no século XIX, não passam de documentos de segunda categoria, bastante diferente do que vemos hoje.

[...] Se a fotografia vem sendo cada vez mais utilizada como fonte, como objeto de análise e como recurso pedagógico, é porque a comunidade de praticantes da ciência histórica não mais se orienta pelos fundamentos do paradigma metódico. Entretanto, há quem acredite que o uso de imagens fotográficas na pesquisa histórica signifique inovar, mesmo quando se aplica o mesmo conceito de documento histórico utilizado pela historiografia metódica. Não se percebe, por exemplo, que no novo paradigma nem a História é um conhecimento mecânico destinado a traduzir a verdade dos fatos, nem o documento fala por si mesmo e nem o historiador é um mero transmissor das informações nele contidas. Portanto, reunir imagens fotográficas de um determinado período e apresentá-las como fiel

retrato do passado é um procedimento em tudo e por tudo igual à prática dos pesquisadores do século XIX. (BORGES, 2003, p. 18).

Logo, as imagens de jornais não são reflexo de aspecto sociocultural, são mediadoras, pois "integram um sistema de significação que não pode ser reduzido ao nível das crenças formais e conscientes. Pertencem à ordem do simbólico, da linguagem metafórica. São portadores de estilos cognitivos próprios" (BORGES, 2003, p. 18-19). A autora exemplifica o sistema de significação através da representação criada da sociedade de massas, onde pobres, desempregados e imigrantes foram identificados como 'classes perigosas', assim,

Ao relacionar a pobreza com as representações do abandono, da enfermidade, da preguiça, do crime e da subnutrição, o fotógrafo punha suas imagens a serviço dos discursos dos defensores das políticas sanitárias, das reformas urbanas e da aprovação de leis de controle e disciplinarização do trabalho. (BORGES, 2003, p. 68).

A apropriação de imagens fotográficas legitima a forma como sociedades entendem o mundo e dão sentido a produções simbólicas, da mesma forma que a imprensa não é neutra, tão pouco a imagem veiculada nela é.

Mais que a palavra escrita, o desenho e a pintura, a pretensa objetividade da imagem fotográfica, veiculada nos jornais, não apenas informa o leitor - sobre datas, localização, nome de pessoas envolvidas nos acontecimentos - sobre as transformações do tempo curto, como também cria verdades a partir de fantasias do imaginário quase sempre produzidas por frações da classe dominante. (BORGES, 2003, p. 69).

O contato com as imagens apresenta um sistema de significações que determinada sociedade possui, estão impregnadas de imaginários. Por essa razão, aproximam ou distanciam determinados grupos:

É mediante a análise dos processos simbólicos que se percebe como se criam os laços de pertencimento entre os membros de uma mesma sociedade, como e porque a memória coletiva pode unir e separar indivíduos de uma mesma sociedade ou grupo social, como e porque o imaginário social reforça certas visões de mundo mesmo quando as condições materiais para que elas existem já tenham desaparecido. Esses modos de comunicação criam campos de saber comuns; funcionam como sinais de orientação inclusive para as práticas sociais. (BORGES, 2003, p. 79).

As representações de indígenas ainda hoje são estereotipadas a partir do conjunto de fotografias do Brasil, a partir do oitocentos, "[...] essa herança cultural às vezes se mesclava com alguns signos da visão romântica sobre os índios, presente não apenas entre os europeus, desde o Iluminismo, mas também narrada no romance O Guarani, de José de Alencar" (BORGES, 2003, p. 105).

Luciana de Oliveira (2008) apresenta como os povos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul combatem esses imaginários, destacando os esforços para diálogo com os papas, autoridades semelhantes à rezadores em sua cultura. A autora aponta como essa violência simbólica segue silenciando estes povos.

Em geral, tais imaginários subalternizantes colocam indígenas num lugar de invisibilidade, silenciamento, de passividade, de não direito à fala e, menos ainda, avatar da modernidade, de liberdade de expressão. Assim, falar sobre povos indígenas e auto-representação pode parecer um contra-senso. Se se fala de indígenas, não se pode falar formas de representação autônomas e menos ainda de tecnologias de comunicação que inventam formas de tornar as causas indígenas visíveis. (OLIVEIRA, 2018, p. 111).

Na mesma direção, Duarte e Oliveira (2020), abordam as representações sociais dos Kaiowá no jornal "O Progresso" no Mato Grosso do Sul, e afirmam que "os discursos que matam também são representados nas imagens veiculadas no jornal quando identificam dois fatos violentos com exposições fotográficas sem a menor preocupação com a exposição do sujeito indígena" (DUARTE, OLIVEIRA, 2020, p. 28). Assim, entender a fotografia como construção de identidades nacionais é estabelecer que há interação entre o visível e o invisível.

2. A BUSCA PELA TERRA SEM MALES NO OESTE PARANAENSE

Os relatos alusivos aos povos indígenas se sobressaem às crônicas sobre o período colonial, especialmente quando notamos o assombro dos cristãos diante dos costumes dos povos originários em obras constantemente escritas por padres, navegantes e outros atores sociais que se "aventuraram" na América Latina. Afinal, a história oficial limita-se à atuação de povos europeus, sobretudo de exploradores, jesuítas e bandeirantes.

A antiguidade da ocupação Guarani no Oeste do Paraná é constatada através dos registros da presença (de particularidades) da etnia com as menções de Cabeza de Vaca que, em 1542, os encontrou em pequenas aldeias por toda a calha dos rios Paraná, Iguazu, Piquiri e Tibagi; e também com registros arqueológicos, que indicam que toda a região da margem do rio Paraná é território de ocupação permanente desta etnia (CHMYZ, 1976)¹⁹. Inegavelmente, portanto, estudos apontam que povos Guarani "[...] ali viviam independentemente das fronteiras nacionais do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Peru, que vieram a ser criadas posteriormente à sua ocupação" (CARVALHO, 2019, p. 15).

Um exemplo da limitação da história oficial do Paraná é o mapa do estado em 1912 (Figura 4), onde apenas é reconhecida a área colonizada do chamado "Paraná Tradicional", tendo as cidades Guarapuava, Castro, Curitiba, Lapa, Antonina, Paranaguá, Morretes e Guaratuba como referências; e o restante um "espaço vazio", supostamente pronto a ser ocupado. Curt Nimuendaju²⁰, etnógrafo que percorreu o Brasil estudando povos indígenas por mais de quarenta anos, elaborou em 1944 um mapa etno-histórico (Figura 5), demarcando e localizando com precisão os territórios indígenas, contrapondo o mapa do Paraná de 1912.

¹⁹ Outra pesquisa, realizada por Branislava Susnik (1979-1980) identificou que, num amplo território que não considera as fronteiras capitalistas, haviam 14 centros habitacionais da etnia antes denominados *guára*; hoje, *Tekoha Guasu*, compostos por um nível variável de aldeias ligadas entre si por redes de parentesco.

²⁰ Expressão de sua importância pode também ser mensurada na Biblioteca Digital Curt Nimuendajú.

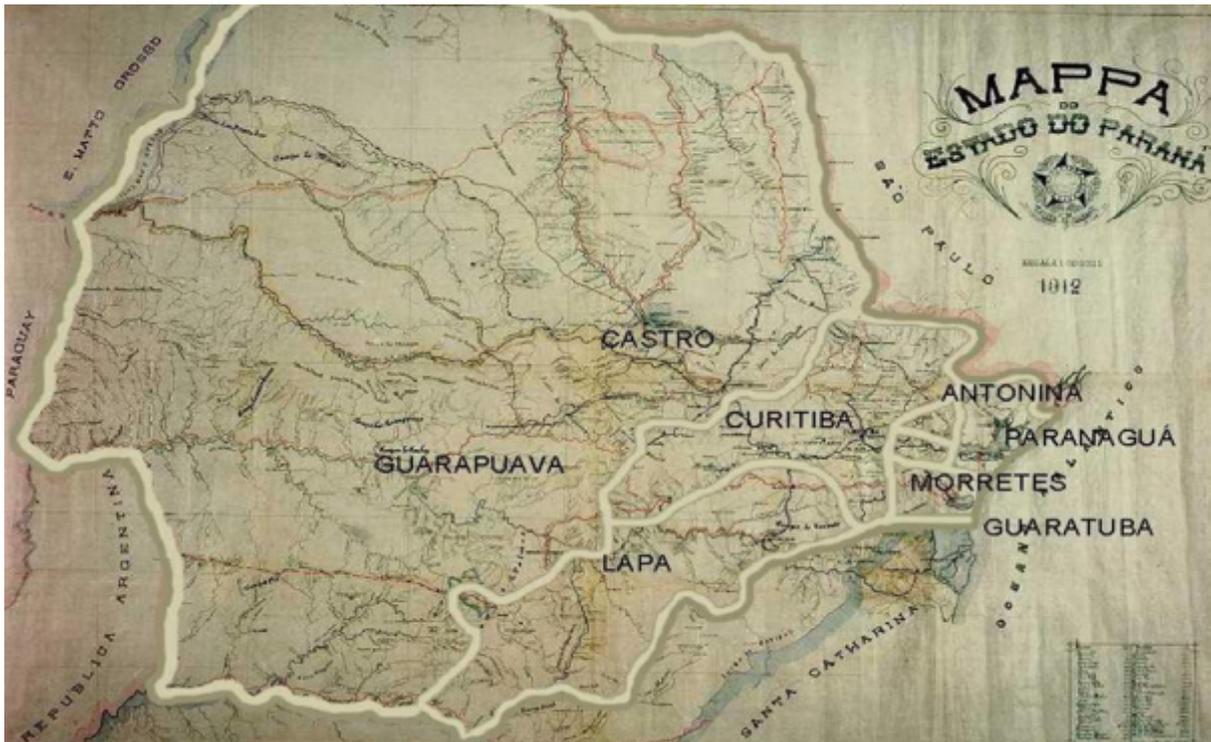


Figura 4 – Mapa do Paraná (1912)

Fonte: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná - ITCG



Figura 5 – Mapa Etno-histórico do Estado do Paraná (1944)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Com estes estudos, Curt Nimuendaju concluiu que o antigo território dos Guarani correspondia a 887,85 km, dos 1.365,4 km de linha-limite entre o Brasil e o Paraguai; na linha-limite entre o Brasil e Argentina são 1.261,3 km, ou seja, a totalidade da fronteira, e entre a Argentina e o Paraguai somam-se mais 580 km de território indígena. Para as questões que emergem do contexto trabalhado, é fundamental pontuarmos as noções de território e territorialidade, essa última que traduz a forma de ocupação tradicional Guarani, caracterizada culturalmente e historicamente pelos deslocamentos, os *oguatá*²¹.

O conceito de território, enquanto categoria analítica, com a finalidade de instrumentalizar a pesquisa das relações da humanidade com o espaço, é polissêmica e possui diversos significados. Ganhou relevância a partir dos anos 1960, e com os estudos geográficos o conceito teve maior profundidade, tendo como base as formulações de Friedrich Ratzel que compreendia o território²² como uma parcela da superfície terrestre apropriada por uma comunidade ou Estado. Marcos Aurélio Saquet, que faz um panorama acerca do conceito de território ao longo de seu texto em "Dicionário para a formação em gestão social", apresenta as diferentes perspectivas:

a) uma, predominantemente econômica, elaborada com base no materialismo histórico e dialético, na qual se entende a territorialidade como relações de produção acompanhadas por forças produtivas, isto é, como relações de subordinação e exploração; b) outra, também materialista mas pautada na dimensão geopolítica, na qual a territorialidade está diretamente vinculada à atuação do Estado e à soberania, portanto, às noções de domínio e controle; c) a terceira, fenomenológica, dando ênfase às dinâmicas política e cultural, em que a territorialidade corresponde às relações sociais centradas em percepções, sentimentos, memórias, identidades, símbolos e representações; d) outra, efetivada especialmente a partir dos anos 1980 com base em interpretações híbridas (multidimensionais) do território, compreendendo-se as territorialidades a partir das relações sociais da vida cotidiana; e) a última historicamente formada ganha força a partir dos anos 1990, é construída a partir das discussões sobre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local. (SAQUET, 2014, p. 176).

²¹ A origem e essência do termo se relaciona intrinsecamente à cultura Guarani e seus deslocamentos territoriais. Por sua vez, etimologicamente se vincula à caminhada. Também é considerado um conceito de vida Guarani.

²² Apresentado em sua principal obra, o livro "Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História" (1882), escrito no contexto histórico da unificação alemã em 1871.

O autor supracitado afirma que territorialidade diz respeito à "relações políticas de governança, sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente" (SAQUET, 2014, p. 176), e território, por sua vez, significa "uma construção social e histórica que envolve necessariamente o poder, as contradições, as desigualdades, as redes de circulação e comunicação (transescalaridade), as demarcações, as identidades, as apropriações e dominações" (p. 177).

Ademais, Haesbaert (2006)²³ e Little (2002) trazem noções importantes acerca das diferentes abordagens. Esse último afirma que a atuação territorial integra todos os grupos humanos, já a territorialidade é:

[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland* (cf. Sack 1986:19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002, p. 253-254).

Para o autor, a territorialidade tem, portanto, muitas particularidades, e a atuação territorial é manifestada nas invasões, momento em que "[...] a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais" (LITTLE, 2002, p. 255).

Little apresenta a "ideologia territorial" como base para a noção de soberania, que reivindica o controle do território pelo Estado, tendo em vista que a territorialidade não se constitui em leis, "[...] se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área" (2002, p. 265). A respeito do público-privado, o autor afirma:

²³ O autor agrupa a concepção em três dimensões: Política, Cultural e Econômica e trata da desterritorialização e mobilidade, destacando que os territórios não são constituídos unicamente na relação do indivíduo com o ambiente, como também com outros elementos que são integrantes das territorialidades a partir de símbolos e mitos, considerados como códigos de determinados grupos sociais e que fazem parte da construção cultural desses sujeitos.

No caso dos povos tradicionais do Brasil, uma grande semelhança pode ser detectada nas distintas formas de propriedade social, que afastam da razão instrumental hegemônica com seu regime de propriedade baseado na dicotomia entre o privado e o público. Todavia, a razão histórica a elas subjacente incorpora alguns elementos que muitas vezes são considerados como públicos - isto é, bens coletivos -, mas que não são tutelados pelo Estado, ou seja, essa razão histórica introduz coletividades que funcionam em um nível inferior no plano do Estado-nação. (LITTLE, 2002, p. 259).

A partir das diferentes abordagens, identifica-se territorialidades no Oeste paranaense, tanto no âmbito material, quanto no imaterial e nas suas interações no território brasileiro e indígena, sob a forma dos conflitos pela terra. Com a apropriação da dimensão material do território indígena, a terra obtém novas funções, agora com outras perspectivas e valores de uso.

Todavia, sob a perspectiva dos povos Guarani, mesmo não tendo mais acesso às terras em sua dimensão física e material, continuam mantendo sua territorialidade associada com seu território tradicional, intrinsecamente vinculada à sua *mundivivência*, razão pela qual seguem lutando pelo direito à terra. Nessa direção, algumas pesquisas afirmam que os processos migratórios estão vinculados a fatores religiosos, como na busca pela "Terra Sem Males" (*Yvy Marãey*). Borghetti (2014)²⁴ corrobora com esta análise, uma vez que afirma que os deslocamentos são a base existencial dos Guarani:

Para os Guarani, o deslocamento (oguatá) e a busca pela *Yvy Marãey* ("Terra Sem Mal") não só fazem parte da sua concepção de território "ideal" (tekoá) como também são a própria condição ideal buscada para o aperfeiçoamento de sua identidade (tekó). Nesse sentido, ao se deslocarem em busca de novos lugares (tekoá), estão vivendo e aperfeiçoando sua forma de ser/estar/viver no mundo (nhanderecó). (BORGHETTI, 2014, p. 13).

Cabe dizer, alguns pesquisadores e pesquisadoras defendem que, em certos momentos, os deslocamentos estiveram vinculados à fuga de colonizadores; para outros, à renovação de terrenos férteis (MONTEIRO, 1992) ou, ainda, devido às

²⁴ A pesquisa trata do deslocamento entre os Mbyá-Guarani, vinculando com o modo de "ser Guarani". Verificar em: BORGHETTI, Andrea. **Tekó, Tekoá, Nhanderecó e Oguatá: territorialidade e deslocamento entre os Mbyá-Guarani**. 2014. 143 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

tensões internas²⁵. A antropóloga Maria Brant de Carvalho pesquisa a unidade sociológica dos Avá-Guarani, apontando a relação dos povos Guarani com a terra, a qual compreende um espaço que "[...] inclui as fontes de água, os espaços de caça, pesca e coleta, para o plantio das roças familiares, espaço o qual é denominado *kaa'guy* – matas, florestas; neles se desenvolvem sua história, cosmologia e crenças" (CARVALHO, 2019, p. 15). Assim, conforme apresentado, os povos Guarani pertencem à família linguística Tupi-Guarani, tendo como subgrupos Kaiowá, Ñandeva e Mbyá, com uma perspectiva de territorialidade, considerando que diz respeito a um território de ocupação tradicional e histórico mais ou menos definido.

O "*Laudo Antropológico sobre a comunidade Guarani - Ñandeva do Oco'y/Jacutinga-PR*", elaborado em 1995, produzido pelo antropólogo Rubem T. de Almeida e seu assistente, João Marçal B. de Moraes, aponta as relações históricas entre os subgrupos, com objetivo de diagnosticar a situação dos Avá-Guarani, apresentando propostas para solução do conflito territorial. Contrariando o senso comum de que "índio é tudo igual", os autores apresentam diferenças entre os subgrupos e em cada subgrupo Guarani.

Com efeito, os Guarani apresentam não só diferenciações subgrupais como também divisões em cada subgrupo. Isso corresponde a comportamentos específicos a cada situação local e, portanto, a uma extraordinária variabilidade de comunidade para comunidade. A cada situação local, isto é, a cada comunidade, corresponderá características próprias no seu sistema organizativo, configurando uma unidade social, política e religiosa à qual cada família que a ocupa apresentará consonância com essa organização, garantindo a sobrevivência do grupo. O conhecimento dessa sociedade constitui, assim, uma interessante tarefa na medida em que sua complexidade desafia a descrição etnográfica de qualquer de seus aspectos. (ALMEIDA e MORAES, 1995, p. 2964).

No entanto, ainda que apresentem diferentes características, seguem tendo sentimento de unidade étnica; isso significa, segundo Almeida e Moraes, que, "apesar de variações sócio-culturais entre si, os subgrupos Guarani guardam consistente identidade, [...] calcados em fatores que vão além das particularidades de cada subgrupo e dão especificidade à etnia" (1995, p. 2965).

²⁵ Como Clastres (1978), que afirma ter sido uma reação ao surgimento de lideranças que buscavam exercer relações de dominação que eram estranhas à comunidade.

Os atuais Guarani-Ñandeva, subgrupo que interessa a este trabalho, tem origem na Província do Guairá (Figura 6), região que compreende os rios Paranapanema, Paraná, Iguaçu e Tibagi, o que se refere a aproximadamente 85% do atual território do Estado do Paraná (BLASI, 1977, p. 150 apud ALMEIDA e MORAES, 1995, p. 2970).

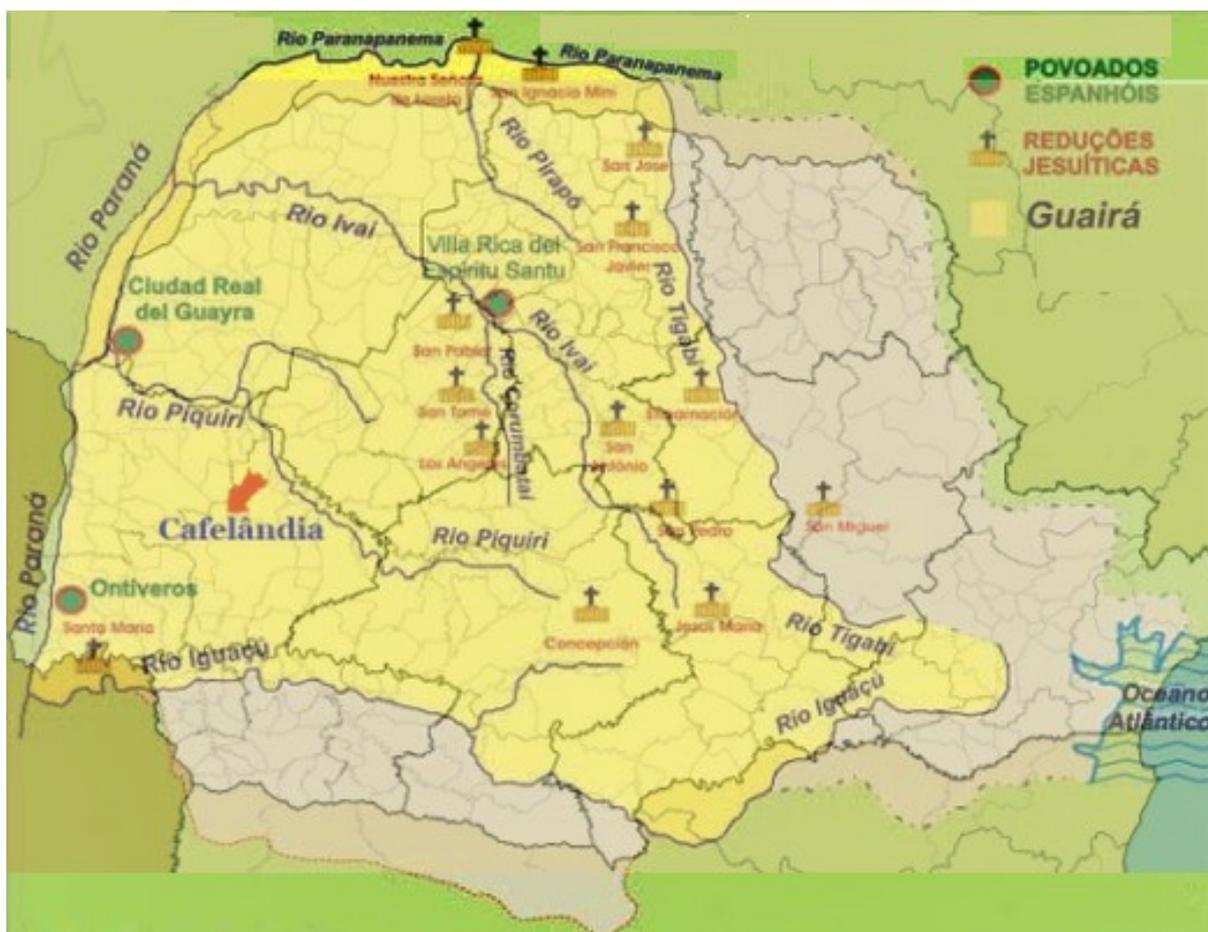


Figura 6 – Sobreposição aproximada do atual mapa do Paraná e a localização das reduções indígenas da Província do Guairá
Fonte: Jornal "Integração"

Nos séculos XVI e XVII, nos primórdios do período colonial, o Paraná estava sob o regime da Coroa Espanhola, considerando o Tratado de Tordesilhas, estando envolvido com as missões jesuíticas. Para tanto, a Província do Guairá foi espaço de disputa, e uma das mais importantes reduções do período (1608-1767) foi a Ciudad Real del Guairá, sendo o primeiro projeto missionário jesuítico da região²⁶, tendo seu

²⁶ A relação entre os Guarani e os jesuítas gerou várias hipóteses entre historiadores e antropólogos, considerando que muitos povos indígenas resistiram à presença europeia em seus territórios. Essa proximidade é retratada no filme britânico "A Missão", de 1986.

fim após ataques de bandeirantes paulistas a fim de abrirem caminho para a Coroa Portuguesa.

Após esse período, na segunda metade do século XIX, ocorreram novas pressões com a Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito no qual forças militares estiveram nas proximidades da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, estabelecida pelos rios, conduzidos por missionários, que então atuavam com a finalidade de "pacificar" os povos originários, gerando fugas e espacialidades nas territorialidades indígenas (MOTA, 2008).

As articulações sociológicas dos Avá-Guarani, todavia, não sofreram grandes alterações no que se refere à organização social e habitação dos espaços com as missões e bandeiras; as primeiras transformações significativas se deram quando governos direcionaram projetos de "desenvolvimento". Com a chegada das companhias de exploração de erva mate e de colonização, ocorreu a usurpação e loteamento das terras, provocando distanciamento entre as aldeias e gerando engajamento de indígenas no sistema de produção de erva mate. Esse período é conhecido como *sarambi* entre os Avá-Guarani, que significa esparramo/confusão/bagunça, caracterizando o que foi aquele momento na visão deles.

Para os Avá-Guarani, fronteiras seguem sendo invasivas para sua cultura e *modus vivendi*, pois, até mesmo seus familiares, por vezes, vivem também para além e independentes das fronteiras nacionais. Ademais, essa característica pode ter sido manipulada para construir a ideia de que haveria uma volatilidade na ocupação territorial que, na visão colonialista, não se constituiria numa ocupação efetiva do território atingido pelos projetos da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Assim, a memória desenvolvida na perspectiva dos colonizadores, reforça a ideia de que estes que chegaram na região despovoada do Oeste do Paraná, por meados do século XX e ergueram uma civilização. Como eram terras consideradas desabitadas, surge a concepção historiográfica do "vazio demográfico"²⁷, a qual o historiador Lúcio Tadeu Mota, em seus estudos do processo da construção da tese de vazio demográfico, acerca da ocupação humana na região, destaca:

[...] essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem

²⁷ Conforme definido na Introdução.

cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade. O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização. (MOTA, 2008, p. 65).

Por consequência, o ideal de que não houve lutas ou resistências para a ocupação do Paraná, faz parte do imaginário popular, sobretudo o constante reforço da lógica dominante, fazendo com que, inclusive, historiadores negassem a existência dos povos indígenas que, desde há muito tempo ocupavam as terras. Mota nos remete à esta questão quando aponta para essa desconsideração em trabalhos acadêmicos:

Pois, na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravio”. As terras do setentrião, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos de 1920 aos anos de 1950 estavam desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e colonizadas. É o mito do vazio demográfico. Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. (MOTA, 2008, p. 14).

Essa interpretação foi consolidada ao ser reproduzida em obras que se referem à colonização, e também em instrumentos de normatização de ideias, como a imprensa, rádio, televisão e livros didáticos, acabando por perpetuar essa identidade. A identidade, todavia, tem sido ponto central nos mais diversos temas, pois se relaciona com a construção do discurso utilizado nestes instrumentos. Para tanto, a obra "Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais" de Tomaz Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall e Kathryn Woodward, nos trazem importantes elementos para a discussão.²⁸

Woodward (2014) afirma que a identidade é estabelecida por meio de símbolos, logo, "se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens

²⁸ Esta relação entre os autores mencionados e a discussão sobre territorialidade e povos Guarani veio da consulta à obra: KOSS, Lucimara; SILVA, José Junio da; COSTA, Lourenço Resende da. *Faces do Paraná: (i)migrações, cultura e identidades*. [recurso digital]. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021. Ver ainda a dissertação que também se vale desses aportes teóricos: SANTOS, Raiane Clair Ramirez dos. *"MOSAICO ÉTNICO": Uma análise de discursos que constroem classificações para a população do Paraná (1953-2015)*. Dissertação (Mestrado em História) — Unioeste, Mal. Cândido Rondon, 2017.

materiais" (p. 14). Para tanto, o suposto vazio demográfico e uma identidade paranaense vinculada à classe dominante, dá-se, portanto, na materialidade: a violência moral, psicológica e física que avançou sob os Avá-Guarani demonstra essa construção. A autora destaca que a estruturação da identidade unificada se dá, inclusive, por meio das mídias: "A casa é também um dos lugares nos quais somos espectadores das representações pelas quais a mídia produz determinados tipos de identidades" (WOODWARD, 2014, p. 30-31).

Levando em consideração que a identidade é marcada pela diferença (WOODWARD, 2014), não existe apenas a identidade hegemônica, mas múltiplas identidades, razão pela qual destacamos a importância de se entender as identidades paranaenses de forma coletiva: "As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições" (WOODWARD, 2014, p. 33).

Pelo fato de serem múltiplas, "precisamos vincular as discussões sobre identidade a todos aqueles processos e práticas que têm perturbado o caráter relativamente 'estabelecido' de muitas populações e culturas" (HALL, 2014, p. 108). Nesta direção, o autor afirma que por serem construídas no interior do campo discursivo, a compreensão das identidades exige a compreensão historicizada e vinculada a instituições específicas (HALL, 2014).

Tendo em vista que além de construir identidades, os signos buscam garantir sua manutenção, e ao serem reproduzidos atendem determinados interesses e apresentam uma determinada visão de mundo, portanto, não são neutros; tratam-se de "pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós" (HALL, 2014, p. 112).

A distribuição dos grupos, no passado, em comparação à forma assumida no presente, nos permite visualizar uma determinada territorialidade, que, por sua vez, implica numa identidade. Logo, a expansão capitalista dividiu os povos indígenas, dentre eles os Guarani-Ñandeva, que, aos poucos, foram sendo separados, sem ter sua história abordada de forma direta no que se refere às violações praticadas contra suas particularidades culturais, embora se saiba que se tratam de processos idênticos em muitos aspectos, e que se deram de forma simultânea e articulada. Além de invisibilizar a história destes grupos, o discurso oficial apresenta a construção da

fronteira através da ideologia do colonizador, enquanto sujeito modernizador e transformador da sociedade.

2.1. OBRAGEROS, MENSUS E COLONOS

O Paraná é resultado de relações sociais e de um processo de ocupação, sendo múltiplas as identidades que se configuram neste espaço. Desde o desmembramento da província de São Paulo, e oficialmente se tornando uma província em 1853, governantes buscaram aumentar a densidade demográfica, que contribuiu para a ampla diversidade paranaense. Dentre as importantes obras de referência para a região Oeste, o livro *“Obrageros, Mensus e Colonos: história do oeste paranaense”*, do pesquisador Ruy Christovam Wachowicz, é uma das primeiras pesquisas históricas sobre a questão.

O objetivo era realizar um estudo da área que seria então atingida pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, com o recorte do período entre 1853 e 1950 (WACHOWICZ, 1982). A pesquisa contribuiu para com a composição da identidade e da memória da região que viria a enfrentar grandes mudanças, todavia, foi determinada pelos objetivos e interesses relacionados à Itaipu²⁹. Portanto, precisamos considerar que essa narrativa histórica pretendia atingir marcos estabelecidos pela empresa.

O estudo tem o norte de explicar como se deu o processo de colonização do Oeste do Paraná entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, delimitando a região da pesquisa não apenas com recortes geográficos, mas com elementos históricos, sociais e econômicos unificadores, a partir do sistema *obrages*. Este sistema havia sido implantado na região no final do século XIX, até, pelo menos, a década de 1950, e tratava-se de um sistema de exploração e predação das riquezas naturais (WACHOWICZ, 1982, p. 11). A sistemática estava organizada da seguinte forma, segundo o autor (WACHOWICZ, 1982, p. 45-47):

²⁹ Conforme descrito na apresentação da obra, a pesquisa foi realizada através do Subprojeto *História da Área da Itaipu*, em 1979, através do termo Aditivo nº 2 ao Convênio nº 81/1975, entre a Itaipu e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do MEC - IPHAN (Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN).

- a) *Obrages*: Empresas estrangeiras argentinas de exploração da erva-mate e madeira.
- b) *Obragero*: Proprietário de latifúndio argentino, com conhecimento de que suas embarcações poderiam navegar até as sete quedas do rio Paraná. Organizava expedições e, em alguns casos, comprava terras do governo paranaense. Era mais comum o ingresso em território paranaense por vias ilegais.
- c) *Mensus*: Trabalhadores, em sua maioria, paraguaios, argentinos e 'guaranis modernos', que embarcavam na expedição para a colheita de erva-mate. Por vezes, fixaram-se nas margens dos rios formando um povoado, mais conhecido como 'porto'.

Por toda região da fronteira, multiplicaram-se os 'portos', que surgiram com o estabelecimento das *obrages* e a fixação dos *mensus*; as Sete Quedas era um benefício para a sobrevivência do sistema segundo Wachowicz. O autor afirma que "para os paranaenses, aquela parte do seu território ainda era um sertão inculto e desabitado" (WACHOWICZ, 1982, p. 45), fazendo esforços ao longo do texto para confirmar esse vazio. Sobre os indígenas, aponta:

[...] Essa população de origem indígena, falando o guarani, há séculos convivendo com as populações brancas, consideradas civilizadas, é que vieram fornecer a leva principal de mão de obra para a implementação das *obrages*, tanto na Argentina, como no Paraguai e no Brasil. Essas populações foram engajadas, de preferência, nos trabalhos extrativos do mate e da madeira. Conhecedores do meio, sabendo distinguir as árvores de erva mate de outras semelhantes, conhecedores dos diversos tipos de madeira da região, sabendo sobreviver em condições adversas na selva, vão ser procurados para esse mister. (WACHOWICZ, 1982, p. 47, grifos do autor).

Fazendo uso do termo 'guarani modernos'³⁰, o autor defende que essa população, na verdade, fazia parte das tribos Guarani de São Paulo, que após a destruição das missões jesuíticas no século XVII pelos bandeirantes paulistas, miscigenaram-se com a população rural paraguaia e estavam sendo "utilizados", a partir do século XIX, para penetrar a fundo no território brasileiro:

³⁰ O autor apresenta o termo baseando-se nos estudos de Darcy Ribeiro, a exemplo de: RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.

Em consequência, o *guarani moderno*, que escapou dos paulistas e dos colonos paraguaios, caía novamente nas mãos ávidas de grandes e fáceis lucros dos obrageros. Eram, portanto, grupos ainda indígenas, que conservavam muitas de suas tradições, mas que não viviam mais em regime tribal. O conflito entre índios e civilizados deu lugar a um *modus vivendi* que permitiu às populações indígenas sobreviver e conservar vários aspectos de sua cultura tradicional. Essa mão de obra já estava acomodada às exigências da sociedade envolvente. Eram populações produtoras e consumidoras, integradas, portanto, na economia regional, embora com um *status* muito baixo. (WACHOWICZ, 1982, p. 47, grifos do autor).

Observa-se, a partir do trecho, que a mão de obra indígena foi utilizada para derrubada da mata, na abertura de estradas e para trabalhar na extração de erva-mate, em condições análogas à escravidão, além da desqualificação desta região enquanto um espaço indígena, negando a presença de muitos destes.

Wachowicz (1982) afirma que o Oeste foi colocado em segundo plano pelos estrategistas imperiais e identifica, com a fundação da Colônia Militar em 1889 na fronteira, os primeiros passos do Estado Brasileiro na ocupação e povoamento da região, após o conflito com o Paraguai (1864-1870), delimitando os espaços para distribuir aos colonos que chegavam à região.

A Colônia, que tinha como principal objetivo estimular o povoamento por brasileiros, não estava atingindo seu objetivo. As razões eram várias: elevados impostos; medidas de afugentamento do comércio e exploração de erva mate e madeira; pouco desenvolvimento na agricultura, além do isolamento e abandono da região, que, segundo o autor, favorecia a presença e a influência estrangeira nas atividades econômicas (WACHOWICZ, 1982).

Na década de 1940, no entanto, o Oeste brasileiro passou a ter ampla atenção por conta do imaginário politizado da “Marcha para o Oeste” durante o governo de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945), tendo em perspectiva a busca do desenvolvimento e progresso do país. Divulgado com uma campanha nacional na década anterior, através dos meios de comunicação pautando o resgate do valor do ‘sertão’, nela estava embutido o desejo de “[...] fazer os brasileiros circularem para o oeste, a fim de todos, de uma forma ou de outra, estivessem presentes no grande

todo" (WACHOWICZ, 1982, p.144)³¹. No âmbito paranaense, a campanha contribuiu para atingir o que a bibliografia e documentos da época consideravam como o vazio demográfico, ou sertão vazio.

Indagava-se do elemento humano mais conveniente que seria estimulado a ocupar os sertões férteis do oeste. Mas, para impulsionar um movimento de tanta envergadura, precisavam encontrar uma força coletiva na nacionalidade, que fosse capaz de movimentar milhares de pessoas com o mesmo objetivo. Era preciso encontrar, no subconsciente do povo brasileiro, um *fermento instintivo dos tempos heróicos*. Esta inspiração foi encontrada num pretenso espírito do bandeirante. A epopéia do bandeirantismo, dominante nos primeiros séculos da nacionalidade, deveria fornecer a inspiração para um novo sentimento de fronteira. Silvio Romero, Candido Rondon, Tristão de Araripe, Paulo Prado, Cassiano Ricardo e outros, são nomes que fermentaram e estimularam a *marcha para o oeste*. (WACHOWICZ, 1982, p. 142, grifos do autor).

A presença do discurso de atitudes heroicas de “desbravadores”, até os dias atuais, permanece no imaginário, enfocando origens e fundações. Apesar do Oeste do Paraná possuir suas singularidades, a região não estava alheia ao que ocorria no país, ao menos no que tange às políticas de atração de pessoas, afinal, uma região e sua identidade se constroem por meio de múltiplos processos. No entanto, o resultante da construção deste suposto vazio e da abordagem proposta pelo autor, que se preocupa em estabelecer marcos de ruptura com um determinado passado, legitima o poder vigente, partindo do pressuposto de que só têm importância as sociedades que possuíam uma relação direta com a constituição da sociedade capitalista.

2.2. OS AVÁ-GUARANI NO OESTE PARANAENSE

Para compor esta dissertação, tivemos como parâmetro relatórios de Comissões que buscaram identificar diligências nos territórios indígenas Guarani Ñandeva no Paraná, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que subsidiou a Comissão Nacional da Verdade (PACKER, 2013); e da Comissão Estadual da

³¹ Essa reconstrução se fez presente quando o Estado Novo decidiu concretizar sua ação política por meio da criação de territórios federais em 1943, nas regiões do Amapá, Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Ponta Porã (parte do atual Mato Grosso do Sul) e Iguazu. Ver mais em: BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. **A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense**. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

Verdade, produzido pelo Ministério Público do Paraná, coordenado por Olympio de Sá Sotto Maior Neto (NETO, 2017). Outro referencial deriva da Comissão Interdisciplinar da Procuradoria Geral da República intitulado "Avá-Guarani: a construção de Itaipu e seus direitos territoriais" (ALCÂNTARA, 2019), resultado de solicitação da Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, que fundamentou uma ação civil solicitando a condenação da União, do Estado do Paraná, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Itaipu pelos danos causados a esta população³².

De antemão, destacamos que a Fundação Nacional do Índio foi instituída pela Lei Federal nº 5.371/1967, num contexto ditatorial, assinada pelo presidente Costa e Silva e pelo ministro do recém-criado Ministério do Interior (Minter), Albuquerque Lima, com a finalidade de substituir o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Este, então, era o primeiro órgão do Estado destinado ao desenvolvimento da política indigenista, fundado em 1910 e que havia sido alvo de uma série de denúncias de má gestão e violação de direitos das populações indígenas.

A Lei determina a principal função da Funai: "estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista" (BRASIL, Lei nº 5.371/1967). Dentre os outros objetivos, baseados em princípios que deveriam ser elaborados no cumprimento de políticas indigenistas, frisamos:

- a) respeito à pessoa do índio e as instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de tôdas as utilidades nela existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contacto com a sociedade nacional;
- d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma a que sua evolução sócio-econômica se processe a salvo de mudanças bruscas;
- II - gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização;
- III - promover levantamentos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre o índio e os grupos sociais indígenas;
- IV - promover a prestação da assistência médico-sanitária aos índios;
- V - promover a educação de base apropriada do índio visando à sua progressiva integração na sociedade nacional;

³² A ação da Procuradoria Geral da República requereu a condenação dos réus ao pagamento de indenização de R\$50 milhões por ano e pagamento de danos materiais pela remoção forçada no valor de R\$100 milhões anuais, ambos calculados desde o início da construção de Itaipu. No entanto, com a substituição da Procuradora Raquel Dodge por Augusto Aras (indicado pelo atual presidente do país, Jair Bolsonaro, e à revelia da lista triplíce da Associação Nacional de Procuradores da República), a ação foi inicialmente arquivada, voltando a tramitar recentemente.

- VI - despertar, pelos instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indigenista;
VII - exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio. (BRASIL, Lei nº 5.371 de 1967).

Com o golpe de 1964, a presidência da Funai foi ocupada por um civil, dois militares e era subordinada ao Minter, comandada também por militares. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por sua vez, uma Autarquia Federal, criada em julho de 1970, entre as suas atribuições consta a implantação da Reforma Agrária³³, manter o cadastro de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Logo, a presença militar no Oeste paranaense é calcada no fato de que os órgãos foram dirigidos por generais vinculados ao regime ditatorial, os quais atendiam diferentes interesses estratégicos, econômicos e centralizadores. Entre as estratégias, o rígido controle das manifestações públicas de opinião que fossem contrárias aos seus atos, inclusive da imprensa, o que facilitou que as críticas fossem silenciadas, criando condições ideais para que o projeto fosse realizado sem maiores contratemplos.

Os estudos inicialmente citados nesta subseção (PACKER, 2013; NETO, 2017; ALCÂNTARA, 2019), identificam processos de violações de direitos dos indígenas frente às condições de vulnerabilidade a qual estavam submetidos. A conjuntura da ditadura civil-militar, somada à aparência de mera solução "técnica" para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, criou condições para que os Avá-Guarani, que ali viviam, tivessem poucas oportunidades para serem considerados enquanto donos de sua própria voz, sobretudo por ter um modo de vida que era contra os ideais de desenvolvimento propagados pelo militarismo. Diante dessas políticas, acabaram por sofrer pressões deste novo processo colonizador.

A antropóloga Maria Brant de Carvalho (2013) mapeou, a partir da memória oral, a existência de trinta e duas aldeias nas primeiras décadas do século XX no Oeste do Paraná (Quadro 1), que foram retiradas de suas posses por meio de remoções forçadas, contabilizando 839 famílias que se deslocaram para outras regiões, estados e países, considerando a condição de Tríplice Fronteira. Os que

³³ Trata-se da reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover e proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social.

permaneceram ficaram com poucas áreas, sobretudo no que, hoje, conhecemos como as cidades de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Guaíra, Terra Roxa Santa Helena e Itaipulândia³⁴.

Nº	TEKOHA	MUNICÍPIO	LOCALIDADE	FAMÍLIAS	EXPULSÃO	INVADIDO POR
1	Campina	Toledo	Rios: Iguaçuzinho Verde e Caraguatá. Ref: 8 km do aeroporto de Toledo Local: uma campina	30	1957	Fazenda/ "Willy Barth" (?)
2	Britador	Toledo	Rio Pio	20	1954	Fazenda
3	Memória	Corbélia	Rio Memória	42	1952	Fazenda
4	M' Boi-Picuá	Cascavel	Rios: M'Boi-Picuá e Central prox. a Vila Central	17	1949	Cidade
5	Lope'i	Toledo	Rio Lope'i (mm TI de Barro Preto)	32	1953	Cidade - atualmente município de Bom Princípio
6	Barro Preto ou Yvy-u	Toledo	Rio Barro Preto (mm TI de Barro Preto)	15	1953	Cidade - atualmente município de Bom Princípio
7	Rio Branco	Marechal Cândido Rondon (antigamente), próximo à Pato Bragado e ao Distrito de Porto Mendes	Rios: Branco e Paraná	27	1958	Colonos
8		Yvyrá-Petei Iguaçuzinho	Campo Mourão, margens do Rio Piquiri	22	1942	Fazenda
9	Rio Tapera	Laranjeira do Sul	Rio Tapera	50	1945	Fazenda
10	São João Velho (2º núcleo)	Foz do Iguaçu	Rio São João (antigamente). Próximo à Usina Hidrelétrica de	40	1962	1º Colonos segundo depoimentos "o branco"

³⁴ Não havia divisão entre esses municípios antes da chegada das companhias colonizadoras.

			São João. Hoje Rio Tamanduá. Interior do Parque Nacional do Iguaçu			invadiu" 2º Parque Nacional do Iguaçu
11		Guarani (1º núcleo)	Foz do Iguaçu, Rio Iguaçu em frente às Cataratas do Iguaçu e Interior do Parque Nacional do Iguaçu	50	1943	1º Colonos segundo depoimentos "o branco invadiu" 2º Parque Nacional do Iguaçu
12	Colônia Guarani	Periferia de Foz do Iguaçu hoje	Três Lagoas. Vila Guarani ou Gleba Guarani (atualmente)	50	1971	Colonos retirados do Parque Nacional do Iguaçu, são instalados no local pelo INCRA
13	Camba'i	Porto Britânia Porto Mendes	Rio Camba'i	14	1914	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)
14	Rio Guavirá	Alvorada (antigamente) Santa Terezinha (atualmente)	Rio ou Arroyo Guavirá	20	1950	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)
15	Passo-Kuê	Alvorada (antigamente) Santa Teresinha (atualmente)	Arroyo Passo-Kuê	18	1945 a 1950	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)
16	Takuá Pindaí	Alvorada (antigamente) Santa Teresinha (atualmente)	Rio Pindaí	12	1950	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)
17	Mborevy (Anta)	Alvorada (antigamente) Santa	Rio Pindaí	12	1950	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está

		Teresinha (atualmente)				embaixo d'água (represa de Itaipu)
18	Ocoy Jacutinga	Criciúma (antigamente) Santa Teresinha (atualmente)	Norte: Rio Ocoy Sul: Arroyo Jacutinga Leste: Estrada Velha Foz-Guaíra Oeste: Rio Paraná	70 ³⁵	1973 a 1982	Incra Itaipu
19	M'Boicy	Foz do Iguaçu	Rio M'Boicy	15	1940	Colonos, e em seguida transforma-se na cidade de Foz do Iguaçu
20	Vitorace (acampamento de trabalho)	Santa Teresinha	Três Lagoas	20	1968	Acampamento de trabalho indígena
21	Quatro Pontes	Marechal Rondon Toledo	Rio Quatro Pontes	28	1960	Fazenda Cidade
22	Paraje	Toledo	Rio Iguaçuzinho	16	1961	Fazenda
23	Sanga-Funda	Foz do Iguaçu	Rio Sanga-Funda / Rio dos Índios hoje	8	1961	Fazenda
24	Ipiranga	Alvorada (antigamente) Santa Teresinha (atualmente)	Beira do Rio Paraná	19	1940/1950 1983	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)
25	Tatu-Jupi	Céu Azul	Rio Botu	28	1939 a 1975	Fazenda Cidade
26	Paková	Corbélia	Rio M'Boi-Picuá e Rio Paková	14	1947	Fazenda
27	Três Irmãs	Santa Helena	Rio São Francisco	10	1976/1982	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)

³⁵ Após a ação de expulsão pelo Incra, 32 famílias resistiram; e após a notícia de que as terras seriam inundadas pela Itaipu, 19 famílias resistiram.

28	Santa Rosa	Santa Helena	Rio São Francisco	14	1939/1940	1º Colonos 2º UHE Itaipu Área está embaixo d'água (represa de Itaipu)
29	Jabuticaba	Toledo	Rio Verde (cabeceira)	22	1951	Fazenda
30	Ivá-Karetã (Mato Querimado)	Quedas do Iguazu (antigamente) Espigão Alto (atualmente)	Rio Mato Queimado e Rio Macaco	88	1965	Fazenda
31	Mocoitadjy (Dos Lapacho) (Dois Ipês)	Criciúma (antigamente) Santa Teresinha (atualmente)	Rio Leon	7	1970	Colonos
32	Arroyo Leon	Criciúma (antigamente) Santa Teresinha (atualmente)	Rio ou Arroyo Leon	9	1971	Fazenda

Quadro 1 – Terras Indígenas Guarani recentemente invadidas e ocupadas no século XX no Oeste paranaense
Fonte: CARVALHO (2013)

A autora explica que o termo "colono" utilizado é, para os indígenas entrevistados para a elaboração do quadro, "todo 'representante da sociedade envolvente', portanto, muitas vezes não sabem dizer exatamente se a invasão se deu em função interesse particular do colono ou se este mesmo pressuposto 'colono' agia em função do poder estatal" (CARVALHO, 2013, p. 322). Destaca-se que em todas as áreas o Estado tinha políticas indigenistas a serem seguidas, de defesa dos territórios indígenas. No entanto, como observado acima, pelo menos treze *tekoha* foram ocupados em detrimento do próprio Estado, vocalizando o discurso da expulsão.

Assim, no início dos estudos para a construção de Itaipu, na década de 1970, os Avá-Guarani estavam dispersos, em decorrência do *sarambi*, com poucas alternativas de subsistência. A ocupação se concentrava em três aldeias maiores: "Guarani", "São João Velho" e "Tatu Jupi". Famílias indígenas e não-indígenas viviam

no espaço que conhecemos como Parque Nacional do Iguaçu (PNI)³⁶ e, progressivamente, foram expulsas para a desobstrução da área. Segundo Alcântara (2019), 437 famílias de colonos foram retiradas do PNI ao longo da década, sendo indenizadas e reassentadas – inclusive na aldeia apresentada a seguir, reduzindo ainda mais o território.

No entanto, o tratamento com as famílias Avá-Guarani expulsas do local foi diferente. Pela expulsão, muitos juntaram-se na aldeia de Ocoy-Jacutinga³⁷ (Figura 7 e 8), local que estava mais afastado dos interesses concentrados em Foz do Iguaçu, no extremo norte paranaense, e apresentava mata alta, preservada.

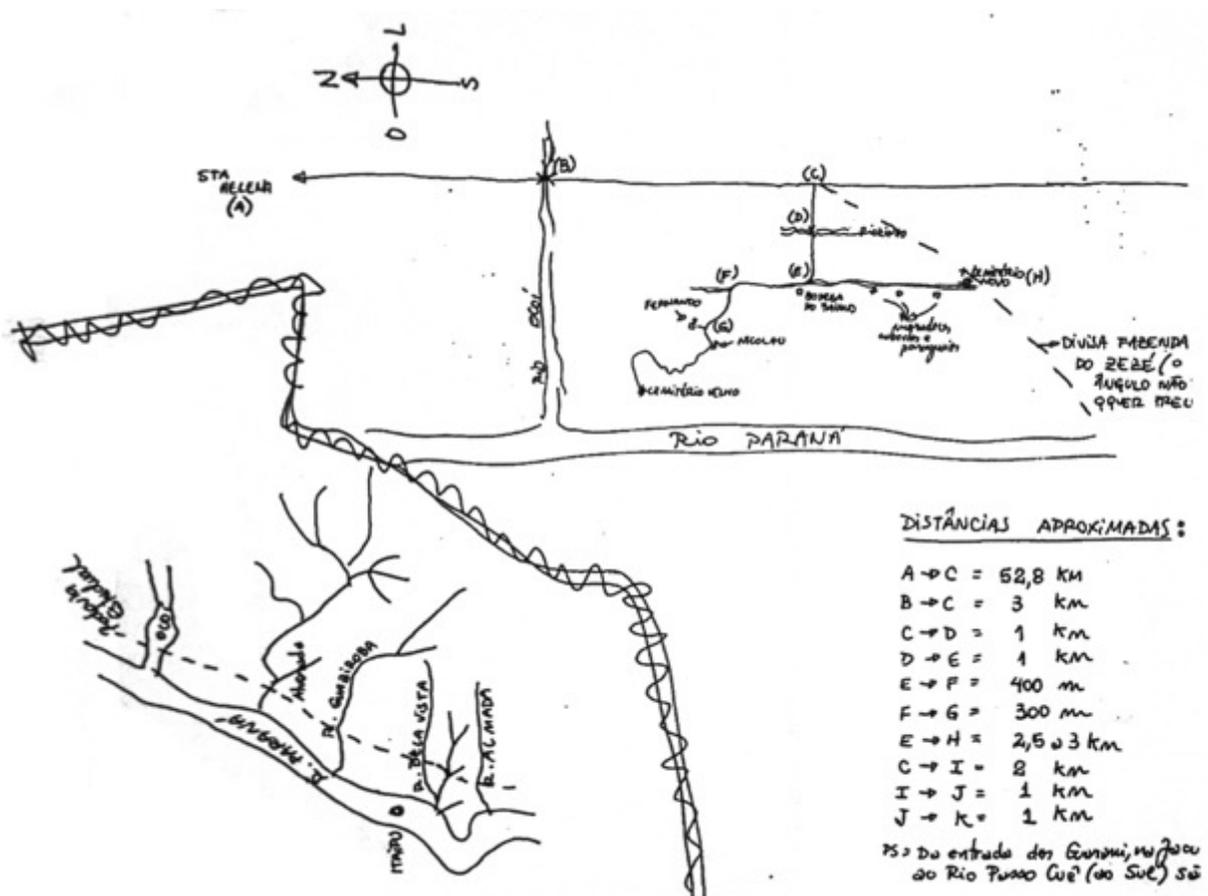


Figura 7 – Croqui com a localização do Tekoha Ocoy-Jacutinga
Fonte: BRIGHENTI (2020)

³⁶ Criado em 10 de janeiro de 1939, através do Decreto nº 1.035. Em 1986 foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Mundial Natural.

³⁷ Destacamos que diante do processo colonizador, segundo Carvalho "a organização social Guarani no território, deve ser analisada como um complexo de aldeias que se interrelacionam, as quais vivem num complexo territorial considerado próprio e que naquele momento, se ajudavam reciprocamente" (2013, p. 364).

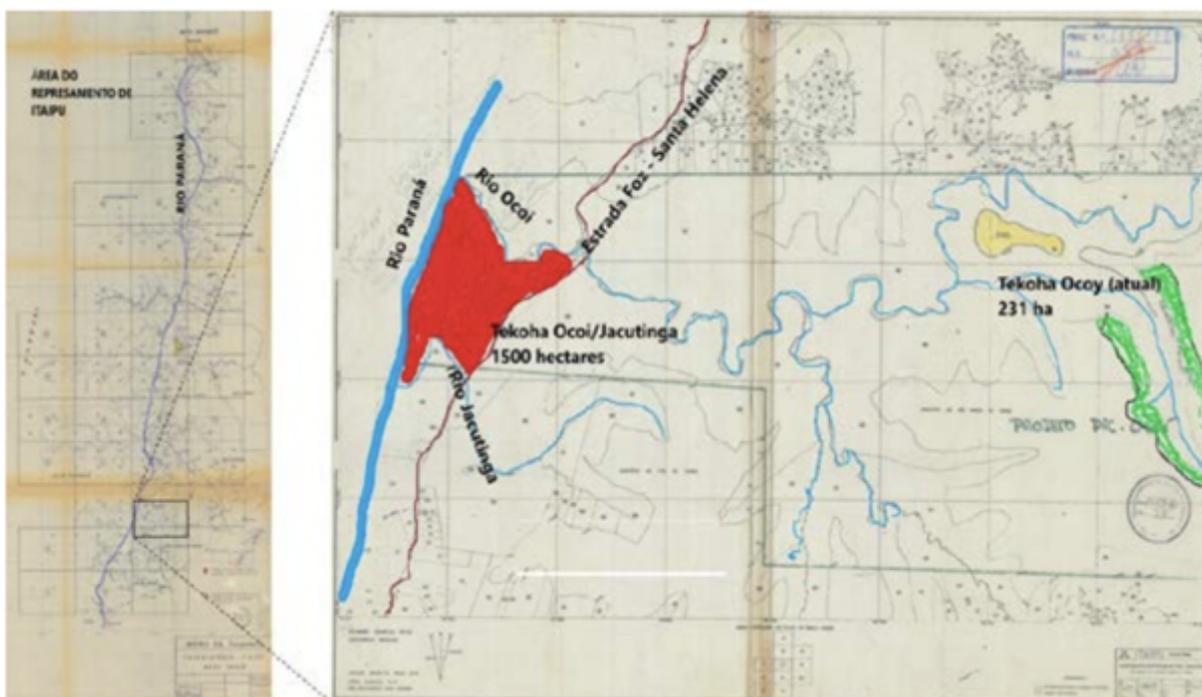


Figura 8 – Mapa da localização do Tekoha Ocoy-Jacutinga
 Fonte: BRIGHENTI (2020)

O Avá-Guarani Pedro Alves, em entrevista a Ian Packer no ano de 2013, para a elaboração do Relatório do CTI, relata o processo de invasão e despejo que sofreram em Ocoy-Jacutinga:

Quando eu vivi em Tekoha Ocoy/Jacutinga, o colono já estava todo em volta. O Inca falou que tinha que sair, queimaram casa. Daí tivemos que sair. Eu lembro assim, em 1969, era um mato ainda, vinha até no São Miguel, e daí eu acho que quando veio essa história de Itaipu, que ia inundar tudo. Então arrendou a terra pra plantar hortelã, enquanto a represa fica pronta. E o índio também tinha que sair dali. Então veio o Inca pra medir a nossa terra pra poder arrendar para os colonos. Daí tivemos que correr e passar pro Paraguai. E aqueles que tinham coragem ficaram num cantinho, mas ficaram bem quietos. E por isso que até hoje a gente não perdeu tudo, tem como lutar ainda. Então quando veio a Itaipu, em 1971, por essa época, quando começou esse projeto, a gente só ficou no cantinho, 4, 5 famílias. Por isso que até hoje Itaipu fala que só encontrou 5 famílias, que são as 5 famílias que têm direito a ter terra. Mas tinha bastante, que correu tudo quando o Inca veio botando fogo nas casas, ficou 4, 5 famílias. Ficou aquele que tem coragem, o resto correu. (BRIGHENTI, 2020, p. 54).

Dona Narcisa Tacua Catu, uma senhora Avá-Guarani, destaca que seu povo, apesar do constante histórico de violação de direitos, se manteve, na sua forma de ser, resistente. Ela descreve a invasão em Ocoy-Jacutinga no ano de 1973, a mando

do Incra, como apontado a pouco, para assentar famílias não-indígenas que estavam no PNI:

Em 1973, o Incra chegou aqui (Jacutinga) expulsando a gente da terra. Eles assustavam a gente, ameaçavam, mandavam embora, botando fogo nas casas, queimando nossa plantação, atiravam nossas coisas na estrada, expulsando a gente daqui. Ameaçavam dar tiro na perna de quem não queria subir no caminhão. (BRIGHENTI, 2020, p. 56).

Com a invasão, parte do grupo fugiu para outras aldeias. A Funai, órgão que teria a função de garantir o cumprimento da política indigenista, sabia da existência dos indígenas na região e suas localidades desde o tempo do SPI, mas não efetivou ações para a preservação do território³⁸. Apesar de existirem normas administrativas legais para o despejo³⁹ na época, somente em 1976, após a invasão do Incra, a Funai enviou um servidor para verificar a situação do grupo, devido à uma nova ameaça de despejo, que resultou num curto relatório onde diz:

[...] a Colônia Guarani foi demarcada pelo Distrito de Terras do Paraná e Santa Catarina do INCRA, dentro das terras da primitiva área ocupada por grupo tribal Guarani, onde viviam na década de 30, cerca de 40 famílias indígenas, algumas numerosas, chegando até a contar com 17 membros. Informou também, o Cel Belo, atual Diretor do Parque Nacional do Iguaçu, que há uns dez anos (1966), quando no Comando do 1º Batalhão de Fronteiras em Foz do Iguaçu, existiam famílias indígenas nessa área, também conhecida por Três Lagoas, com os quais manteve contato por intermédio do Sargento Orcídio A. Dias, o qual pessoalmente confirmou a informação. [...] A área está toda intrusada... estando o INCRA com os títulos de 70 lotes prontos para ser entregues aos ocupantes.

[...] Consta que não vive família indígena alguma na área, pois os índios remanescentes devem estar espalhados na região de Foz do Iguaçu e Paraguai, a que depende de mais minuciosa e demorada verificação. Se mediante tais diligências, se apurar a existência de famílias Guarani, talvez fosse possível localizá-los no Parque Nacional do Iguaçu/PNI, cujo Diretor, todavia, afirmou inexistirem índios no interior do mesmo. (Ofício n. 045/76 - GAB/4ºDR/FUNAI/Curitiba, 20.2.1976 apud ALCÂNTARA, 2019, p. 71).

³⁸ Em relatório do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário de 1988, há, inclusive, especificação de consenso histórico de que os Avá-Guarani foram "encontrados" na região no século XVI, ou seja, a Funai sempre teve clareza de que o Paraná é indígena. Código de Referência: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0016_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

³⁹ Na época, se fazia necessária a caracterização do grupo através de Laudo Antropológico, a formação de Grupo de Trabalho e autorização da Presidência da República. Esse procedimento não aconteceu no despejo dos Avá-Guarani.

Todavia, nenhuma verificação chegou a ser feita e, no que se refere ao PNI, o diretor da época (também militar), para além de negar a história e a existência dos Avá-Guarani, recusou qualquer estudo por parte da Funai – que também não insistiu em vistoriar. Os documentos apontam que a Funai tentou, no entanto, garantir qualquer área aos indígenas (sem reconhecer o direito originário, vínculo histórico e o modo de ocupação), mas a proposta não avançou por não terem áreas disponíveis:

Dos entendimentos mantidos pelo Delegado Regional do Incra, no Paraná, *ficou patente a necessidade imediata de remoção do grupo para outro local*, em face da premência na liberação da área, em favor dos civilizados que a habitam e *que terão seus lotes titulados por esse instituto*. (Ofício FUNAI, n.?, junho/1976, dirigido ao presidente do Incra apud ALCÂNTARA, 2019, p. 72, grifos do autor).

No ano seguinte ao ofício apresentado, a área foi liberada oficialmente para a titulação aos colonos. Assim, a situação agrária se dá pelo fato de o grupo ser composto por um grande número de indivíduos, que precisavam de parcelas em um amplo território, o que na visão do Estado "representaria risco de se estar 'promovendo a permanência destes indígenas em espaços caros ao capital'; na medida em que se legitima a criação de mais bases territoriais, se vai, portanto, na contramão da política dominante" (CARVALHO, 2013, p. 199).

As famílias que permanecem em Ocoy-Jacutinga, espremidas em pequena parte do território original, sofreram novas pressões na década de 1980, sobretudo pela suposta imprecisão do número de famílias indígenas, o que definiria o tamanho da área de reassentamento, tendo em vista que a área seria alagada. Suposição essa que partiu pela invalidação aos Avá-Guarani, comprovada, por exemplo, pelas classificações em documentos expedidos pela Funai: "aculturados", "desocupados", "aventureiros", "mestiços"; e pela contradição de um grupo de trabalho, que realizou vistorias sem localizar conferências apontadas pelos indígenas (ALCÂNTARA, 2019, p. 77-78).

Para tanto, a Funai enviou servidores de outros estados para procederem uma identificação étnica da comunidade, oportunidade na qual um primeiro grupo de trabalho produziu um relatório onde constava a necessidade de manter contato com os indígenas para comprovar a identificação. O trabalho foi considerado insuficiente,

e um novo foi realizado. Célio Horst, que se auto declarava antropólogo⁴⁰, ficou encarregado de fazer levantamentos para obter a identificação étnica com “critérios de indianidade”⁴¹. No relatório de viagem de Horst, datado de 15 de junho de 1981, consta a identificação de onde os demais indígenas estavam, além do reconhecimento de ações violentas para a redução dos territórios:

No ano de 1976 ocorreram atos de violência na tentativa de “desapropriação” das terras incluídas pelo Inca no Projeto de Integração e Colonização ICOI (PIC-OCOI).

Lavouras foram destruídas, casas queimadas e famílias inteiras expulsas da área. Dentre estas famílias expulsas destacamos a de CECÍLIO VILHALVA GOMES e seus cinco dependentes que passaram a residir no PI Rio das Cobras. Quando o levantamento realizado pelo INCRA para o loteamento da área, Geronimo Vaz e seus familiares, como não sabiam falar bem o português, foram excluídos e as terras que lhes pertenciam passaram a ter outros donos.

Segundo o depoimento dos próprios índios residentes na área, em 3 de agosto de 1979 chegou um ônibus para “levar todos os bugres para uma reserva”. Como não houve maiores esclarecimentos, SALÍCIO ROSA (lote 592), com medo, fugiu para o outro lado do rio com os familiares.

Seus pertences foram levados pelo ônibus. Acontece que Salício nasceu na área e só não retornou ainda, porque não tem onde residir, já que seu lote foi invadido por José Nunes Sampaio, pescador profissional. Parentes dele informaram que ele pretende voltar assim que tenha onde possa ficar. (HORST, 1981, p. 6-7).

Os Avá-Guarani afirmam que dezenove famílias haviam permanecido em Jacutinga, o Inca somava onze famílias e Célio Horst nove, sendo apenas cinco consideradas “verdadeiramente indígenas”, e as demais não-indígenas ou remanescentes que “não se identificam como indígenas”. Dessa forma, somente cinco famílias teriam direito à terra através de títulos individuais⁴². No laudo, Horst sugere ainda que possam residir na Terra Indígena de Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul, de ocupação Kaingang, como se fosse consensual. Francisca Vilhalva não foi reconhecida como indígena (Figura 9):

⁴⁰ Segundo os relatórios que subsidiam esta pesquisa, não possuía formação em antropologia e mantinha vínculo com militares, sobretudo com o ex-Presidente da República Ernesto Geisel.

⁴¹ Estabelecido pela Funai em 1981 com ordens do coronel Zanoni, com finalidade de “classificar quem é ou não índio”, os indicadores poderiam ser apenas listados (e não justificados). Na época, quando divulgaram os procedimentos, pesquisadores e ativistas se manifestaram contra, pelo fato de prejudicarem grupos étnicos em direitos à terra.

⁴² Procedimento ilegal, tendo em vista que se tratava de um povo indígena.



Figura 9 – Francisca Viliálva, Ocoy-Jacutinga (1980)
Fonte: Acervo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

O laudo de Horst, aprovado pela Funai, foi imediatamente contestado tanto pela comunidade Avá-Guarani, quanto por defensores e defensoras da causa indígena. Além de cartas enviadas à Itaipu, Funai, Banco Nacional, Papa João Paulo II, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), com apoio de entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão de Justiça e Paz do Paraná, contestou o parecer com um contra laudo, elaborado pelo antropólogo Edgard de Assis Carvalho.

Alcântara (2019) afirma não foi mera coincidência Célio Horst ter sido designado para a tarefa, sobretudo por se tratar de um método que a maioria dos antropólogos e antropólogas não realizariam, “[...] por fugir aos parâmetros antropológicos e por violar os procedimentos que eram, já naquela época, internacionalmente reconhecidos no que tange ao autorreconhecimento e ao reconhecimento pelos demais membros do grupo” (p. 84). No entanto, mesmo tendo um laudo invalidado, seguiu atuando junto à Funai, inclusive após o fim da ditadura civil-militar.

Em pesquisa ao Arquivo Nacional, a atuação de Célio Horst é destacada em outros momentos, como em dezembro de 1976, através de comunicado expedido pela Regional Norte I do Cimi, onde protestam contra a retirada de agentes pastorais da área indígena dos Kulina⁴³, região do Alto Purus e Boca do Chandless. No documento⁴⁴, indagam:

[...] a expulsão foi motivada porque os três agentes/pastorais não conseguiram “provar” as restrições que fizeram às atitudes do indigenista Célio Horst? Neste caso, recomendaríamos que o general Ismarth percorresse o Alto Purus e verificasse ‘in loco’ a edificante imagem que o sr. Horst deixou junto à população ribeirinha e aos índios Kulina. Aí, então, teria as provas necessárias para, pelo menos, advertir o indigenista Célio Horst a fim de que seja mais comedido em usar suas ameaças e seu revólver e não seja tão facilmente confundido com um pistoleiro qualquer. (ARQUIVO NACIONAL, 1976, p. 1).

No mesmo ano em que produziu o laudo dos Avá-Guarani, um arquivo revela que o governo paraguaio tinha interesse de convidar o ‘antropólogo’ a visitar o país vizinho, para tanto, solicita informações do servidor⁴⁵. Dois anos depois, Horst é citado em documentos que tratam do Projeto de Mineração do Rio Içana, no Amazonas⁴⁶. Nele, indicam que o mesmo adquiriu materiais para a prática de garimpo, além de intermediar a compra de materiais resultados deste trabalho, em nome da Funai. Na sequência, há divergência acerca da quantidade de materiais vendidos:

- a) No relatório anexo ao documento em referência, consta que, segundo índio CURIPACOS DA MALOCA MATAPI, a maior parte do ouro produzido no garimpo (pouco mais de 2 Kg), foi comercializada junto à FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI), tendo como intermediário na compra o antropólogo CÉLIO HORST.
- b) A FUNAI, no entanto, alega que o antropólogo CELIO HORST adquiriu apenas 200 gramas de ouro, quantidade essa vendida em BELÉM/PA. (ARQUIVO NACIONAL, 1983, p. 42).

Os registros indicam, ao final, que a quantidade de material extraído condiz com o relatado pelo indígena. Além disso, em arquivo expedido pelo Ministro Chefe

⁴³ Os Kulina são do estado do Acre e sul do Amazonas, sobretudo na fronteira do Brasil com o Peru.

⁴⁴ Código de Referência: BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0008_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

⁴⁵ Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81018915_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

⁴⁶ Código de Referência: BR_DFANBSB_H5_0_PMI_0053_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

do Gabinete Civil⁴⁷, em novembro de 1985, onde indígenas Rikbaktsa⁴⁸ do estado do Mato Grosso, encaminham carta com reivindicações da comunidade, destaca-se: “são contra funcionários (citam nominalmente) da Velha República que permanecem na FUNAI e no MINTER prejudicando o trabalho de implantação da Nova República” (ARQUIVO NACIONAL, 1985, p. 5). Na sequência, informam: “CELIO HORST – antropólogo, executor dos espancamentos e tortura aos índios Rikbatasa” (p. 7). Ou seja, mesmo com registros que solicitavam medidas contra o ‘antropólogo’ – antes e depois da produção do laudo em Ocoy-Jacutinga, as documentações não indicam que ações foram realizadas.

Com a proximidade da criação do lago de Itaipu em 1982, e a situação não resolvida da comunidade Avá-Guarani, há registro de documentação confidencial da Itaipu Binacional, através da Assessoria Especial de Segurança e Informações, com o assunto: “Comunidade Indígena “Avá-Guarani” localizada às margens do Rio Jacutinga - Foz do Iguaçu/PR”⁴⁹, tratando-se de um relatório com informações sistematizadas, após a ações contra a invasão das terras pelas águas da Usina. Na oportunidade, afirmam:

Os aborígenes remanescentes na região vêm recebendo orientação de entidades ligadas ao **problema do índio no Brasil**. Em data não precisada, foi vista no sítio indígena uma mulher branca, que falava fluentemente o idioma GUARANI. A mencionada mulher se fazia acompanhar por outros brancos e inclusive comprou mantimentos para a tribo. (ARQUIVO NACIONAL, 1982, p. 3, grifos nossos).

Ou seja, investigavam a comunidade a ponto de constatarem visitas de órgãos que auxiliavam na defesa dos direitos indígenas, mas ao se tratar da quantidade de famílias, não havia consenso, tanto é que refutam o laudo de Horst no relatório, destacando as cinco famílias indígenas com direito à terra:

A FUNAI, através do Laudo Antropológico, identificou como sendo indígenas as famílias de FERNANDO MARTINE PARÃRÃWYPOTY, OVILON VENITE, MÁXIMO VILHALBA e SALÍCIO ROSA. Segundo consenso geral dos habitantes do sítio, o indivíduo JOÃO LOPES também é considerado índio, porém não se encontrava no local por

⁴⁷ Código de Referência: BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0063_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

⁴⁸ Também chamados ricbactas, rikbakta, rikbaktsa ou erikbaktsa. Vivem na bacia do rio Jurena, noroeste do Mato Grosso.

⁴⁹ Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82025789_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

ocasião do levantamento efetuado. (ARQUIVO NACIONAL, 1982, p. 5).

Ainda no mesmo documento, descrevem a presença de 13 famílias (Figura 10) na localidade, além da intenção de mais 10 famílias Avá-Guarani retornarem do Paraguai e da Terra Indígena de Rio das Cobras.

- No dia 4 de março do corrente, foram constatadas as presenças das seguintes famílias na Barra do Ocoí:

<u>FAMÍLIA</u>	<u>Nº DE HOMENS</u>	<u>Nº DE MULHERES</u>	<u>Nº DE CRIANÇAS</u>
1. <u>JOÃO CENTURIÓN</u>	05	03	03
2. <u>ALECIO BOGADO</u>	02	02	02
3. <u>ANGEL BENITES</u>	03	03	06
4. <u>UBALDO GONÇALVES</u>	02	02	03
5. <u>INÁCIO FLORIANO</u>	02	01	01
6. <u>TEREZINHO CENTURIÓN</u>	01	01	02
7. <u>SÉRGIO ORTIZ</u>	01	01	-
8. <u>BALBINO BENITEZ</u>	01	01	-
9. <u>JOÃO MARTINEZ</u>	01	01	01
10. <u>JORGE BOGADO</u>	01	01	-
11. <u>MÁXIMO VILHALBA</u>	04	02	06
12. <u>SANTIAGO CENTURIÓN</u>	01	-	-
13. <u>FERNANDO MARTINE</u>	01	02	02
13 famílias	25	20	26
TOTAL GERAL - 71 pessoas na comunidade indígena.			

Figura 10 – Famílias constatadas pela Itaipu em 1982
Fonte: Arquivo Nacional (1982)

Ademais, no mesmo documento do Arquivo Nacional, consta a carta dos Avá-Guarani à Itaipu e a Funai, em fevereiro de 1982, assinada com digitais de representantes indígenas (Anexo A), recusando a proposta de 20 hectares de terra no Município de Santa Helena e 80 hectares da faixa de segurança da represa, em troca de seu território tradicional, que seria alagado.

Essa terra da Itaipu é boa para plantar, mas não dá para o Guarani, não tem mato, **é pouca terra**. Tem que procurar o mato. Não precisa

ser tudo mato, mas ao menos um pouco de mato tem que ter, mas pode ter um pouco de limpo. Mas o mato não pode ser só um pedacinho, porque depois acaba a lenha, não tem bichinho. E precisa o mato prá fazer a casa. Como vai fazer a casa? De capim não dá. Vai fazer a casa de terra? De terra não dá. Precisa procurar o mato onde passa o rio prá ter o peixe. [...] FUNAI precisa vim falar com o Guarani prá entender o nosso sistema. **Nós não queremos viver como o Karai.** (ARQUIVO NACIONAL, 1982, p. 7, grifos nossos).

Reafirmando a necessidade de suas reivindicações serem contempladas⁵⁰, elencam que, além de ser pouca terra, as condições ambientais não são adequadas de acordo com sua *mundivivência*, para tanto destacam a importância de a Funai estar em contato com a comunidade, para a compreensão de que “não querem viver como o homem branco”. Na carta, também apontam:

Nós viajamos muito longe, andamos bastante prá dizer pro Governo que **nós não queremos sair do nosso lugar**, porque aqui sempre viveram os nossos pais e os pais dos nosso pais, e nós nascemos e se criamos aqui. Mas como vai vir essa água da Itaipu o Guarani tem que deixar essa terra. Então nós queremos um lugar pra viver com a nossa gente. Prá fazer nossas plantas e seguir o nosso sistema. Mas não queremos ir longe do nosso lugar e dos parentes. Nós queremos umas terras aqui perto, e terra de mato. Tem o Parque do Iguaçu, tem muitas fazendas aqui perto que tem mato, e até enconstado no Parque. Essa terra de Santa Helena nós não vamos querer, nem outra terras desse jeito. Não gostamos terra sem mato, e não pode ser pequena. O Guarani está com pressa, porque o tempo de fazer roça vem vindo, e a **Itaipu está mandando sair no fim de abril, e não queremos sair sem outro lugar.** (ARQUIVO NACIONAL, 1982, p. 8, grifos nossos).

Em maio do mesmo ano, pela pressão de Itaipu por conta do fechamento das comportas, a comunidade aceitou proposta de 251 hectares, e a anulação dos títulos individuais emitidos para as cinco famílias reconhecidas por Horst. Rapidamente foram reassentados na Terra Indígena Avá-Guarani do Ocoy, no Município de São Miguel do Iguaçu, 40 km de Foz do Iguaçu, próximo ao extinto córrego Santa Clara, inundado também pela Itaipu (Figura 11). Anatálio Ortiz, entrevistado por Ian Packer em 2013, conta sobre a subida das águas em Ocoy:

⁵⁰ No documento, os indígenas destacam a importância da lenha para a construção de moradias. Acerca do tema, há registro de venda de madeiras da área dos Avá-Guarani em 1987, dentro do reservatório formado pela Usina, entre a Funai e uma serraria. Código de Referência: BR_DFANBSB_2M_0_0_0169_V_03_D0013DE0022, Arquivo Nacional.

Antigamente, esse rio que vem não era muito grande, né? Então Itaipu decidiu fechar esse rio e pegou muita terra indígena. Agora, você já viu essa beirada, né? Pegaram muito remanso, ficou tudo aldeia dentro da água. Por que pegaram assim? Antigamente esse rio era pequeno. Quem fez isso? Isso daí foi Itaipu! E agora não tem como o índio recuperar. Itaipu tem que saber e recuperar essa terra pro índio, porque tudo ficou dentro da água. Essa beirada de rio. Era tudo índio. Não era assim que falam que não tinha índio. Mas tem. O Branco não sabe, mas antigamente já tinha índio em Guaíra, Santa Helena, Ocoy. Mas agora o Branco fala que não tinha índio, ele não sabe a história do índio, é o índio que sabe. Itaipu fechou esse rio e pegou muita terra dos índios. Ficou toda essa mata dentro da água. E agora não tem como recuperar. (BRIGHENTI, 2020, p. 27-28).



Figura 11 – Chegada em São Miguel do Iguçu (1982)
Fonte: Acervo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

A "beirada de rio" à que Ortiz se refere foi descoberta depois da mudança, quando a formação do lago de Itaipu se completou, e descobriram que as terras eram separadas por um braço do lago (Figura 12). Ademais, o local, muito menor que o original, não possui condições ambientais semelhantes; além do mais, os Avá-Guarani foram também atingidos por malária e outras epidemias trazidas pelas águas poluídas pelo apodrecimento da mata alagada pelo lago (CARVALHO, 2013).

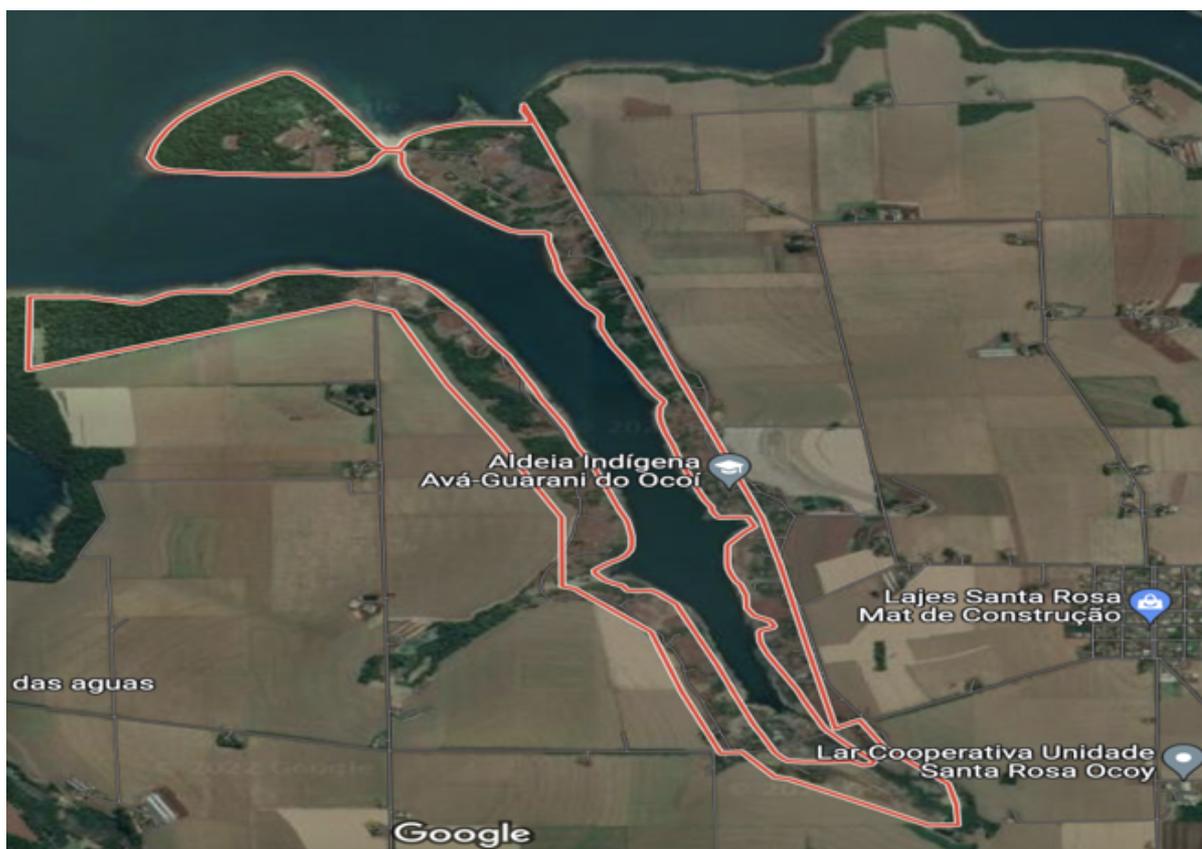


Figura 12 – Terra Indígena em São Miguel do Iguaçu
 Fonte: Google Maps (2022)

É preciso destacar, no entanto, que o Estatuto do Índio, estabelecido por meio da Lei Federal nº 6.001/1973, determina: "as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas", além de terem impedimentos no que se refere ao usufruto exclusivo das riquezas naturais. Apesar de ilegal, estão até hoje sem o reconhecimento das violações sofridas. Teodoro Tupã Alves, em entrevista à Regina de Pinto Vasconcelos, no ano de 2017, conta como foi a mudança:

Quando viemos ali (Ocoy), chegou Funai e falou que de fazer reunião com Itaipu pra ver uma nova terra. Primeiro, quando nós viemos conhecer o Ocoy, diziam que tinha 200 alqueires, nós vimos pouco. Naquele tempo a gente não sabia mesmo nada. Então pegamos nossas coisas [e mudamos], achamos muito bom [o novo lugar]. Mas depois de 8 dias já vem água. Agora está tudo debaixo d'água. Criaram medo pra sair logo [do Ocoy/Jacutinga], por isso que aceitamos esse pedacinho. (BRIGHENTI, 2020, p.105).

Foram inúmeras as denúncias contra o projeto da Usina Hidrelétrica de Itaipu, sobretudo pelo grande impacto ambiental com a perda do Salto de Sete Quedas, artefatos arqueológicos, desequilíbrio da fauna e flora (ALCÂNTARA, 2019). Todavia, como apresentado, as maiores implicações foram para quem vivia na região, sobretudo para os indígenas e, segundo Rocha (2018), "quanto mais este lhes era explicado, mais aqueles atingidos se viam alienados no processo e impotentes para alterar o resultado de tal projeto" (p. 50). Tanto é que, seguiram resistindo e enfrentando a situação como podiam: enviaram cartas, reivindicaram suas demandas, solicitaram reuniões, se articularam com entidades. No entanto, suas demandas não foram efetivamente atendidas.

Quase dois anos após a transferência dos Avá-Guarani para São Miguel do Iguazu, o Serviço Nacional de Informações – Agência de Curitiba, informa em documentação⁵¹ que a comunidade é “composta de 63 índios (19 famílias). De acordo com os dados oriundos da Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (FUNAI/PR), não existe dúvida quanto à origem étnica da comunidade” (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 1), resultado da luta contra o suposto laudo antropológico de Horst.

Ademais, em anexo ao relatório, a Funai afirma ao Serviço de Informações: “Como o índio não conhece as barreiras de fronteiras, alguns dos silvícolas da Aldeia Avá-Guarani, já viveram no Paraguai e retornaram ao Brasil, ou vice-versa. Porém esta Fundação não faz distinção alguma e os assiste igualmente” (ARQUIVO NACIONAL, 1984, p. 5), ou seja, mesmo a Fundação estando ciente da mobilidade dos Guarani-Ñandeva, inclusive no momento da regularização agrária, a característica desconsiderada.

Em março de 1989, Itaipu Binacional emite o documento “Informação nº E/AESI.G/IB/BR/001/0129/89”⁵², que tem a comunidade pautada. O expediente se dá após divulgação de que os indígenas iriam invadir área do Parque Nacional do Iguazu, caso a Funai não oferecesse área de 1.500 hectares para a comunidade. Na ocasião, afirmam que “em todo processo expropriatório, a Itaipu Binacional teve como princípio

⁵¹ Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_84004641_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

⁵² Código de Referência: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_89008094_D0001DE0001, Arquivo Nacional.

básico conhecer as reivindicações e expectativas dos expropriados, para posterior adoção de critérios legais, justos e coerente” (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 3).

Para tanto, apresentam um quadro comparativo da situação dos indígenas nas diferentes áreas de ocupação – sem contextualizar que a construção da Usina foi impulsionadora das difíceis condições que a comunidade vivia no período em questão (Anexo B), e também apresentam o crescente fluxo populacional (Anexo C), sendo que “em meados de 1982 foram relocados das margens do Rio Paraná para a Reserva do Ocoí, um total de 95 (noventa e cinco) índios, componentes de 20 (vinte) famílias e 4 (quatro) solteiros” (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 6). Ou seja, ainda no processo de transferência da comunidade, houve migração, além da ampliação da população para 132 indígenas. Referente a reivindicação de ampliação da área indígena, a Itaipu informa que compreende:

- a) Para ampliar a reserva seria necessária a desapropriação de 70 (setenta) propriedades rurais dos colonos reassentados pelo INCRA em 1974, **criando sério problema social**;
- b) o custo seria da ordem de Cz\$ 800.000,00 x 1.500, isto é, Cz\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzados), valor esse equivalente à 318.00 OTN em NOV/88;
- c) não existe disponível no PARANÁ uma área de 1.500 há, que tenha as qualidades e condições da atual reserva, quanto à fertilidade do solo, topografia, água, clima e localização;
- d) a aquisição de área em região mais afastada somente desdobraria o problema, visto que a atual reserva não pode ser extinta, e
- e) a ampliação da reserva **fatalmente provocará uma migração maciça de índios do PARAGUAI para o BRASIL**. (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 8, grifos nossos).

Ao citar que ampliar a reserva causaria “sério problema social”, por ter que reassentar propriedades de colonos, e na sequência indicar que ocasionaria grande migração de indígenas do Paraguai para o Brasil, parecem-nos justificativas frágeis, sobretudo por serem os últimos a serem transferidos, além dos estudos não terem considerado todas as características dos Guarani-Ñandeva. Ainda acerca da área ocupada, afirmam:

A Reserva do Ocoí, destinada à comunidade Avá-Guarani na época da relocação atendia ao número de famílias existentes. No entanto, o caráter nômade, as influências externas e a ausência de noção de propriedade por parte dos índios, vem provocando um aumento da população, o que dificulta a determinação de uma área ideal à comunidade. Assim, em apenas 6 (seis) anos ocorreu um acréscimo de 40% (quarenta por cento) no efetivo indígena, totalizando ao final

de 1988 o quantitativo de 132 (cento e trinta e dois) indígenas na área mencionada. (ARQUIVO NACIONAL, 1989, p. 9).

Nesse sentido, estando aldeados em pequenas terras controladas pelo Estado, "os sobreviventes indígenas perderam grande parte de suas tradições, adaptando-se à dependência, à venda de mão de obra no mercado de trabalho precarizado e ao consumo de produtos industrializados" (FAUSTINO, 2012, p. 259), mostrando que a cultura indígena pouca ou nenhuma relevância tinha para os colonizadores ou mesmo para o Estado. Exemplo disso é a recorrente substituição da língua Guarani pela língua portuguesa, "todos os conhecimentos milenares produzidos, acumulados e disseminados pelos grupos indígenas por seus próprios meios, foram reprimidos em nome da civilização" (FAUSTINO, 2012, p. 241).

Conforme aponta Santos (2016), há uma relação entre a vulnerabilidade econômica dos Avá-Guarani, construída pela sociedade capitalista, e as intervenções de Itaipu nas comunidades, no entanto, "não há que se pensar que ela seja determinante ou que os indígenas não tenham conhecimento do processo histórico ao qual estavam vinculados" (SANTOS, 2016, p. 250).

Com árdua luta, os Avá-Guarani vêm retomando territórios na região. Um grupo de famílias de Ocoy formou a *Tekoha Ñnetete*, em 1997, em Diamante d'Oeste (15 anos depois do reassentamento que era considerado provisório em Ocoy e as famílias não cabiam mais no local), em decorrência surgiu a *Tekoha Itamarã* em Diamante d'Oeste. Há também comunidades existentes mais a norte, na região de Guaíra, onde famílias de Ocoy foram viver (Quadro 2).

TERRA	MUNICÍPIO	REOCUPAÇÃO
Tekoha Marangatu	Guaíra	Ao longo do século XX
Tekoha Araguaju	Terra Roxa	2003
Tekoha Mirim	Guaíra	2006
Tekoha Nhemboeté	Terra Roxa	2008
Tekoha Y'Hovy	Guaíra	2009
Tekoha Jevy	Guaíra	2010
Tekoha Guarani	Guaíra	2012
Tekoha Tatury	Guaíra	2012

Tekoha Tajy Poty	Terra Roxa	2012
Tekoha Yvyraty Porã	Terra Roxa	2012
Tekoha Pohã Renda	Terra Roxa	2012
Tekoha Aty Mirim	Itaipulândia	2015

Quadro 2 – Reocupações Avá-Guarani no Oeste do Paraná

No momento em que a viabilidade de um dos maiores projetos da história do país, no caso a Usina Hidrelétrica de Itaipu, dependeu do despejo de povos originários, os Avá-Guarani foram inseridos em um processo de conflito silencioso e silenciado, conforme aponta Rocha (2018), partindo da falta de reconhecimento do Estado e da comunidade indígena, "[...] o Estado a princípio não reconhecia a existência de grupo indígena naquele território e o grupo indígena naquele território e o grupo indígena, por sua vez não reconhecia a presença do Estado e o impacto das políticas governamentais" (ROCHA, 2018, p. 59).

Almeida e Moraes (1995) destacam, no entanto, que a cultura Guarani é orientada pelo mítico, cosmológico, religioso; ou seja, pelo que vem do "espírito", razão pela qual as "transformações objetivas que mantêm uma estrutura de pensamento e de comportamento que se reflete na aspiração atual dos Guarani sem obter terras e nelas se organizarem para ocupar o espaço disponível" (p. 2981). Logo, o espaço onde se realiza sua vivência não segue o modelo do capital.

Desta forma, os Guarani-Ñandeva do Oco'y atual não devem ser entendidos como índios remanescentes, na iminência de serem absorvidos pela sociedade nacional. Como foi possível comprovar, este grupo pertence a uma sociedade mais ampla, perfeitamente organizada, com características étnicas próprias e isso deve ser ponderado ao se decidir sobre suas terras, que é o elemento crucial que permitirá a continuidade desse grupo indígena que contribuirá para perpetuar sua sociedade. (ALMEIDA e MORAES, 1995, p. 2981).

O processo de despejo e silenciamento contra a diversidade cultural dos Avá-Guarani propõe um Estado hegemônico; para tanto, "buscou incorporar o indígena através da força, eliminando-o sempre que apresentava resistência" (BRIGHENTI, 2010, p. 15). Essa relação tem mediação pela legislação, inclusive, legislações diferentes ao pensarmos na Tríplice Fronteira e nos deslocamentos, pois "sentem-se primeiramente Guarani, para num segundo momento e estrategicamente

apresentarem ou negarem a identificação exigida pela legislação do país em que se encontram" (BRIGHENTI, 2010, p. 16).

Ao considerar a territorialidade Guarani, caracterizada pela mobilidade, e a atuação do Estado, que acontece "no sentido de fazer com que essa população vá aos poucos se sedentarizando e, através de programas - especialmente a educação escolar -, se integre à sociedade" (BRIGHENTI, 2010, p. 16), visualiza-se um projeto de alteração de vivências, de ser Guarani. No que se refere à educação indígena, destacamos:

"Para o Guarani a palavra é tudo e tudo pra ele é palavra". Com essa frase, Melià sintetiza o modo de ser Guarani e toda sua cosmovisão. No caso da *palavra* Guarani, não se trata da palavra ensinada ou aprendida por outros humanos, mas da palavra como essência de vida que só Nhanderu/Nosso Pai (isto é, a divindade) pode ensinar. Embora seja comunicada individualmente, geralmente em casos de maior densidade inspiradora, como em situações de mudanças profundas ou perigos eminentes, é proferida em público e passa a ser de uso coletivo. Assim, a educação é a educação da palavra, mas não do sentido de aprender ou decorar textos, mas de escutar as *palavras do alto*, geralmente através do sonho. (BRIGHENTI, 2010, p. 45-46, grifos do autor).

Por essa razão, ao pensarmos a educação formal brasileira, estabelecida pelo capital, "aprendida na escola e reforçada nos livros escolares, no discurso acadêmico e na história popularizada pelos meios de comunicação" (ROCHA, 2018, p. 52-53), nota-se que pouca proximidade tem com a cultura dos povos originários⁵³, sendo mais um exemplo da repressão sofrida em nome da civilização, e que se reflete também na educação informal e não-formal, como veremos no próximo capítulo.

A atuação capitalista negou, portanto, a existência da identidade indígena dos Avá-Guarani, afinal, reconhecê-los, comprometeria a realização do interesse da classe dominante: progresso e desenvolvimento para alguns brasileiros em detrimento de outros. Por essa razão, o projeto da Itaipu instaurou ações e omissões de natureza transformadora e genocida, dado o absoluto impacto produzido. Assim, a invasão do território indígena não foi realizada somente mediante a violência física direta, mas por todo um círculo de interesses que, gradativamente, avançou sobre o *modus*

⁵³ Destaca-se as brincadeiras e os papéis sociais. Ver mais em: FAUSTINO, Rosângela Célia Faustino e MOTA, Lúcio Tadeu. Crianças indígenas: o papel dos jogos, das brincadeiras e da imitação na aprendizagem e no desenvolvimento. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 38, n. 4, p. 395-404, out./dez., 2016.

vivendi dos Avá-Guarani destruindo moradias, espaços produtivos, impactando relações simbólicas, redes de parentesco, modos de produção, na medida em que atingiu seus lugares históricos e sagrados. Se não fosse pelo projeto da grande hidrelétrica, as áreas pertencentes às famílias poderiam ter sido posteriormente recuperadas.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES

Nessa seção serão analisadas notícias que foram veiculadas nos jornais “Diário da Tarde”, “O Paraná” e “Nosso Tempo”, além do boletim “Luta Indígena”, entre os anos 1970 e 1982⁵⁴, buscando em autores apresentados anteriormente, base para a interpretação das informações que influenciaram no imaginário social, nos direitos dos povos indígenas e na formação de identidades.

Cumprir lembrar, é por meio da educação que os conhecimentos sistematizados são transmitidos, prática utilizada para a produção e reprodução da memória, sobretudo através de registros mantidos em espaços específicos para preservação, como arquivos, bibliotecas e museus⁵⁵. Ao tratarmos de povos originários, a memória se materializa por meio de tradições e costumes incorporados no cotidiano. Dessa forma, como a educação informal, por meio da imprensa, registra o cotidiano e, portanto, a história.

Neste sentido, destaca-se a importância da utilização de periódicos para análise das representações indígenas, neste estudo, os Avá-Guarani do Oeste do Paraná, no período da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975–1982), que aconteceu no período da ditadura civil-militar (1964–1985), quando a comunicação e as artes estavam submetidas à censura oficial.

Para a pesquisa, selecionamos dois jornais que se apresentam como grandes representantes da opinião pública, de viés contra hegemônicos, um que se coloca no combate à ditadura e um boletim de órgão indigenista. O periódico “Diário da Tarde” (Figura 13), lançado em 1899 pelo jornalista Estácio Correia, um dos primeiros jornais do Paraná, sendo apresentado como imparcial e de oposição, difundindo informações, tendências e posicionamentos. Com grande circulação, deu visibilidade à obra de Itaipu, trazendo atualizações, benefícios e desafios para a região com a grande estrutura, como veremos à frente. Atualmente, o acervo está disponível por meio da Hemeroteca Digital.

⁵⁴ Considerando o período de construção da Itaipu, o recorte temporal se dá cinco anos antes do início da obra, para contemplar os anúncios das obras, e o ano de sua conclusão.

⁵⁵ Destaca-se que o acesso à informação foi ampliado com a digitalização de documentação através do Arquivo Nacional e da Hemeroteca Digital.



Figura 13 – Logotipo do jornal Diário da Tarde (1933)

Fonte: Hemeroteca Digital

O jornal “O Paraná” (Figura 14), por sua vez, foi fundado em 1976, segundo informações que constam no seu portal de notícias⁵⁶, cuja linha editorial, se auto representa: "sempre se pautou na incessante defesa das grandes bandeiras do Oeste e do Paraná", citando as construções da Unioeste, Itaipu e Ferroeste como "incontáveis conquistas que tiveram as páginas do Jornal de Fato como importante ferramenta de luta, ajudando a concretizar avanços significativos e mudanças positivas para a população regional"⁵⁷.



Figura 14 – Logotipo do jornal O Paraná (1977)

Fonte: Jornal impresso

O jornal “Nosso Tempo” (Figura 15) foi fundado em 1980, no Município de Foz do Iguaçu, como uma alternativa em defesa da democracia, contra o regime da ditadura civil-militar, voltado à exposição de problemas da cidade, na defesa dos movimentos populares e que ficou em circulação até 1994. No portal digital do jornal⁵⁸, a motivação dos fundadores, Aluizio Palmar, Juvêncio Mazzarollo e Adelino de Souza, é apresentada: o grupo trabalhava no periódico "Hoje Foz", onde foram demitidos após a venda da empresa para políticos ligados ao governo militar, pelo fato de serem "incompatíveis" com a nova linha editorial.

⁵⁶ Disponível em <<https://oparana.com.br/sobre-o-jornal/>>. Acesso em 06 de junho de 2022.

⁵⁷ Atualmente o acervo deste periódico pode ser encontrado na Biblioteca Pública Sandálio dos Santos, no Município de Cascavel.

⁵⁸ Disponível em <<https://www.nossotempodigital.com.br/>>. Acesso em 06 de junho de 2022.

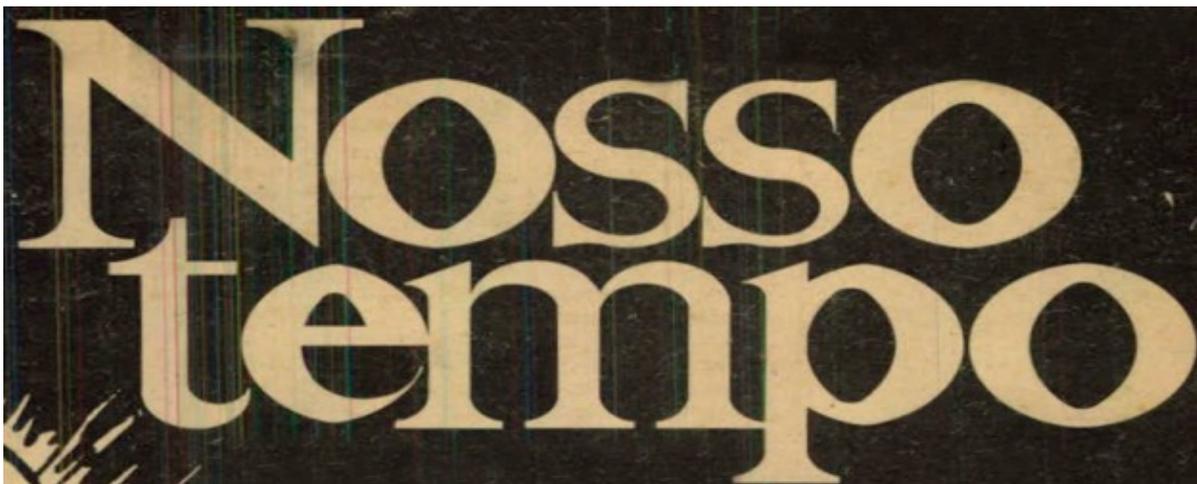


Figura 15 – Logotipo do jornal Nosso Tempo (1980)
Fonte: Jornal impresso

O boletim "Luta Indígena" (Figura 16) foi produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), com intenção de dar visibilidade para o trabalho que realizavam com as comunidades indígenas. Assim, num primeiro momento, eram disponibilizados para as pessoas que atuavam no órgão, lideranças indígenas e setores que apoiavam a pauta. Na sequência, as principais informações eram publicadas no jornal de circulação nacional "Porantim". Os documentos, praticamente desconhecidos fora do âmbito interno do Cimi, estão disponíveis no portal Oguata Porã⁵⁹.



Figura 16 – Logotipo do boletim Luta Indígena (1983)
Fonte: Boletim impresso

⁵⁹ O portal é um observatório social das terras indígenas do Oeste do Paraná, vinculado à Unioeste. Disponível em: <<https://oguatapora.com.br/>>. Acesso em 06 de junho de 2022.

3.1. JORNAL “DIÁRIO DA TARDE”

Considerado o jornal de mais prolongada circulação do Paraná, o "Diário da Tarde" foi lançado em março de 1889 na capital Curitiba, tendo como fundador Estácio Correia⁶⁰. Foi criado pela necessidade de um periódico mais "ponderado", no entanto, com isso, "esbarrou muitas vezes no desagrado de muitos que foram alvos de seus ataques em circunstâncias várias" (PILOTTO, 1976, p. 31). A linha editorial inicial, portanto, buscava ser "neutra", tendo adesão e reconhecimento de camadas populares, sendo publicado com periodicidade diária.

O periódico registra acontecimentos sobre o Poder Público - inicialmente da capital, economia, esporte, religião, cultura e tendências sociais, além de fazer a repercussão de materiais de cunho nacional. Considerava a dimensão do fato - para narrá-lo e explorá-lo (PILOTTO, 1976). Em 1980, teve mudança no nome para "Diarinho", e atualmente compõe o jornal "Gazeta do Povo". A digitalização das edições, por meio da Hemeroteca Digital, oportuniza a análise dos documentos históricos desde o ano de suas primeiras edições.

Buscou-se identificar como o jornal caracterizou os Avá-Guarani durante a construção da Itaipu. No entanto, estes só aparecem quando vinculados à Usina, portanto, para exemplificar como o indígena é representado, destacamos a edição nº 21522 de 1971 (Figura 17), com a manchete "Índio esfomeado tenta comer pessoas", fazendo a repercussão de um artigo do Rio de Janeiro, que noticia que a Delegacia da Barra do Piraí enviou um pedido à Funai, para recolher um indígena "preso por ter agredido a dentadas várias pessoas no interior de um trem, só não os devorando graças à intervenção de policiais" (DIÁRIO DA TARDE, 1971, s/p). A matéria ainda informa que, na delegacia, ao ser colocado junto a outra pessoa, mordeu seu nariz e arrancou um pedaço, sem explanar qualquer possível justificativa. Ou seja, trata-se repercutir uma narrativa na qual o indígena é pobre, esfomeado, desorganizado, que causa problemas ao ir para a cidade – e o caso não é local, mas ainda assim tem espaço para divulgação.

⁶⁰ Jornalista, poeta e jurista. Foi Procurador Fiscal do Tesouro, Secretário da Diretoria da Instrução Pública e Procurador Geral da Justiça, cargos exercidos no estado do Paraná. Outros empresários constam foram sócios nos anos seguintes, como Euclides Bandeira, Raul Rodrigues Gomes, Generoso Borges, Jayme Ballão, Ulysses Vieira, Oliveira e Plácido e Silva.



Figura 17 – “Índio esfomeado tenta comer pessoas”
Fonte: Jornal “Diário da Tarde”

No ano seguinte, em 1972, há a divulgação da informação do local onde os governos do Brasil e Paraguai tendiam escolher para a instalação da Hidrelétrica:

O Brasil e o Paraguai provavelmente escolherão Itaipu, 15 quilômetros ao norte da Foz do Iguaçu, para a instalação do gigantesco complexo hidrelétrico que planejavam construir no Rio Paraná a um custo de dois bilhões de dólares, segundo disse ontem uma fonte autorizada. Os estudos da empresa consultora italo-norte-americana serão entregues em Assunção e em Brasília no próximo mês, mas a fonte ligada à comissão mista paraguaio-brasileira adiantou à UPI que, segundo suas conclusões, “as vantagens técnico-econômicas estão claramente inclinadas para Itaipu”. Os estudos envolvem todo o trecho em que o Rio Paraná faz fronteira entre o Brasil e o Paraguai, incluindo os saltos de Sete Quedas, no extremo norte do rio. No entanto, o relatório oferece duas alternativas. A primeira, uma combinação entre uma represa em Santa Maria e outra em Itaipu, porém de estrutura mais reduzida. A segunda alternativa, que é a mais favorecida, indica Itaipu como sede da represa. (DIÁRIO DA TARDE, 1972, s/p).⁶¹

São diversas as notícias vinculadas à construção de Itaipu, sempre dando as atualizações para sua viabilização, devido ao grande trâmite jurídico por ser um tratado entre dois países. O periódico dá ênfase para as possibilidades de avanços econômicos com a obra e destaca suas decorrências, como o desaparecimento do Salto de Sete Quedas e os acordos entre o Brasil e Paraguai. A respeito das

⁶¹ Edição nº 21810.

desapropriações, na edição nº 21860, o periódico publiciza que "Colonos vão sair do Parque Nacional do Iguaçu":

Quatrocentos e vinte colonos, que legalmente não podiam fazer roças e derrubar matas, por estarem em área do Parque Nacional do Iguaçu, serão transferidos para novas áreas, a partir de 31 de março. Os colonos passarão a ocupar as terras da gleba Ocoí, a pouco mais de 40 quilômetros do Parque. Os últimos detalhes para esta transferência foram acertados entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. (DIÁRIO DA TARDE, 1973, p. 3).

Ademais, afirma o destino dos colonos para a "gleba Ocoí", e que receberão indenizações, sendo a área do Parque Nacional "isolada, não sendo mais permitida a implantação de culturas, mesmo temporárias". Posteriormente, em 1974, dá destaque para "Os grandes problemas de uma obra descomunal", trazendo os reflexos da saída das famílias (Anexo D). Nota-se que, em momento algum os Avá-Guarani foram mencionados nas edições, mesmo impactando-os diretamente. Ao tentar fazer algum contraponto à construção, há destaque para os impactos no meio ambiente, ainda que de forma breve.

Cumprindo o papel de noticiar tendências, em 1973, na edição nº 22090, em uma colona social, há destaque para Elke Maravilha com os dizeres "Elke, dando uma de Jane Fonda: esta de proteger índio não funciona, Maravilha. E índio guarani, ainda. Que desperdício..." (Figura 18), num contexto onde os Avá-Guarani são "descobertos" pelo governo brasileiro, e passam ser expulsos de suas terras para a construção de Itaipu.



Figura 18 – Indígena citado na coluna social
 Fonte: Jornal “Diário da Tarde”

No ano de 1975, por meio da manchete "Escavações podem provar", na edição nº 22586, é noticiado o trabalho liderado pelo professor Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que objetivava provar que a região onde a Itaipu é construída, teria indícios de cultura indígena. O resultado é apresentado em edição à frente (Anexo E), onde é evidenciado que, em menos de um mês de escavação, vinte sítios indígenas foram encontrados nas margens do Rio Paraná. A matéria ainda aponta que “a região foi densamente habitada por vários povos, principalmente da linhagem tupi-guarani, que há milhares de anos construíram suas habitações” (DIÁRIO DA TARDE, 1975, s/p). A matéria dá detalhes da pesquisa, que tinha previsão de sete anos para conclusão.

Em 1982, após um "vazio" de atualizações sobre os Avá-Guarani, o jornal noticia, em duas ocasiões, a situação frente ao debate territorial. Na edição nº 23914 (Figura 19), pontua sobre a visita que a comunidade indígena realizou na área oferecida pela Itaipu, aceita "depois de algumas alterações", sendo as "benfeitorias" repassadas à Funai. Sem dar visibilidade a luta pela terra, travada pelos indígenas ou

detalhes do território, apenas informa o "resultado", sem contextualizar a pressão causada pelo fechamento das comportas.

Índios do Ocoí esperam pela demarcação das novas terras

Na última semana, toda a comunidade indígena residente nas margens do Rio Ocoí visitou a área oferecida pela Itaipu em troca de suas terras que ficarão sob as águas do futuro reservatório. Depois de algumas alterações, foram aceitos os 253 hectares de terra, com muita mata, próximos ao reservatório e com pequena área desmatada.

Dessa visita, participaram também representantes da Fundação Nacional do Índio, da Comissão de Justiça e Paz, do Conselho Indigenista Missionário e o Diretor Jurídico Adjunto da Itaipu, Paulo José Nogueira da Cunha. Agora, tão logo a área seja demarcada pela Funai, todas essas famílias poderão ser reassentadas ao novo local, cujo título de propriedade será dado à comunidade e não individualmente. A Itaipu indenizará as benfeitorias à Funai - que se encarregará de utilizar esse dinheiro na construção de novas benfeitorias na área. Acredita-se que até o final de junho essas famílias já estejam reassentadas.

PARANAENSES NO ACRE

Mais vinte e duas famílias paranaenses acabam de ir para o Acre. Quatorze são do município de Marechal Cândido Rondon e oito de Guaira e fazem parte do programa de reassentamento de famílias que tiveram suas terras desapropriadas pela Itaipu Binacional - e que agora já possuem o título de ocupação em lotes no município de Arapotí, com cerca de cinco mil hectares de extensão.

Informação obtida junto a Itaipu salienta que o título de ocupação da terra é a condição mais importante para que o agricultor obtenha o título de proprietário. Estas famílias que seguem para o Acre irão juntar-se a outras dezenas de paranaenses que lá estão há mais tempo. Uma delas, a do senhor Albery Antonio Henke - antigo morador do município de Santa Helena - desde o último dia 30 de julho do ano passado, está vivendo naquele Estado.

No final da última semana, Albery voltou para rever amigos e ainda para levar ao Acre dois irmãos que ficaram por aqui. No Paraná, ele tinha 12 hectares de terra. Agora, lá no Acre, ele tem 90 hectares à sua disposição, sendo que no mês de janeiro passado o Incra lhe deu um título de ocupação da terra.

MEIO AMBIENTE

De ontem até o próximo dia cinco de junho comemora-se a Semana Nacional do Meio Ambiente. E na Itaipu ela será comemorada da seguinte forma: os alunos do Colégio Anglo-Americano, das 3.^{as} e 4.^{as} séries, terão como temas de seus deveres escolares assuntos referentes à conservação da natureza; aos das 1.^{as} e 2.^{as} séries, será feita a apresentação do audiovisual da Assessoria de Relações Públicas sobre o Meio Ambiente; os alunos das últimas séries assistirão palestras de Roberto Ribas Lange e Otávio Marcos Klein, do Departamento de Meio Ambiente da Itaipu.

Aos moradores de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena, Guaira e Marechal Cândido Rondon serão distribuídas 20 mil mudas de árvores.

Figura 19 – Espera por demarcação das terras indígenas
Fonte: Jornal "Diário da Tarde"

3.2. JORNAL "O PARANÁ"

O periódico diário "O Paraná" surge em 1976 no Município de Cascavel, no Oeste do Paraná, tendo Frederico Sefrin Filho⁶² e Jacy Miguel Scanagatta⁶³ como sócios. O principal objetivo de sua criação foi a cobertura da campanha prefeiturável de Scanagatta. Trazendo modernidade técnica ao jornalismo da cidade, teve e continua tendo como slogan "Jornal de Fato", com linha editorial pautando a defesa de grandes bandeiras de cunho expansionista da região.

⁶² Advogado e jornalista.

⁶³ Empresário filiado ao Arena. Foi eleito Vice-Prefeito de Cascavel em 1968, Prefeito em 1976, e Deputado Federal Constituinte em 1986.

Com o tempo foi estabelecendo filiais, se consolidando como jornal com maior circulação no Oeste do Paraná. O acervo da Biblioteca Sandálio dos Santos contém quase todas as suas edições, possibilitando uma análise desde sua primeira publicação. As pautas das edições são, sobretudo, de ações e projetos do Poder Público local e regional. Observa-se também matérias de esporte, política, textos de opinião sobre economia, política e sociedade, editorial com opiniões e críticas sobre temas locais variados e repercussão de materiais à nível nacional.

O jornal nasce um ano após o início da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, numa conjuntura de investimentos em infraestrutura por todo o estado do Paraná. Logo, são inúmeras as defesas ao projeto de Itaipu, apontando para as possibilidades de avanços, sobretudo, econômicos, atuando na construção de determinada identidade, neste caso, vinculada sobretudo à classe dominante. Exemplo disso, é a matéria “Itaipu: Surge uma cidade dentre dois países”, divulgada em abril de 1977, edição nº 278, a qual elenca alguns pontos: preocupações, melhorias, alagamento, ecologia e desapropriações (Anexo F), iniciando com o trecho:

Mbacichapa nde coe (bom dia), yajh yá carú (vamos comer), misturado com “buenos dias” ou “vamos desajunar”, juntamente com o tradicional “olá”, “vamos ranger” e outros termos tão usados pelo nosso povo, é o que visitante ou novo operário houve em Itaipu, onde as raças se misturam em busca de um porvir melhor. Brasileiros e paraguaios misturam suas línguas, mas o ideal pelo trabalho é o mesmo. É uma cidade que nasce do mato das margens do rio Paraná, onde mais de 10 mil pessoas vivem o seu dia a dia tradicional e ordeiro de trabalho. (O PARANÁ, 1977, s/p.).

As preocupações elencadas são referentes a “segurança de trabalhadores e condições básicas, como água potável”. Já as melhorias apresentadas são para o deslocamento de moradores, condução de energia elétrica para espaços da obra e serviços médicos. No que se refere ao alagamento, anuncia que ocorrerá somente depois de 1985, e sobre ecologia um engenheiro entrevistado afirma que é de “grande importância” – indicando, inclusive, que haverá controle para restringir efeitos negativos no meio ambiente.

A pauta das desapropriações surge com a informação de que proprietários das áreas alagadas serão indenizados: “eles e muitos outros iguais a eles, agricultores da região ribeirinha do rio Paraná, entre Guaíra e Foz do Iguaçu, receberão a justa indenização das terras que serão futuramente alagadas, além de todas as benfeitorias

existentes” (O PARANÁ, 1977, s/p). O artigo finaliza falando de benefícios que a obra trará: “sua construção amplia muito o grau de desenvolvimento em que se encontra a engenharia dos dois países, realizando uma obra capaz de assustar as grandes potências mundiais”.

O informativo inicia exemplificando diferentes linguagens, inclusive com dialetos em Guarani, no entanto, há ausência dos Avá-Guarani - que não são sequer citados, como se apenas houvesse brasileiros e paraguaios. Na edição seguinte do jornal, nº 279, a pauta indígena é citada, no entanto, a representação é de estudantes não-indígenas caracterizados como indígenas (Figura 20), se apresentando em “comemorações” referente ao “Dia do Índio”.



Figura 20 – Estudantes caracterizados para o “Dia do Índio”
Fonte: Jornal “O Paraná”

Cabe pontuar, os indígenas apresentados na grande parte das edições do jornal são, sobretudo, de povos de outras regiões e estados do Brasil, ou seja, quando artigos de repercussão nacional são replicados. Tanto é que, para ilustrar, ainda em abril de 1977, consta na edição nº 283, uma matéria intitulada “O problema do índio no Brasil” (Figura 21), divulgando material produzido em Porto Alegre com o indigenista Darcy Ribeiro, o qual aponta para a importância de o Estado garantir condições para sua vivência plena, sobretudo através da demarcação de terras.

O problema do índio no Brasil

Porto Alegre - O ser-
tanista e antropólogo
Darcy Ribeiro disse on-
tem em Porto Alegre que
o problema indígena não
chega a ser um problema
nacional, mas sim de
honra nacional, acres-
centando que "os cem mil
índios que existem hoje
não ameaçam o destino
da nação, o que pode se
constituir problemas são
os 20 milhões de crianças
abandonadas que exis-
tem no país". Para ele, a
tendência atual é a de
que os remanescentes
indígenas sobrevivam,
mas para isso precisa ser
assegurado aos índios a
posse de suas terras,
"que é a base física para
sua sobrevivência e que
deve ser encarado como
um bem inalienável e
coletivo".

Darcy Ribeiro, autor de
vários livros sobre in-
digenismo, que se en-
contra na capital gaúcha
para participar do se-
minário "O índio bra-
sileiro: um sobrevivente?",
admitiu que "há
uma tendência para o
uso abusivo do patri-
mônio indígena" e que
este tem sido submetido
a "uma ditadura buro-
crática, que vende sua
madeira e aluga suas
terras". Depois de lem-
brar que a própria ciên-
cia foi racista e colo-
nialista até o século XIX
e que a Igreja antiga, da
qual ainda permanecem
alguns resquícios, tam-
bém prejudicou o in-
dígena pela sua cate-
quese intolerante, o an-
tropólogo salientou o
trabalho missionário

católico, após a Igreja de
João XXII, como o que
melhor assistência vem
proporcionando à grande
parte das 84 tribos que
ainda existem no país.

Em seguida, Darcy
Ribeiro referiu-se às
modificações a serem in-
troduzidas no Estatuto do
Índio, reconhecendo-as
necessárias, "desde que
sejam ouvidos juristas,
antropólogos, humanis-
tas, missionários e, é
claro, o próprio indígena",
que recentemente
manifestou, em assem-
bléia nacional, seu
desejo de assumir e
reger seu próprio des-
tino. O conferencista
classificou de "bobagem"
a intenção de marcar
data para a emancipação
do índio e referiu-se à
imagem que o silvícola

desperta nas populações
urbanas. "Devido a
literatura - disse - o
brasileiro urbano tende a
ver o índio de uma forma
romântica, mas o que
devemos fazer é vê-lo de
uma maneira mais real,
admitindo, inclusive, sua
identidade étnica".

TERRAS INDÍGENAS

Darcy Ribeiro es-
tranhou que ainda hoje
no Rio Grande do Sul
existam terras indígenas
invadidas por colonos,
porque, "este Estado foi o
primeiro, logo após a
proclamação da Repú-
blica e sem pressões, a
demarcar e reconhecer
os territórios pertencen-
tes aos índios. Esta
iniciativa - acrescentou -
somente foi posta em
prática duas décadas
depois em outros Es-

tados. E também aqui no
Sul é que os missionários,
nos sete povos das mis-
sões, realizaram a pri-
meira experiência so-
cialista do mundo,
reunindo mais de 300 mil
índios neste sistema de
produção".

O antropólogo atribuiu
a invasão de terras in-
dígenas a pequenos in-
teresses locais porque "o
índio tem prestígio
político e isto torna mais
fácil ao colono intrusar o
território indígena do
que parte de uma
fazenda, por exemplo".

E, perguntou: "por que
num país tão vasto como
o nosso não existem con-
dições para assegurar a
posse de pequenos ter-
ritórios aos indígenas?"

Figura 21 – "O problema do índio no Brasil"

Fonte: Jornal "O Paraná"

Referente a esse documento, elencamos: 1) O entrevistado apresenta o impasse de governos reconhecerem territórios indígenas, asseverando que "o problema são os 20 milhões de crianças abandonadas que existem no país", no entanto, a manchete prefere evidenciar "o problema do índio no Brasil"; 2) A substituição da reflexão é feita pela manchete – considerada o mais importante do texto, mas essa não vem ao encontro com o que o entrevistado argumenta; 3) Ao trazer a matéria, de nível nacional para divulgação, o jornal, de circulação local e regional, poderia ter "aproveitado" para apresentar como essa pauta reflete, na prática, o cotidiano dos Avá-Guarani.

Ainda seguindo a lógica de ecoar notícias nacionais no jornal, na edição nº 470, em 1977, circula a manchete "Padre critica política do índio", produzida em Brasília, onde notícia no corpo do texto que o missionário Egydio Shwdenc, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), participa do "Seminário sobre Direitos Humanos dos Índios e responsabilidade das Igrejas na América Latina", na Alemanha. Shwdenc afirma:

O índio deve morrer porque contesta o nosso sistema social vigente, baseado na repressão, na propaganda mentirosa que ignora a participação do povo na política, na solução dos problemas da nação e na construção da sociedade humana. Ele morre, ainda, porque

contesta o nosso sistema religioso farisaico, egoísta, intolerante e racista.

[...] O homem branco – disse o missionário - sempre falou sobre o índio ou para o índio e não com o índio. Toda a legislação indigenista desconsidera o índio como pessoa, adulto, livre, organizado em sociedade. O fim básico que norteou toda a política oficial, até nossos dias, foi e é o da cobiça e consequente retalhamento dos territórios indígenas e a transformação do índio em mão de obra barata ou escrava. (O PARANÁ, 1977, s/p.).

O missionário destaca também que não concorda com a vinculação da Funai com o Ministério do Interior, tendo em vista que a pasta era responsável pelo desenvolvimento econômico do país. Como na matéria anterior, a manchete tende a indicar uma crítica ao indigena, e não às políticas indigenistas praticadas pelo Estado brasileiro (Figura 22). Nota-se, todavia, que ao fazer uso de materiais nacionais, havia contraponto ao regime estabelecido, ainda que sem fazer relação com o debate local e sem dar voz aos indígenas.

Padre critica política do índio

BRASILIA - O índio deve morrer porque contesta o nosso sistema social vigente, baseado na repressão, na propaganda mentirosa que ignora a participação do povo na política, na solução dos problemas da nação e na construção da sociedade humana. Ele morre, ainda, porque contesta o nosso sistema religioso farisaico, egoísta, intolerante e racista. A afirmação foi feita pelo missionário brasileiro Egidio Shawdenc, no "Seminário sobre direitos humanos dos índios e responsabilidade das Igrejas na América Latina", que está sendo realizado na cidade de Amoldshain, na Alemanha.

O Padre Egidio, que é ligado ao Conselho Indigenista Missionário - CIMI - criticou a política indigenista brasileira, afirmando que há duas doenças crônicas que acompanham o relacionamento entre brancos e índios no Brasil: o cinismo e a prepotência.

"O homem branco - disse o missionário - sempre falou sobre o índio ou para o índio e não com o índio. Toda a legislação indigenista desconsidera o índio como pessoa, adulto, livre, organizado em sociedade. O fim básico que norteou toda a política oficial, até os nossos dias, foi e é o da cobiça e consequente retalhamento dos territórios indígenas e a transformação do índio em mão de obra barata ou escrava".

MAIS CRÍTICAS

O missionário fez críticas à vinculação da Funai ao Ministério do Interior pelo fato desse ministério ser encarregado de promover o modelo brasileiro de desenvolvimento econômico, "modelo este - segundo frisou - que nos seus métodos de implantação contradiz e torna inexecutável a constituição do país e o Estatuto do Índio."

Citando o depoimento do bororô Orneu, durante a 3ª Assembleia de Chefes Indígenas, realizada em Marum, Mato Grosso, quando aquele índio afirmou que "quanto mais o Brasil tem progresso mais os índios são oprimidos" o padre Egidio disse que o índio é apenas mais uma vítima que se junta aos milhões de brasileiros que estão sendo expulsos de suas terras.

"De Norte a Sul - afirmou - de Leste a Oeste, o índio vê o seu último reduto invadido pelo homem branco. Mais precisamente, pelo latifúndio, isto é, diretamente pelo latifúndio, isto é, diretamente quando o latifúndio ocupa as suas terras e indiretamente, quando ele pressiona colonos a abandonar o seu chão, empurrando-os, forçosamente, sobre as áreas indígenas."

Sobre o órgão oficial de proteção ao índio, a Funai, padre Egidio revelou haver uma "Funai paralela", estruturada nos moldes de uma grande empresa.

Ele criticou, especialmente, a existência do departamento geral do patrimônio indígena - o DGPI - que mantém dezenas de projetos econômicos lucrativos para a exploração dos recursos naturais, sobretudo na madeira de lei, e de produção agrícola em áreas indígenas, mas sem que o índio, e muito menos a opinião pública, soubessem onde são aplicados os frutos desses projetos.

LATIFÚNDIO

"A Funai - acrescentou - na verdade, trabalha para abrir caminho para o latifúndio na Amazônia, através de testes de atração; da transferência de grupos indígenas; da concessão de certidões negativas de presença de índios em terras reconhecidamente habitada por grupos tribais e finalmente promovendo a política de integração ou emancipação do índio."

"O homem amazônico - prosseguiu - está sendo destruído em seus direitos básicos e sacrificado em nome de um desenvolvimento econômico questionável. Povos indígenas inteiros estão acabando com os avas canoeiros. Que praticamente desapareceram, os suruí, os gaviões e os krenhaceroes, ou ainda estão sendo, neste momento, sacrificados como os waimiri-atroari, os marubo e os mayoruna. A depredação humana atingiu o homem brasileiro indígena e não indígena do sul e do norte."

CIMI

Abordando o trabalho missionário até hoje desenvolvido no país, a padre Egidio disse que aos governos do branco sempre interessou a aliança com uma igreja indígena, e alienada na sacralidade, isto é, inocente quanto as causas que afilgam os povos indígenas.

"Sempre interessou uma igreja maleável para continuar o processo de espoliação do patrimônio indígena e reduzi-lo a submissão servil do branco. De um modo geral - frisou - podemos dizer que os colonizadores tiveram pleno êxito. As Igrejas se submeteram ao processo do branco, tanto a Igreja Católica, quanto as evangélicas. Mas, certamente, no caso do Brasil, a responsabilidade da Igreja Católica é muito maior."

Segundo o padre, o Concílio Vaticano II influenciou diretamente alguns setores da Igreja modificando a linha missionária até então adotada pela Igreja. Esta mudança, baseada fundamentalmente no respeito pelas culturas tribais e o princípio de não impor o evangelho ao índio culminou, segundo afirmou o padre, com a criação do Conselho Indigenista Missionário.

O missionário falou, ainda, sobre as dificuldades de relacionamento entre o CIMI e a Funai afirmou que o atual presidente da Funai, General Ismarth de Araujo Oliveira tem se empenhado em promover a ruptura entre as missões católicas e entre estas e as outras não católicas, buscando se apoiar naquelas mais conservadoras.

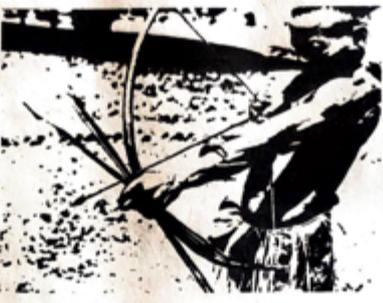


Figura 22 – “Padre critica política do índio”
Fonte: Jornal “O Paraná”

No ano seguinte, em abril de 1978, por meio da edição nº 557 (Figura 23), mais uma vez há notícia de celebração do “Dia do Índio”, curiosamente ou não, vinculado com a educação escolar. Segundo a matéria, que informa estudantes

“comemoram” a data em Cascavel, “não se poderia deixar de render homenagens merecida ao nativo, ao verdadeiro proprietário deste Brasil imenso, que por vezes, se vê injustiçado pelo branco invasor, comemorando-se a passagem do dia a ele dedicado” (O PARANÁ, 1978, s/p). As imagens retratam estudantes caracterizados como indígenas, sem citar os Avá-Guarani, portanto, a escola aborda a data de forma rasa, dado que o indígena é representado de forma generalizada. Portanto, como bem direcionam as críticas mais contemporâneas, os indígenas são representados como se estivessem presos ao passado, invisibilizados.



Figura 23 – “Lembrando o primeiro dono das terras”
Fonte: Jornal “O Paraná”

Ademais, com o avanço da obra na Usina, as desapropriações iniciam e o debate aparece também no periódico. Destaca-se o esforço para ecoar o que pensam grupos econômicos influentes da região, na edição nº 669, em agosto de 1978, representados na capa pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (Amop), a qual reitera a postura da Itaipu (Figura 24). Em mais uma oportunidade, o jornal não

se preocupa em estabelecer diálogo com indígenas para apreensão de suas vivências e/ou fazerem contra-argumentos.



Figura 24 – “Amop elogia Itaipu nas desapropriações”
Fonte: Jornal “O Paraná”

Em 1979, reiteramos a aparição da pauta indígena no “Dia do Índio”, dessa vez sem informar as atividades realizadas dentro de escolas. Por meio da edição nº 873, a matéria anuncia celebrações das comunidades indígenas, referindo-se ao então Posto Indígena Rio das Cobras, no Município de Laranjeiras do Sul, território Kaingang, onde algumas famílias Guarani que viviam em Jacutinga foram levadas, contra vontade – considerando que são culturas diferentes; sem citar o possível despejo dos Avá-Guarani pela subida das águas de Itaipu.

Outro aspecto a ser pontuado é referente às imagens veiculadas quando se trata de indígenas. Na edição nº 1345, de 1980 (Figura 25), por exemplo, há reprodução de material de cunho nacional, apresentando fotografia de homens e crianças indígenas sem camiseta, com colares, brincos e cabelo com franja. Em 1983, na edição nº 2056 (Figura 26), que aborda o "Dia do índio", há o retrato de uma mulher segurando uma criança, um menino e dois homens, sendo o menino o único a utilizar camiseta - o que chama atenção, considerando que em matérias de outros periódicos que retratavam os Avá-Guarani, por exemplo, estão trajados. Essas imagens, somada

com as apresentadas anteriormente, demonstram como a representação indígena seguia estereotipada a partir das fotografias do Brasil colonial, como aponta Borges (2003). Ao se tratar de artigos de eventos escolares que retratavam vestimentas indígenas, por exemplo, houve retrato do momento anunciado, do "agora", do "novo".

Tribunal indigenista elege Juruna

Roterdã(Holanda) O Tribunal Bertrand Russel, reunido nesta cidade e que examina a situação das populações Indígenas de todo o mundo, elegeu ontem, em sua sessão inaugural, o cacique xavante Mário Juruna como Presidente do Juri. A decisão está sendo interpretada como uma resposta daquela instituição internacional à decisão do governo brasileiro em não admitir que Juruna participe do conclave e lá possa denunciar as violências que as populações Indias vem sofrendo em nosso País. Hoje o Tribunal vai analisar a questão brasileira, particularmente a construção de uma rodovia que cortará as terras dos Nhambiquaras, no Vale do Guaporê, imediações da fronteira com a Bolívia, tribo essa em extinção.

Ontem o cacique Juruna disse que vai tentar, mais uma vez, conseguir passaporte para viajar à Holanda, impetrando outro habeas-corpus junto ao Supremo Tribunal Federal. Caso não logre êxito, irá até de coroa - afirmou.



Indios: raça oprimida no Brasil.

Terremoto faz mil mortos

Nápoles - O governo italiano anunciou que sobe a mil o número de mortos no mais terrível terremoto dos últimos 70 anos, ocorrido ao sul da Itália, atingindo 57 cidades. Foi decretado "Dia de Luto" pela memória das vítimas. Os pontos mais atingidos ficam próximo da cidade de Nápoles.

Técnicos inspecionam Centro de Psicultura

Toledo(da Sucursal) Representantes do Ministério do Interior, Sudepe, Sudene e Surehma, estarão hoje em Toledo, a partir das 10 horas da manhã, para uma visita ao Centro de Psicultura, em construção. Os técnicos farão uma avaliação das obras em seu estágio atual e possivelmente anunciarão maiores verbas para dar continuidade ao complexo que abrigará um dos maiores empreendimentos do interior paranaense. Os visitantes almoçarão com o prefeito Dullio Genari e seus assessores, retornando à tarde para a Capital do Estado.

Figura 25 – Representação indígena por meio da fotografia
Fonte: Jornal "O Paraná"

DIA DO ÍNDIO

Instituído pelo Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943, comemora-se neste dia 19 de abril o "Dia do Índio". O índio foi o primeiro braço usado pelos descobridores para a nossa colonização. Portugal, pobre de gente e de recursos para uma obra de tamanha envergadura, não poderia empreendê-la sozinho. Foi o índio o principal construtor dos primeiros núcleos urbanos que surgiram: São Paulo de Piratininga, Rio de Janeiro, Niterói.

Foi o índio que defendeu as capitâncias contra as incursões de piratas e corsários. Sem ele não se teria feito a exploração do pau-brasil, nem plantadas as primeiras mudas de cana-de-açúcar, nem extraído o ouro. O índio foi o guia, o canoeiro, o guerreiro, o caçador e o pescador nas expedições de conquista dos sertões que expandiram nossos limites para muito além da linha de Tordesilhas. Foi ele quem ajudou a repelir as tentativas francesas da França Antártica e da França Equinocial, as incursões inglesas, e, já na Segunda República, contribuiu para a vitória brasileira na guerra do Paraguai. Na ventre da mulher indígena é que se formou o primeiro plantel de nossa nacionalidade, iniciando-se assim uma das mais ricas experiências de miscigenação racial que o mundo conhece.

Existem e muitos, dentre eles mencionaremos Tibiriça (conquistador do Espírito Santo e um dos fundadores de São Paulo), Coaquira e Grão Palmeira (heróis da Confederação dos Tamóis), Mandicacuba (destacou-se na luta



contra os franceses no Maranhão), Tibiriça (braço direito de Jerônimo de Albuquerque de quem salvou a vida), Araribóia (venceu os franceses no Rio de Janeiro), Alimbaré e Cunhambebe (lutaram contra a escravidão indígena), Jaguarie Pati (herói da Guerra Holandesa), sem esquecer os ilustres descendentes de índios, como o Marechal Rondon (desangue tereno e barão) autêntico herói de que se orgulha toda a Nação brasileira.

EXTINÇÃO DO ÍNDIO

De acordo com previsão do cineasta, antropólogo, conferencista, historiador, romancista e teatrólogo Márcio de Souza, dentro de aproximadamente 18 anos as populações indígenas no Brasil estarão extintas, caso não seja detido o avanço do capitalismo.

ÍNDIO BRASILEIRO: DISTINÇÃO

Índio é o descendente de população pré-colombiana que, preservando, crenças e costumes de sua tribo, possui características sócio-culturais específicas e distintas daquelas pertinentes à sociedade nacional. Mesmo mestiçado e vivendo como qualquer integrante da população brasileira que o cerca, ele conserva uma espécie de lealdade à sua identidade étnica.

LINGUAS FALADAS

São quatro os grandes troncos linguísticos indígenas: Tupi, Aruak, Karib, Macro-Jê, sem falar em outros menores como Pano e Xiriana. Dentro de cada um desses grupos existem inúmeras línguas. Há ainda tribos afélicas, que não se filiam a nenhum grupo, como os Trumai.

Figura 26 – Representação indígena por meio da fotografia
Fonte: Jornal "O Paraná"

O periódico demonstrou distinta preocupação com o desaparecimento de Sete Quedas em 1982, incluindo seis vezes a notícia como destaque na capa⁶⁴. Tanto é que na primeira edição do ano seguinte, em 1983, a manchete foi "O ano que afogou 7 quedas" (edição nº 1968). A preocupação com as populações desapropriadas, sobretudo com os indígenas, não teve tamanha ênfase, sendo citadas apenas quando haviam reuniões com a Itaipu.

3.3. JORNAL "NOSSO TEMPO"

O jornal "Nosso Tempo" foi criado em 1980 por um grupo de jornalistas⁶⁵, no Município de Foz do Iguaçu, tendo linha editorial voltada à defesa da democracia e, conseqüentemente, no combate direto à ditadura militar. Tratava-se de um semanário regional, que passou a ser diário em 1994 - tendo saído de circulação no ano seguinte.

⁶⁴ Edições nº 1902, 1906, 1907, 1908, 1913 e 1915.

⁶⁵ Sendo os editores responsáveis: Aluízio Palmar, João Adelino de Souza e Juvêncio Mazzarollo.

Atualmente, possui um portal digital onde as edições são disponibilizadas⁶⁶. De acordo com informações nele dispostas, houve perseguições contra os editores do periódico, tanto é que foram incluídos na Lei de Segurança Nacional, e julgados pelo Tribunal Militar.

Em busca ao Arquivo Nacional, Aluizio Palmar, um dos fundadores do jornal, é citado em documento confidencial de 1980⁶⁷, do Departamento da Polícia Civil – Divisão de Segurança e Informações, referente ao Município de Santa Helena, também no Paraná, o qual trata de desterrados por Itaipu.

1. Os EXPROPRIADOS DA ITAIPU, radicados em SANTA HELENA/PR, continuam alimentando **sorrteiro movimento que objetiva coagir a expropriante a atender reivindicações** estatuídas pelas lideranças representadas pela COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ, PASTORAL DA TERRA, COMITÊ BRASILEIRO DE ANISTIA, RELIGIOSOS, POLÍTICOS e IMPRENSA ESCRITA.

2. **ALOISIO PALMAR** veste toda da COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ - setor de FOZ DO IGUAÇÚ; [...]

3. As lideranças, aproveitando-se do impasse surgido entre expropriante e expropriados, **vêm alimentando interesses/de conotações políticas opostas e os movimentos de bastidores continuam intensos e merecedores de atenção dos setores de segurança** [...] (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 2, grifos nossos).

O documento confirma a solicitação de atenção de setores da segurança às lideranças, incluindo Palmar, por indicarem aos expropriados pela Usina, a importância da luta pelo atendimento de suas reivindicações. Com reportagens de fatos e notícias populares, “Nosso Tempo” foi importante difusor dos conflitos causados pela Itaipu, das reivindicações de trabalhadores da obra e das populações atingidas pela Usina. Logo na primeira edição, há a divulgação do lançamento de um livro da Comissão Pastoral da Terra, que trata de relatos de lutas de expropriados pela Itaipu. Há também o artigo “Preservar ou depredar o Parque Nacional?” (Anexo G), que informa:

[...] o próprio Parque do Iguaçu tem sofrido investidas e não faltam tentativas de violentá-lo a pretextos vários, sempre escusos, porque não visam a outros objetivos que **não os econômicos**.

⁶⁶ O portal, com endereço apresentado anteriormente, em certos momentos apresentou falhas na apresentação de alguns documentos.

⁶⁷ Código de Referência: BR_PRAPPR_PB4_0_PT_624_D00001DE00001, Arquivo Nacional.

[...] Os primeiros dados sobre a presença humana no Parque estão ligados à participação religiosa jesuítica na catequese guarani e à exportação de ervas ou mate. No século dezoito registraram-se fatos de ocupação escravagista e sangrenta da área, enquanto o povoamento deu-se na época da República [sic!] (1888), caracterizando-se pela exploração da erva mate. (NOSSO TEMPO, 1980, p. 11, grifos do autor).

No entanto, nesse primeiro momento, não há material específico voltado à pauta indígena, apesar de apontar que os interesses por trás da possibilidade de devastação visam o lucro, e do ressaltar à ocupação Avá-Guarani no Parque Nacional do Iguaçu. Com o destaque da foto de uma faixa com a frase “valem mais do que a Usina” na capa da edição nº 44, há uma reportagem no exemplar sobre as reivindicações de indenizações de Itaipu aos agricultores, que haviam se organizado e mobilizado a imprensa para um ato no ponto de acesso ao canteiro de obras de Itaipu. Todavia,

A chegada da caravana de desapropriados estava marcada para às 9 horas, mas nada aconteceu. Na noite anterior, Itaipu se corrigira e havia acertado quase tudo com os agricultores, que decidiram então suspender a manifestação. A súbita mudança de comportamento por parte de Itaipu não encontra explicações fáceis. Dias antes, as autoridades da empresa negavam atendimento às reivindicações, e, de repente, se curvam e atendem. É de se pensar que Itaipu, tão logo a notícia da nova mobilização popular foi dada a público, tenha recebido severas ordens de Brasília exigindo que a marcha dos agricultores fosse impedida mediante o atendimento às reivindicações. (NOSSO TEMPO, 1982, p. 6).

Destaca-se, nesta direção, o poder empregado aos materiais informativos sobre encontros para a exigência de cumprimento de demandas, a exemplo do noticiado acima, no qual o atendimento às reivindicações aconteceu a troco de não dar pauta para a imprensa. Na mesma edição, uma tirinha ilustrada aponta o dilema dos povos originários frente à luta pela terra (Figura 27).



Figura 27 – Dilema do reconhecimento de territórios indígenas
 Fonte: Jornal “Nosso Tempo”

Há uma importante reportagem na edição nº 51 do jornal, em 1982, intitulada “Último aviso de Itaipu” (Figura 28), que anuncia uma nota informativa da Itaipu, em tom de ameaça, para que moradores saiam das terras devido ao alagamento para a formação do lago estar próximo. A matéria indaga:

Hoje, mesmo sabendo que nem o Brasil e nem o Paraguai precisam dessa energia, o que antes parecia inimaginável está se tornando a mais dolorosa realidade.

Vá que seja verdade que a energia a ser gerada pela estapafúrdia hidrelétrica venha em socorro dos problemas de desenvolvimento brasileiro e do bem-estar de seu povo, como também do povo paraguaio. Mas não é menos verdade, que, das terras que serão encobertas e inutilizadas os milhares de agricultores arrancados violentamente do solo que cultivavam produziam também milhões de unidades de energia, não medida em kilowatts, mas em alimentos – seguramente o tipo de energia mais essencial à vida e é também o tipo de energia que mais está fazendo falta para brasileiros e paraguaios. (NOSSO TEMPO, 1982, p. 10).

O contraponto à subida das águas da Usina, destacado pelo periódico, indica a insegurança alimentar e o desmatamento do meio ambiente como consequências principais. Indiretamente, se relaciona com os guardiões das florestas, os povos originários, e suas formas de subsistência. Não obstante, há uma fotografia retratando uma criança, Avá-Guarani, com a legenda “No rosto da indiazinha, a expressão de espanto na presença do ‘progresso’”.

Ainda em 1982, a matéria “Índios, passeios, bóias-frias: a luta contra a morte” (Anexo H) da edição nº 94, atualiza a situação de desapropriados por Itaipu, que foram espalhados pelo Oeste do Paraná, sem a devida indenização.

A situação dos bóias-frias se agudizava e uma grave questão surgiu como o deslocamento dos índios avá-guarani para São Miguel do Iguçu, em condições preocupantes. [...] Outras duas situações traumáticas ocorreriam já nos primeiros seis meses de governos municipais de oposição: centena de indigentes foram despejados nos arredores de Cascavel, transportados desde o interior através de ônibus, caminhões e kombis. [...] A situação é complexa. Considerados “criminosos”, posseiros, índios, bóias-frias e suas famílias respondem pela massa da migração interna. (NOSSO TEMPO, 1982, p. 3).

O jornal expressou manifestações em apoio aos Avá-Guarani em diferentes reportagens em 1983 (Figura 29), e passou a citar o Conselho Indigenista Missionário pelo trabalho realizado junto à comunidade, bem como as tentativas de Itaipu em colocar os indígenas contra o órgão. Nota-se, ainda em tempo, diferente das representações anteriormente apresentadas, indígenas com vestes, sem pinturas, arcos e flechas, contraponto estereótipos do Brasil colônia.



Figura 29 – “Apoio aos Avá-Guarani”

Fonte: Jornal “Nosso Tempo”

3.4. BOLETIM “LUTA INDÍGENA”

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi e segue sendo um importante apoiador da luta indígena no Oeste do Paraná⁶⁸. A aproximação do órgão com a comunidade se deu em 1980, quando Werner Fuchs, pastor integrante, que também compunha a Comissão Pastoral da Terra e a Comissão de Atingidos por Barragens, foi procurado em uma assembleia indígena e informado dos Avá-Guarani entre os que seriam atingidos pela subida das águas da Itaipu, momento em que o Cimi, por meio da Regional Sul, passou a acompanhar a situação.

A atuação da entidade junto aos indígenas foi documentada por meio do boletim "Luta Indígena", que eram disponibilizados em um primeiro momento para apoiadores se inteirarem dos acontecimentos e, posteriormente, iam para o jornal "Porantim", alimentado, portanto, com as pautas enviadas pelas regionais do Cimi, em diferentes regiões do Brasil. O jornal "Porantim", por sua vez, surge em 1978, com periodicidade mensal e linha editorial pautada na defesa dos direitos indígenas. Abordando diferentes aspectos referentes aos povos originários, há o constante enfrentamento à atuação da Funai.

Em março de 1982, com o despejo próximo dos Avá-Guarani da antiga aldeia Ocoy-Jacutinga, por meio da edição nº 16 de março, há um extenso compilado de materiais em defesa de seus direitos, sobretudo territoriais. O documento inicia explicando o processo percorrido pela comunidade, desde antes do início da construção efetiva da obra:

Quando surgiu a ameaça de Itaipu, esses Guarani também se preocuparam com seu destino. Um deles chegou a comparecer no escritório da Itaipu na localidade de Alvorada do Iguaçu, onde lhe preencheram um formulário em que anotaram que "declarou possui um rancho de área". Ao mesmo tempo a Funai já se preocupava com seus tutelados. Ou, mais precisamente, preocupava-se com o fato de que pudessem atrapalhar Itaipu. (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 3-4).

O trecho vem ao encontro com Monteiro (1999), quando afirma que os indígenas não foram meros espectadores das tentativas de extinção de seu modo de vida, com suas vivências, mas se colocaram no debate, desenvolvendo formas de resistência. De forma contundente, a edição aponta a tentativa de violação de direitos

⁶⁸ Vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi fundado em 1972, tendo como objetivo articular povos indígenas pela luta do direito à diversidade cultural, durante a ditadura civil-militar. Segue atuando nos dias de hoje, sendo distribuídos pelo país em onze regionais.

por meio do já mencionado laudo antropológico elaborado por Célio Horst, e aprovado pela Funai.

Esse "laudo" atende, portanto, os interesses da Funai e da Itaipu Binacional. A primeira, dentro de sua política global, está a aplicar os "critérios de indianidade" já rechaçados por toda a comunidade científica brasileira como "racistas e fascistas" pois não se admite que um povo possa dar critérios para julgar quem pertence ou não a um povo distinto [...] (LUTA INDÍGENA, 1982, p.8).

A forma como os acontecimentos são contextualizados na edição, seguidos de documentos que contrapõem os argumentos de Itaipu, como o parecer de Edgar de Assis Carvalho contra o laudo de Horst (Figura 30), e a carta enviada à Funai pela comunidade Avá-Guarani – requerendo imediata destinação de nova área com igual “dimensão e qualidade” da que ocupavam, indicam os indígenas como protagonistas de suas lutas, com apoio de órgãos que consideravam a diversidade cultural do Oeste do Paraná.

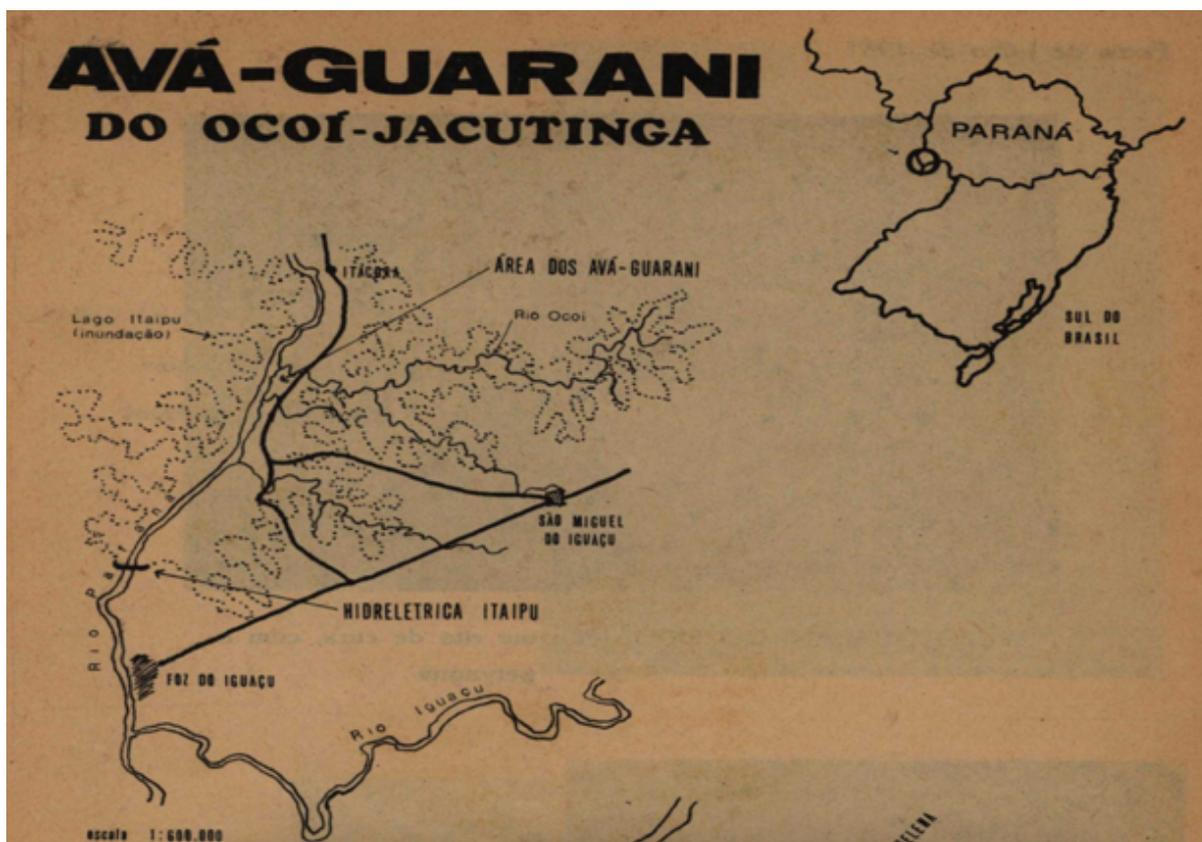


Figura 30 – Mapa localizando Ocoy-Jacutinga
Fonte: Boletim “Luta Indígena”

Em agosto de 1982, na edição nº 17, há a divulgação de imagens da partida de Ocoy-Jacutinga em maio do corrente ano (Figura 31), seguido de matéria intitulada “Ocoí: solução que envergonha o país, ameaça os Guarani e favorece transnacionais”, destacando versões distintas entre a comunidade e a Itaipu:

Com mentiras e pressões os Guarani aceitaram a titulação individual prepara pelo INCRA (4 ha para cada uma das 5 famílias que a Funai reconheceu como índios.), pensando estar aceitando as propostas de indenização das benfeitorias e cultivos. Quanto à terra, os Guarani recusaram a proposta de 121 hectares levadas por Itaipu. A Binacional elevou a proposta para 200 hectares, que segundo ela e a Funai, os Guarani aceitaram. A versão indígena é bem distinta o que levou os Guarani a dirigir outra carta a Itaipu desmentindo os jornais e exigindo nova reunião, desta vez na aldeia. (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 18).



Figura 31 – Partida de Ocoy-Jacutinga
Fonte: Boletim “Luta Indígena”

O texto, diferente dos apresentados nos outros periódicos, segue indicando os Avá-Guarani como protagonistas nas tomadas de decisões.

[...] Os Guarani discutiram entre si achando que 252 hectares é muito pouco em relação ao que eles possuíam, 1500 hectares. A Itaipu argumentou que eles de fato só ocupavam 28 hectares e que a Itaipu já estava sendo muito generosa em dar para eles uma terra maior. Depois de muita pressão os Guarani acabaram cedendo e aceitando os 253 hectares, ficando então acertado que os títulos individuais serão anulados por processo administrativo, sendo a nova terra registrada em nome de toda a comunidade. (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 20).

A edição segue dando destaque para os “indicadores de indianidade”, adotados para sustentação do laudo de Horst (Anexo I), afirmando ainda que “não se deve imaginar que isso é uma brincadeira (de mau gosto, no caso). Isso é fato real, no qual se tem nomes, data, local e papel assinado! Mais ainda: trata-se de política indigenista oficial brasileira” (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 28). Nessa direção, repudia a postura do Estado brasileiro, que pretendia invalidar diferentes povos com teste rápido, avaliando através de 15 itens (Figura 32).

O que é mais importante no fato é a comprovação de que realmente o órgão oficial de assistência aos Povos Indígenas do Brasil está pondo em operação “indicadores” para definir quem é ou não é índio. Isso significa que a política indigenista oficial brasileira se já não era, tornou-se explicitamente racista, quando pretende ser válido e correto que seus funcionários, pessoas pertencentes a um povo e uma cultura portanto, definam critérios e os apliquem para dizer quem pertence ou não pertence a outro povo (ou povos). Em outras palavras: o Governo brasileiro está se arvorando a capacidade de definir quem pertence ou não às Nações Xavante, Kaingang, Guarani, Tingui, Xocó, Terena, Xacriabá, etc... (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 35).



Figura 32 – Indicadores de “indianidade”
Fonte: Boletim “Luta Indígena”

A charge apresenta justamente o servidor da Funai colocando em prática a então política indigenista citada pelo periódico, com objetivo de desqualificar os povos originários, sem considerar seu percurso histórico. Na edição nº 18, datada de dezembro de 1982, há denúncia dos diferentes recursos empregados pela Itaipu com famílias indígenas e com animais. Segundo o informado,

Enquanto cada família indígena vai receber em média 20,09 hectares, Itaipu vai dar a cada bicho (60% deles são cobras), no mínimo 7,17 hectares. [...] Isso quer dizer que a quantia de terra que uma família indígena (7 pessoas por exemplo) vai poder ocupar: - respeitando mato, fazendo roça, construindo casa, deixando outros espaços - é a mesma quantia de terra que vai ser entregue à ocupação p/3 bichos (três ratos, por exemplo). (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 5).

A reportagem trata da “Operação Mymba-Juera”, divulgada em diversos meios de comunicação, que tinha por objetivo resgatar bichos da área alagada para formação do lago da Usina, com um grande esquema que contava com viaturas de navegação e helicóptero (Figura 33 e Figura 34). Depois de provocar destruição no meio ambiente, Itaipu surge como ecológica e com postura de preocupação com os animais. No entanto, seguiu dando pouca, ou praticamente nenhuma, importância aos povos originários – desde que não houvesse repercussão em grandes mídias de suas reivindicações.



Figura 33 – Operação “Mymba Kuera”
Fonte: Acervo da Usina Hidrelétrica de Itaipu

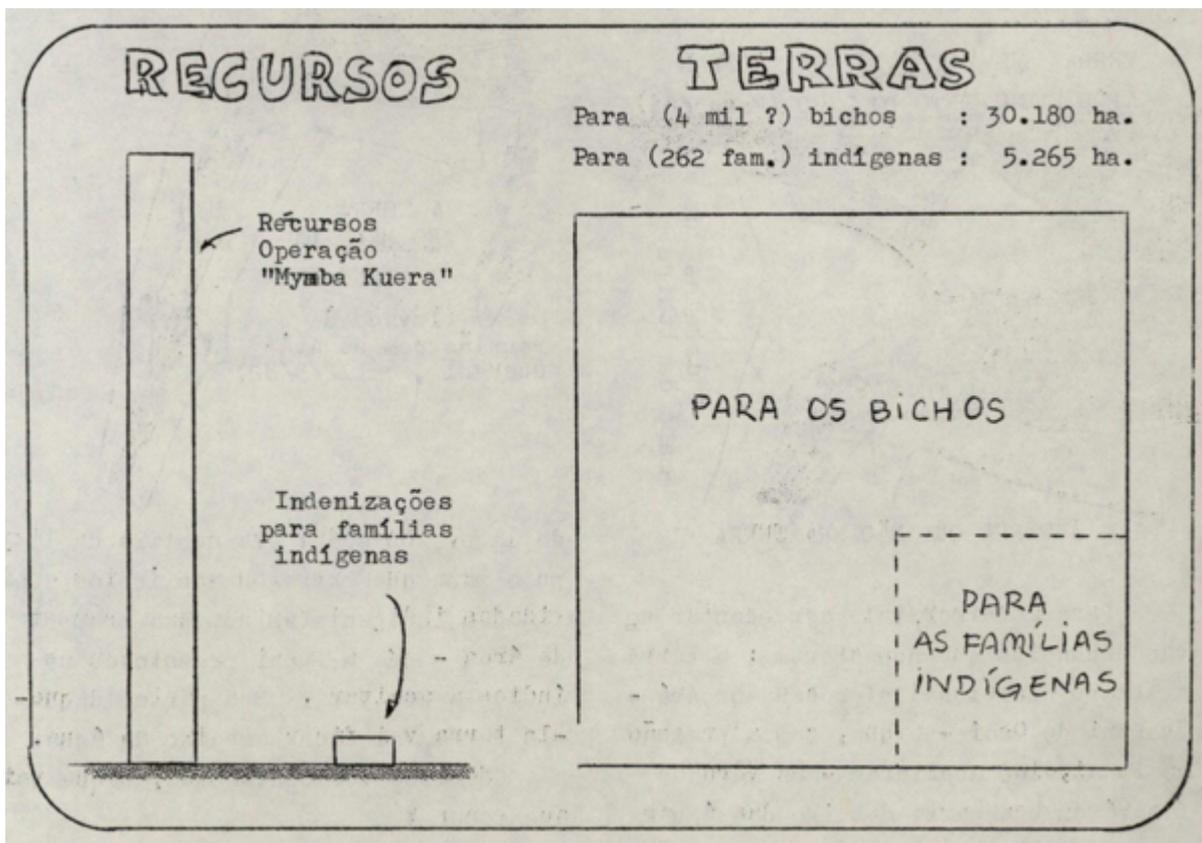


Figura 34 – Recursos operação “Mymba Kuera” e indenizações para famílias indígenas
 Fonte: Boletim “Luta Indígena”

Nesse sentido, afirmam na reportagem que a “Itaipu está condenando os povos indígenas à morte, tirando-lhes os meios necessários e indispensáveis à sua sobrevivência. Isso tem um nome, internacionalmente conhecido: GENOCÍDIO! Quem pagará por ele?” (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 6). O material da edição é finalizado com a informação de que a terra aceita pelos Avá-Guarani seria atingida pelo lago, diminuindo o território da comunidade. Tratando-se, portanto, de uma inverdade prometida aos indígenas.

Para encerrar, vale acrescentar novas denúncias que nos chegam: a terra que a Itaipu Binacional ofereceu aos Avá-Guarani do Ocoí - e que, com a pressão da Funai, eles aceitaram - na verdade ficará em boa parte debaixo das águas do lago. Ou seja: era mentira da Itaipu o mapa que entregou aos índios e entidades indigenistas com uma proposta de área - que a Funai pressionou os índios a aceitar. Boa parte daquela terra vai ficar embaixo da água. Se isso for confirmado, o que vai acontecer? (LUTA INDÍGENA, 1982, p. 6).

Na edição nº 19, de junho de 1983, por meio da matéria “Ocoí: a aldeia que impõe medo em Itaipu e irrita a Funai”, há uma breve contextualização de como se deu a aproximação do Cimi junto aos Avá-Guarani e o território ocupado (Figura 35), que após serem realocados convidaram três religiosas para que fossem morar na aldeia. No entanto, a Funai e a Itaipu pressionaram para que saíssem, sendo a presença dessas mulheres ‘dispensáveis’ – mesmo estando lá a convite dos indígenas. Trata-se, portanto, de um boletim voltado a fazer denúncias constantes contra as violações dos direitos indígenas.

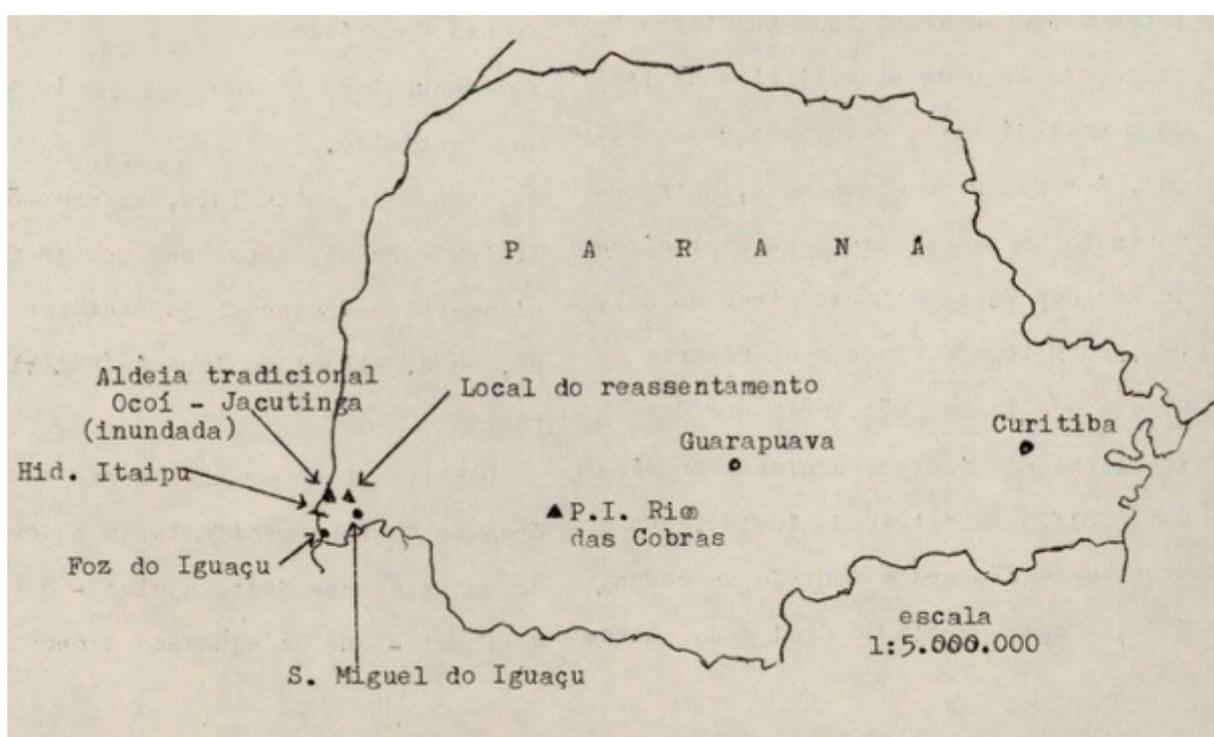


Figura 35 – Mapa do Paraná
Fonte: Boletim “Luta Indígena”

3.5. IMPRENSA INTERNACIONAL

Houve o envolvimento da pauta dos Avá-Guarani frente à grandiosa obra de Itaipu em nível internacional, assim que o local para construção foi definido. Em pesquisa ao Arquivo Nacional, documentos constam que houve uma solicitação da Funai ao Ministério da Justiça para pronunciamento sobre acusações contra o governo brasileiro, levantadas em comunicações transmitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de praticar ou tolerar o genocídio indígena. O

esclarecimento se deu por meio do Boletim nº 2⁶⁹, em 1970, "O problema do índio e a acusação de genocídio", expedido pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

A preocupação, apresentada inicialmente no relatório, é que a imprensa europeia estava divulgando o Brasil como um país de 'política odiosa' em relação aos indígenas. Após conceituações e apresentação dos órgãos de proteção existentes no Brasil, afirmam:

Aos índios a nossa legislação reconhece há muito o direito de viver conforme a sua tradição, o da posse da terra, e um terceiro, também muito importante para ele, que é o direito a uma aculturação progressiva, sem violências, garantindo-lhe a integração da comunidade nacional do modo menos doloroso possível. (ARQUIVO NACIONAL, 1970, p. 10).

No ano de expedição do documento, a Constituição Federal não reconhecia os direitos dos povos indígenas e, como apresentado no início deste trabalho, 'índio' era uma condição transitória, onde o objetivo era que deixassem de ser Avá-Guarani para serem brasileiros, por exemplo. Ou seja, mesmo sendo os povos originários, antes do Brasil ser o Brasil, precedendo a constituição do Estado, um documento oficial do Ministério da Justiça enfatiza a "aculturação" como inevitável, mesmo como necessária. Como conclusão do processo, respondem:

O objeto do presente processo é apurar se existe ou não uma política de genocídio sustentada ou empossada pelo Governo brasileiro.

A resposta é *não*. O Governo Federal mantém uma política de proteção ao silvícola brasileiro e procura defendê-lo, embora nem sempre o órgão especializado consiga desempenhar com eficiência essa missão.

Conflitos se repetem na chamada "frente pioneira", numa sucessão de ataques e represálias, entre brancos e índios, mas a ação do órgão de assistência aos silvícolas atua no sentido de evitar e resolver êsses conflitos, tutelando o interesse e os direitos do índio.

[...] Entretanto, julga o relator que não exorbita em propor a este Colegiado que, sem prejuízo de pronunciar-se desde logo sobre a improcedência da acusação, de todo injusta, contra o Governo Federal, determine uma investigação mais ampla, no sentido de apurar as violações dos direitos humanos, por parte de quem quer que seja, em relação aos índios, para isso designando uma comissão especial nos termos do Art. 4.º, inciso 3.º e letra a, da Lei n.º 4.319, de 1964, que criou o CDDPH.

⁶⁹ Código de Referência: BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.64, Arquivo Nacional.

Essa comissão coordenaria toda informação que, a respeito, existir nas áreas do Executivo e do Legislativo e fará sindicâncias sobre a marcha dos inquéritos abertos para apurar a responsabilidade penal dos autores de delitos contra índios. (ARQUIVO NACIONAL, 1970, p. 13-14, grifos do autor).

Ou seja, a resposta defende que o Estado brasileiro não sustenta uma política de genocídio durante o período da ditadura civil-militar. Cumpre dizer, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) estimou em 8350 o número de indígenas mortos em decorrência da ação direta de agentes governamentais ou de sua omissão, no entanto, o número deve ser maior segundo o Relatório da mesma CNV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando identificar as possíveis causas que levaram ao silenciamento dos Avá-Guarani da história do Oeste do Paraná, este trabalho buscou refletir, a partir da análise de reportagens, sobre a maneira pela qual os indígenas de Ocoy-Jacutinga foram representados na imprensa no período da construção de Itaipu. A pesquisa parte da contextualização da influência da comunicação de massas, por meio da educação informal, com discursos que foram se fixando também na educação formal. Para tanto, retomamos o percurso histórico dos povos originários e sua relação ao contexto, influências sociais, políticas e econômicas, exercidas no período da ditadura civil-militar, para melhor compreensão numa perspectiva histórica.

Na pesquisa, foram consultados jornais com diferentes linhas editoriais, que se caracterizam entre informativos e denunciantes, bem como documentos levantados por Comissões, que buscavam resgatar o que não havia sido registrado e vindo à público durante a ditadura, a fim de levantar elementos para indicar a motivação do vazio historiográfico acerca dos povos indígenas no Paraná – e como esse viés pode ter sido disseminado na educação.

No propósito de identificar a ação educativa exercida por materiais da imprensa, na primeira seção buscou-se contemplar as diferentes categorias de educação, sendo elas: formal, não-formal e informal, evidenciando constantes disputas da sociedade através da luta de classes. O aspecto de considerar a conexão entre as modalidades foi bastante significativo pois, apesar de óbvio, sua abrangência é pouco discutida, dado que se trata de um processo formativo sem aparente intencionalidade.

A imprensa e a realidade têm relação: distinguem-se e se complementam. Para tanto, recuperamos, ainda na primeira seção, a formação do processo comunicativo, que surge como mediação do trabalho, sendo acompanhado de formas simbólicas a partir da comunicação de massas. Nesse sentido, destacamos o uso de periódicos e imagens como fontes, sendo a utilização destes materiais, por muito tempo, atípica.

Diante do exposto, abordamos, na segunda seção, o percurso histórico dos povos Guarani, em que conflitos iniciam com a chegada de colonizadores europeus – e a história do Oeste do Paraná surge oficialmente na medida em que os territórios

são explorados. Para tanto, apresentamos os diferentes conceitos entre território e territorialidade, as articulações sociológicas dos Avá-Guarani, bem como se deu a expulsão de parte da comunidade, que ainda vivia em Ocoy-Jacutinga, para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Na terceira seção, foram analisados materiais jornalísticos divulgados por diferentes portais. Constatou-se como os acontecimentos eram expostos, narrados e como eram as representações indígenas por meio de imagens. Para tanto, as reportagens podem, inclusive, ser pensadas como territórios, na medida em que visibilizavam e invisibilizam o que estava alinhado com os interesses do capital, como as fronteiras impõem.

Cumprir dizer, a pesquisa foi realizada durante a pandemia de Covid-19, que por irresponsabilidade do governo, milhares de vidas foram perdidas, inclusive de Avá-Guarani. Houve dificuldade no acesso a fontes, pois instituições como bibliotecas e museus, ficaram fechados. Assim, materiais digitalizados foram priorizados. O objetivo inicial, de entrevistar indígenas apresentando os materiais encontrados em periódicos, foi alterado para evitar a propagação do vírus.

Nos limites dessa dissertação, foi possível identificar que o chamado “vazio demográfico” do Oeste do Paraná e a identidade regional, fortemente ligada a supostos desbravadores de sertões, são ideológicos. Além disso, o apagamento da presença Avá-Guarani foi construído na materialidade, através da violência moral, física e psicológica que avançou sob seu *modus vivendi*. Isso causou o silenciamento histórico deste povo, fundamentando-se, inclusive, na política indigenista do Brasil, que pretendia integrar os indígenas na sociedade como “brasileiros”. A maior expressão disso é a própria Itaipu.

Essa retomada nos auxilia na compreensão de que, apesar de termos tido avanços no que se refere à política indigenista, a invisibilidade e a violência colonial permanecem, dado que os povos indígenas seguem sem a devida indenização de danos causados pela Itaipu, e seguem descompreendidos pela sociedade, que os veem como atrasados, a ponto de se espantarem ao verem Avá-Guarani fazendo uso de celulares para se comunicarem, por exemplo.

Nesse sentido, a tentativa de aceitação de “indicadores de indianidade”, a exploração de erva-mate com mão de obra indígena em condições análogas à escravidão, a destruição de seus territórios, a associação de Avá-Guarani com os

paraguaios, não se dão por acaso, objetivam ainda hoje responder a tentativa de negação de direitos, como a demarcação de territórios. Tanto é que o atual cenário de desigualdade, de suicídios⁷⁰, não é um acidente do percurso, trata-se de um desdobramento da lógica do capital. Por isso, não adianta alimentar ilusões. O capitalismo revela a cada dia a sua face mais horrenda, aquela que só promove mais exploração, destruição da natureza e desigualdade.

Caberia a uma imprensa livre fazer os diferentes segmentos sociais serem de conhecimento público, no entanto, como faz parte da propagação da história, está sempre em disputa. Reflexo disso, enquanto estudante de escola pública, soube, de fato, da história dos Avá-Guarani no Oeste do Paraná, somente no ensino superior, não tendo sido abordado em nenhum outro momento anterior da minha formação.

Nessa direção, indicamos a importância de ágil tramitação do processo da Procuradoria Geral da República, que requer a condenação da União, do Estado do Paraná, da Funai, do Inbra e da Itaipu pelo desterro forçado da comunidade e as suas consequências, além da devida formação e aproximação de professores, professoras e profissionais da educação com os povos indígenas. Esperamos que tenhamos contribuído com este estudo, motivando novos debates teóricos no que se refere à historiografia e ao ensino de história local no Oeste. Que não haja mais como falar da história do Paraná sem citar seus povos originários.

⁷⁰ Há uma emergência social no que se refere à suicídios dos indígenas desterrados por Itaipu, que se dá por uma série de questões, como: falta de políticas públicas e falta de perspectiva de demarcação de terras. Atualmente, há portais de notícias que vinculam essa tão importante pauta, como é o caso de “Agência Pública”: <<https://apublica.org/2021/10/a-crise-dos-indigenas-ava-guarani-desterrados-por-itaipu/>>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, G.K. et alli (orgs). **Ava-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais**. Escola Superior do Ministério Público da União. Brasília-DF, 2019.

ALMEIDA, Rubem T. e MORAES, João Marçal Bode de. Laudo antropológico sobre a comunidade Guarani-Ñandeva do Ocoy/Jacutinga. Rio de Janeiro. Outubro, 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1981.

BONA, Gabriela Cristina Beltramin de. **Educação informal e anticomunismo**: a iconografia política durante a Era Vargas (1930 – 1945). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2020. 156 f.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 136 p.

BORGES, Paulo Humberto Porto. Memória e desterro: os territórios Guarani no oeste do Paraná no século XX. In: ROMPATTO, Maurílio (Org). **História do Paraná**: migrações, política e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado. Toledo: Editora Fasul, 2016.

BORGHETTI, Andrea. **Tekó, Tekoá, Nhanderecó e Oguatá**: territorialidade e deslocamento entre os Mbyá-Guarani. 2014. 143 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BR_DFANBSB_2M_0_0_0169_V_03_D0013DE0022. **Fundação Nacional do Índio, 1992**. Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_2M/0/0/0169_v_03/BR_DFANBSB_2M_0_0_0169_v_03_d0013de0022.pdf > Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0016_D0001DE0001. **Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio, 1988**. Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_AA3/0/DTI/DTR/0016/BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0016_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0063_D0001DE0001. **Denúncia de tortura praticada por PM de Mato Grosso contra os índios Rikbatas**. Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_AA3/0/DTI/DTR/0063/BR_DFANBSB_AA3_0_DTI_DTR_0063_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0008_D0001DE0001. **Boletim do Cimi, outubro de 1976**. Disponível em: <

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_AA3/0/MRL/0008/BR_DFANBSB_AA3_0_MRL_0008_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_H5_0_PMI_0053_D0001DE0001. **Assessoria de Segurança e Informações do Departamento Nacional de Produção Mineral, 1983.** Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_H5/0/PMI/0053/BR_DFANBSB_H5_0_PMI_0053_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81018915_D0001DE0001. **Célio Horst - Antecedentes, 1981.** Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/81018915/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81018915_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82025789_D0001DE0001. **Comunidade indígena "Avá-Guarani" localizada às margens do Rio Jacutinga - Foz do Iguaçu/PR, 1982.** Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/82025789/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_82025789_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_84004641_D0001DE0001. **Situação dos índios Avá-Guarani no Município de Foz do Iguaçu/PR, 1984.** Disponível em: <
http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/NNN/84004641/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_84004641_d0001de0001.pdf> Acesso em 20 de jul. de 2022.

BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_89008094_D0001DE0001. **Comunidade indígena Avá-Guarani / São Miguel do Iguaçu/PR, 1989.**

BR_PRAPPR_PB4_0_PT_624_D00001DE00001. **Expropriados pela Itaipu - Santa Helena/PR. Polícia Militar do Estado do Paraná, 1980.**

BR.AN.RIO.TT.0.MCP.AVU.64. **O problema do índio e a acusação de genocídio, 1970.**

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Estrangeiros na própria terra: Presença Guarani e Estados Nacionais**. Florianópolis/Chapecó: Ed. UFSC/Argos, 2010.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. (Org); OLIVEIRA, Osmarina de (Org). **Imagem e Memória dos Avá-Guarani Paranaenses**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2020.

BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. Editora Unisinos, 2010.

CABRAL, Ana Cristina Bochnia. **Os Guarani – O tempo das andanças acabou? Conflitos entre ficar e partir**. 2016. 200 p. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais – Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus Toledo, 2016.

CALEFFI, Paula . Educação autóctone nos séculos XVI ao XVIII ou Américo Vespúcio tinha razão? In: Maria Stephanou; Maria Helena Camara Bastos. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Porto Alegre: Vozes, 2004, v. Vol 1, p. 32-44.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CARVALHO, Maria Lúcia Brant. **Das terras dos índios a índios sem terra. O Estado e os Guarani do Oco'y: violência, silêncio e luta**. 2013. 835 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo/SP, 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. Os Guarani da Tríplice Fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina: Direitos às terras, à mobilidade espacial por entre as fronteiras e à cidadania. In: AMARAL, Wagner Roberto do; ICHIKAWA, Elisa Yoshie (orgs). **Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de terras indígenas no oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani**. Ponta Grossa/PR, 2019, p. 14-39.

CHMYZ, Igor. 1976. "Nota prévia sobre o sítio PR PG 1: Abrigo-sob-rocha Cambiju". **Revista de Estudos Brasileiros**. 1: 231-246.

CLASTRES, Hélène. **Terra Sem Mal: o profetismo Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 3. ed., 6ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2021. p. 111-153.

DIAS, Camila Loureiro; CAPIBERIBE, Artionka. **Os índios na Constituição**. São Paulo: Editora Ateliê, 2019.

Duarte, H., & Oliveira, E. A. de. (2020). As representações sociais dos indígenas no jornal O Progresso, no estado brasileiro de Mato Grosso do Sul. **Tellus**, (42), 11–35.

FAUSTINO, R. C. Educação e religião Guarani no Paraná: estudo a partir do ritual Nimongarai. **Práxis Educativa**, v. 7, p. 239-263, 11.

FAUSTINO, Rosângela Célia Faustino e MOTA, Lúcio Tadeu. Crianças indígenas: o papel dos jogos, das brincadeiras e da imitação na aprendizagem e no desenvolvimento. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 38, n. 4, p. 395-404, out./dez., 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1995.

GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GRAMSCI, A. **Os jornais e os operários**. 1916. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>> Acesso em 16 out. 2021.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HORST, Célio. **Relatório de viagem**. ITn 023/81- AGESP/Funai. 1981.

LADEIRA, Maria Inês (Org.). **Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós**. São Paulo: CTI, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOSS, Lucimara; SILVA, José Junio da; COSTA, Lourenço Resende da. **Faces do Paraná**: (i)migrações, cultura e identidades. [recurso digital]. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, n. 322, Brasília, Unb: 2002. p.251-290.

MARTÍN-BARBERO. Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação. cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.) **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil Meridional, séculos XVI e XVII. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

NETO, Olympio de Sá Sotto Maior. Graves violações de direitos humanos contra os povos indígenas. In: COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão da Verdade do Paraná** – Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban. São Paulo: TikBooks, 2017. v. 1.

NIMUENDAJÚ, Curt. Apontamentos sobre os Guarani. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. VIII, p. 13-57, 1954 (1908).

OLIVEIRA, Luciana de. Na aldeia, na mídia, na rua: reflexões sobre a resistência Kaiowá e Guarani em diálogo com o contexto de golpe político no Brasil e com o campo hegemônico da comunicação. In: **Mídia e cotidiano**, Niterói, RJ, v. 12, n. 1, p. 109-131, abr. 2018.

PACKER, Ian. **Violações de direitos humanos e territoriais dos Guarani no oeste do Paraná (1946-1988)**: subsídios para a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: CTI, out. 2013.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem Anos de Imprensa no Paraná**. Curitiba: Estante Paranista, 1976. 74 p.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. 2 ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

Rocha, Eliane Pereira. **Canal de Desvio**: Os Ava-Guarani e a Construção da Itaipu Binacional. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. v. 12 n. 2. p. 49-85, 2018.

ROSA, Marcelo Caetano de Cernev. Notas sobre a presença Guarani no Estado do Paraná: elementos de cosmologia e história. **Revista Mediações** (UEL), Londrina, v. 4, n.1, p. 33-46, 1999.

RÜDIGER, Francisco, 2011. **As teorias da comunicação**. Penso, Porto Alegre.
SANTOS, Raiane Clair Ramirez dos. **“MOSAICO ÉTNICO”**: Uma análise de discursos que constroem classificações para a população do Paraná (1953-2015). Dissertação (Mestrado em História) — Unioeste, Mal. Candido Rondon, 2017.

SANTOS, Thiago Arruda Ribeiro dos. **Antes que era bom, quando a água era boa e não precisava cultivar**: Uma etnografia sobre os Avá-Guarani da Reserva Indígena Tekoha Anhetete e o programa Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional. 2016. 267 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 176-179.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João .../et al./ (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Edusp, 1973.

SÉRVULO, Sued Salata. **Preenchendo os espaços vazios das abordagens didáticas**: A desconstrução da tese do vazio demográfico na história de Colorado/PR. 2020. 110 f. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

SILVA, Giovani José da; MEIRELES, Marinelma Costa. “Orgulho e preconceito no ensino de História no Brasil: reflexões sobre currículos, formação docente e livros didáticos”. **Revista Crítica Histórica**, 8(15), 7–30.

SNYDERS, George. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

SUSNIK, Branislava. **Los aborígenes del Paraguay**. Ethnohistoria de los Guaraníes: época colonial. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1979-1980.

TEAO, Kalna Mareto. **Território e identidade dos Guarani Mbya do Espírito Santo (1967 - 2006)**. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. UFF. 2015.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VAILLÕES, Silvana de Araújo. **Entre o traço, a palavra e o riso**: Henfil e a educação. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014. 150 f.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageros, menus e colonos**. História do oeste paranaense. Curitiba: Vicentina, 1982.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GLOSSÁRIO

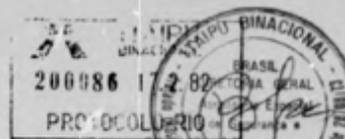
Avá	Nós, gente, homem, humano
Kaa'guy	Matas, florestas
Oguata Porã	Boa caminhada
Mymba Kuera	Fauna
Sarambi	Esparramo, confusão, bagunça
Teko	Representa as normas e costumes
Tekoha	Território, aldeia
Yvy Marãñey	Terra sem males

ANEXOS

ANEXO A - CARTA DOS AVÁ-GUARANI

→ Ao Coronel Paulo Moreira Leal
Presidente da FUNAI

Ao General Costa Cavalcanti
Presidente da Itaipu Binacional



Senhor Presidente,

a FUNAI e a ITAIPU fez proposta pra nossa gente de dar 20 hectares de terras em Santa Helena (PR) e mais 80 hectares da Faixa de Segurança da represa em troca das nossas terras que vão ficar abaixo da água.

Nós achamos que não ia dar pro Guarani aceitar isso porque como é que nossa comunidade vai poder viver nesses 20 ou nesses 100 hectares? Porque nós somos mais de 20 casal, e com muitas famílias.

E também não dava pra o Guarani aceitar porque nossa terra sempre foi desde o Jacutinga até o Rio Ocof; e vai da estrada de Foz para Santa Helena, no lado que o Sol levanta, até o Rio Paraná, no lado que o Sol se esconde. Então como é que o Guarani vai trocar tudo isso com os 20 ou com os 100 hectares da Itaipu?

Mas nós aceitamos de ir conhecer a terra que a FUNAI mandou dizer, pra ver se o Governo entendeu o que o Guarani está falando.

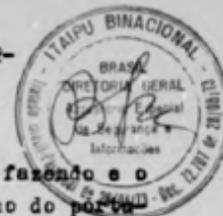
O Guarani está falando que ele quer o mato, porque o nosso Pai foi o primeiro que abriu essa terra, e ele deu o mato pro Guarani. E o Guarani não vive no limpo, ele gosta o mato onde tem os bichinhos, tem passarinho, e o nosso sistema é esse. O sistema do Guarani é viver onde que tem o mato.

Por isso nós quer o mato. Tem que arrumar o mato. E arrumar a família. E se depois não tem mais lugar?

Essa terra da Itaipu é boa para plantar, mas não dá para o Guarani, não tem mato, é pouca terra. Tem que procurar o mato. Não precisa ser tudo mato, mas ao menos um pouco de mato tem que ter, mas pode ter um pouco de limpo. Mas o mato não pode ser só um pedacinho, porque depois acaba a lenha, não tem bichinho. E precisa o mato pra fazer a casa. Como vai fazer a casa? De capim não dá. Vai fazer a casa de terra? De terra não dá. Precisa procurar o mato onde passa o rio pra ter o peixe.

Depois, pra achar outro lugar tem que ser logo também, porque o tempo da planta vem vindo, e já vai passar o tempo da planta. E tem que primeiro fazer um ranchinho, pra fazer depois a planta. E depois já faz uma casa melhor. E na terra da Itaipu vai morrer de frio, não tem lenha, não tem nada ali.

-2-



E o Guarani costuma fazer um NHEMBO'E, e tá fazendo e o português não gosta. Então não adianta ficar pertinho do português.

Essa terra do Itaipu o Guarani não quer. Tem que procurar o mato. FUNAI precisa vim falar com o Guarani prá entender o nosso sistema. Nós não queremos viver como o Karáí.

Nós viajamos muito longe, andamos bastante prá dizer pro Governo que nós não queremos sair do nosso lugar, porque aqui sempre viveram os nossos pais e os pais dos nossos pais, e nós nascemos e se criamos aqui. Mas como vai xixar vir essa água da Itaipu o Guarani tem que deixar essa terra. Então nós queremos um lugar prá viver com a nossa gente. Prá fazer nossas plantia há e seguir o nosso sistema. Mas não queremos ir longe do nosso lugar e dos parentes. Nós queremos umas terras aqui perto, e terra de mato. Tem o Parque do +guaçu, tem muitas fazendas aqui perto que tem mato, e até encostado no Parque.

Essa terra de Santa Helena nós não vamos querer, nem outra terras d e s s e jeito. Não gostamos terra sem mato, e não pode ser pequena.

O Guarani está com pressa, porque o tempo de fazer roça vem vindo, e a Itaipu está mandando sair no fim de Abril, e não queremos sair sem outro lugar.

+ Fernando Martins Farãwypoty

+ Balbino Benites

+ Odilon Benites Tupápoty

+ Inácio Floriano

José da Costa

Lucas Vilhalba

Antonio da Costa

Barra do Ocoí, Jacutinga, (Poz do +guaçu, PA)
05 de Fevereiro de 1982.

ANEXO B – QUADRO COMPARATIVO

CONFIDENCIAL

ANEXO "1"

QUADRO COMPARATIVO DA SITUAÇÃO DOS INDIOS
EM 1975/82 e 1988



1975/1982	1988
Localização - Antiga aldeia na Barra do Rio Jacutinga	Reserva do OCOÍ
À Margem do Rio Paraná	À Margem do Reservatório da ITAIPU
29,00 hectares de ocupação	251,15 hectares titulados à comunidade indígena
20 Km. da sede do Município	8 Km. da sede do Município
Acesso por estrada de terra 20 Km.	Acesso por asfalto e estrada de terra - 8 Km.
Topografia ondulada e acidentada	Topografia suavemente ondulada
Terras de Classe I, II, III e IV (inaptas) de aptidão agrícola	Terras de Classe I de Aptidão agrícola
8 hectares com mata nativa	150 hectares com mata nativa
Convívio mesclado de colonos mestiços e índios	Só grupo AVA-GUARANI
Sem supervisão da FUNAI	Com assistência sistemática da FUNAI através de funcionário disponível em tempo integral

CONFIDENCIAL

ANEXO C – RELATÓRIO FAMÍLIAS

CONFIDENCIAL
ANEXO "2"

FLUXO POPULACIONAL/FAMILIAR DA RESERVA AVA-GUIARANI



TITULAR DA FAMÍLIA	Nº DE INDÍOS P/FAMÍLIA	
	RELOCADOS EM 1982	RESIDENTES EM 1988
ABELARDO DA COSTA	3	-
CESÁRIO VENEÇA	3	-
FERNANDO MARTINES	5	-
GERONIMO WASS	7	-
GREGÓRIO VENEÇA	7	-
MÁXIMO VILJALVES	8	-
PAULO VENEÇA	8	-
TORVÍO PALÁCIO	4	-
TERÊNCIO CENTURIÃO	3	-
JOPGE VOGADO	2	-
LUCA VILELA	2	-
SANTIAGO CENTURIÃO	1	-
FELIPE ROMEIRO	1	-
JOÃO DOS SANTOS	1	-
FRANCISCA VILJALVES	1	-
CECÍLIO ORTIZ	3	2
ANTONIA ACOTA	3	4
ANGELO BENITES	4	5
CACERINO PEREIRA CENTURIÃO	3	5
INOCÊNCIO ACOTA	5	6
JOÃO CENTURIÃO	5	6
SILVINO WASS	1	4
JOSÉ ACOTA	4	5
PEDRO VERA ALVES	5	6
SEBASTIÃO VOGADO	5	6
ALEXIO VOGADO	1	2
ORLANDO CENTURIÃO	-	2
AGOSTINHO MARTINES	-	6
ADRIANO CHAMORHO	-	7
OSVALDO GONNALVES	-	6
TEODORO ALVES	-	2
SIMÃO VILJALVA DUARTE	-	2
FAUSTINO CENTURIÃO	-	2
GERONIMO ALVES	-	3
ALFREDO CENTURIÃO	-	4
VENANCIO ALVES	-	3
GERONIMO VOGADO	-	2
TEODORO CENTURIÃO	-	7
VICENTE VOGADO	-	6
ADÃO CORONEL	-	3
TEFEZINHO CENTURIÃO	-	2
EDGAR DOS SANTOS	-	3
JOPGE MARTINES	-	2
LUCIANO LOPES	-	6
SEVERINO PERES	-	4
DAMÁSIO MARTINES	-	1
EUSTÁQUIO CENTURIÃO	-	1
ALFREDINHO DOS SANTOS	-	1
VENTURA VOGADO	-	1
PAULO BENITES	-	2
NÚMERO DE INDÍOS	95	132

INDÍOS RELOCADOS EM 1982

POPULAÇÃO DA RESERVA EM 1988

SAIRAM DA RESERVA

FIXARAM-SE NA RESERVA

VIERAM PARA A RESERVA

57

CONFIDENCIAL

ANEXO D – DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS NA IMPRENSA

Os grandes problemas de uma obra descomunal!

Quem poderia hoje avaliar todas as consequências de uma obra gigantesca como a de Itaipu? Provavelmente ninguém. Alguns reflexos, entretanto, já começam a aparecer. As 450 famílias que hoje moram no interior do Parque Nacional do Iguaçu ficaram surpresas ao saberem que a área para onde serão transferidas a gleba Ocoí ficará sensivelmente menor com a formação da represa, e que em vez dos 30 alqueires em média anteriormente prometidos, terão apenas 17 alqueires cada, em média. Tudo começou quando o Governo federal, visando preservar o Parque Nacional do Iguaçu de um total destruição, baixou o decreto 69.412, em outubro de 1971, desapropriando todas as terras e benfeitorias situadas nas limites do Parque. Até essa data, 450 famílias exploravam livremente o local, onde inclusive funcionavam várias serrarias. Em troca, o governo prometeu a transferência gratuita das famílias e das respectivas benfeitorias para a gleba Ocoí, onde cada uma receberia em média 30 alqueires. Dos 12 mil e 500 hectares de Ocoí, entretanto nove mil serão inundados pela represa, de Itaipu deixando apenas três mil e 500 áreas menores em Ocoí do que no interior do Parque. Neste ano o INCRA já conseguiu transferir 74 famílias para aquela gleba onde estão ocupando mil e 500 hectares. Trata-se, porém em sua maioria de pessoas que dispunham de propriedades menores de 17 hectares e para as quais a transferência representa alta vantagem. Como ficarão os proprietários que hoje têm 400 800 e até mais de mil hectares dentro do Parque Nacional do Iguaçu? O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária já prevê delicados problemas em relação a esses proprietários que do ponto de vista dos seus interesses objetivos, não vêem motivo algum para transferir-se. Além disso, há outro problema a enfrentar: a desarticulação de duas cidades de vulto respeitável, São José e Santo Alberto, que os posseiros erigiram no coração do Parque Nacional do Iguaçu, desde que começaram a chegar ao local as primeiras levadas de posseiros, há 40 anos. O

PROBLEMA DO REASSENTAMENTO

Outra questão que ainda não está na ordem do dia mas que em curto prazo virá a tona é a do reassentamento das famílias transferidas em Ocoí. Pretende-se compensar o déficit de quantidade (de terras) com um aumento de qualidade (de infraestrutura). A idéia é criar boas condições de eletrificação, irrigação e me-

canização um melhor aproveitamento da terra por parte dos transferidos, que usariam em comum esses benefícios. E dentro desse espírito que se situam as 12 salas de aulas os cinco poços artesianos, e os 50 quilômetros de estradas internas, que o INCRA fará no local.

TOMATES E OVOS PARA ITAIPU

Em contrapartida ao oferecimento desses benefícios o INCRA pretende estimular a produção de hortigranjeiros, que teriam como grande mercado o canteiro de obras de Itaipu. Pensam os técnicos que os colonos não teriam concorrentes já que os próprios frangos e as verduras consumidas em Foz do Iguaçu, por exemplo vêm hoje de Curitiba e outras cidades. Surgem entretanto algumas questões: 1.º) — como será contornada a tendência inata dos pequenos proprietários voltarem-se para culturas de subsistência e/ou trabalharem como contratados em outras terras? 2.º) — De onde provirá o capital necessário para a implantação da infraestrutura, para a aquisição de insumos, para a mecanização etc? sem a solução desses problemas, entre outros, Ocoí corre o risco de repetir o destino da colonização inicialmente empreendida à beira da Transamazônica, hoje substituída pelos grandes projetos agropecuários de super-empresas.

TERRAS DO GOVERNO ESCASAS

Um dos motivos que levou o INCRA a reduzir os lotes das famílias que estão sendo transferidas do Parque Iguaçu para a gleba Ocoí, em vez de deslocar parte delas para outras terras, é a escassez de propriedades rurais de propriedades do Governo. Dizem os técnicos que "além de uma área de 90 mil hectares em Pique Sete Quedas no Mato Grosso, o Governo só dispõe de terras na Amazonia. "Esses 90 mil hectares já receberam centenas de famílias transferidas de áreas desapropriadas com a construção da represa de Passo Real, no Rio Grande do Sul, e deverão abrigar também parte dos futuros desapropriados da região de Itaipu. A Amazonia será a direção apontada as futuras famílias que tiverem que ceder suas terras ao Governo e quiserem receber a indenização em terras.

ANEXO E - RESTOS DE SÍTIOS INDÍGENAS EM ITAIPU

Arqueólogos encontram restos de sítios indígenas em Itaipu

A primeira expedição científica à região de Itaipu apresentou resultados alentadores: em menos de um mês de escavações, geralmente em áreas próximas às margens do rio Paraná, a equipe de arqueólogos comandada pelo professor Igor Chmyz, da Universidade Federal do Paraná, conseguiu descobrir os restos de 20 sítios indígenas. O importante achado, que possibilitará novos detalhes acerca da permanência, durante milênios, dos índios naquela região explorada a partir do século XV pelos espanhóis, ocorreu numa faixa de apenas 25 quilômetros, entre as cercanias de Foz do Iguaçu e o eixo da barragem.

Os arqueólogos recolheram material lítico (machados e outros objetos de pedra), de povos pré-cerâmicos, que habitaram a área há sete mil anos, e também de povos cerâmicos, mas recentes. No entanto, a datação em números exatos só será possível em análises através de carbono 14 e foi para esta finalidade que os pesquisadores coletaram carvão nos locais escavados. Os fragmentos de objetos de cerâmica e de pedra recolhidos, totalizam cerca de 400 quilos, que foram acomodados em caixas e pequenos recipiente de isopor para o transporte a Curitiba.

TRABALHO

Com todo esse material depositado no porão de sua residência, Igor Chmyz e sua equipe já começaram o trabalho cuidadoso de limpar os fragmentos para um estudo mais apurado. Nos próximos dias, o professor vai encaminhar à Binacional Itaipu um relatório contendo os resultados das primeiras escavações, feitas em cumprimento a convênio assinado entre a empresa e o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do qual é representante para assuntos arqueológicos no Paraná.

A estimativa sobre a data aproximada dos restos das culturas indígenas foi possível porque, segundo Chmyz, os vestígios encontrados tem características semelhantes a sítios arqueológicos já datados, de outras áreas do território paranaense. Na pesquisa ele foi acompanhado por Celso Perota, do Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (antigo Conselho Nacional de Pesquisas), e da Universidade Federal do Espírito Santo; duas estudantes de História da UFP, Eliana Romanowski e Elve Lamb, sua esposa Lygia e o filho, João Carlos Chmyz, que costumam acompanhar o assessor em trabalhos desse gênero.

Os vinte sítios arqueológicos encontrados na Área prioritária de Itaipu, onde existe maior movimentação para a construção da barragem, são apenas uma amostra do "potencial" da região. Igor Chmyz prevê que nos 800 quilômetros quadrados a serem inundados com o bloqueamento do rio Paraná, existam aproximadamente 600 locais onde valiosos vestígios indígenas se encontram soterrados, ou mesmo, expostos. A região foi densamente habitada por vários povos, principalmente da linhagem tupi-guarani, que há milhares de anos construíram suas habitações geralmente às margens do rio.

PEÇAS RUSTICAS

Entre o fardo material referente aos povos mais primitivos, do período pré-cerâmico, os arqueólogos trouxeram pedras cujo formato deixa evidente a utilização como instrumentos cortantes. Num dos 80 recipientes onde o material foi depositado, eles trouxeram várias pedras que segundo Chmyz eram peças de um rústico fogão.

Essas evidências da passagem, pela área, de povos milenares,

muitas vezes estavam à superfície do solo, nas matas, mas para um leigo as peças arqueológicas são dificilmente identificáveis, especialmente as de pedra. Por esta razão, os vestígios deixados pelos índios são removidos, com certa frequência, por agricultores que, desinformados, não imaginam o valor de objetos que lhes parecem comuns.

LAVRADORES

Porém, a equipe, que se instalou em acampamento próximo ao rio Paraná, necessitou de informações de lavradores locais sobre certas peças que eles julgassem estranhas em suas propriedades. A escavação mais profunda atingiu cerca de um metro e 80 centímetros. Todos os vestígios foram cuidadosamente retirados e suas características, a profundidade em que se encontravam e a composição do solo registradas em fichas.

O arqueólogo da Universidade Federal do Paraná comunicou, contudo, que ainda não houve tempo para completo inventário sobre o material. Certos detalhes sobre as peças "só se conseguem depois de completado o trabalho de limpeza", em que está empenhado atualmente.

BEM GUARDADO

De acordo com a cláusula do contrato firmado para o salvamento arqueológico, parte do acervo a ser encontrado na região deverá ser encaminhado a um museu que a Binacional Itaipu pretende construir, possivelmente em Foz do Iguaçu. Igor Chmyz afirmou que não tem programada uma nova expedição, e adiantou que esse tipo de trabalho é mais viável durante as temporadas climaticamente favoráveis (a época ideal é o inverno). A conclusão de todas as pesquisas está prevista para cerca de sete anos.

ANEXO F - RETRATO DE ITAIPU NA IMPRENSA

ITAIPU: SURGE UMA CIDADE ENTRE DOIS PAÍSES

Mibachapa nde coê (bom dia, jája já carê (vamos comer), misturado com "buenos dias" ou "vamos desajunar", juntamente com o tradicional "ola", "vamos ranger" e outros termos tão usados pelo nosso povo, é o que o visitante ou sono operário ouve em Itaipu, onde as raças se misturam em busca de um porvir melhor. Brasileiros e paraguaios misturam suas línguas, mas o ideal pelo trabalho é o mesmo. É uma cidade que nasce do mato das margens do rio Paraná, onde mais de 10 mil pessoas vivem o seu dia a dia tradicional e ordenado de trabalho.

Por outro lado, o serviço de fiscalização da higiene e segurança do trabalho, coordenado pelo engenheiro Arildo Ferreira de Paiva, que conta com a assistência administrativa de Paulo Alves Ferreira e os inspetores José Araújo da Silveira, José de Souza Machado, Orlando Silva, Mário Rodrigues, Ronaldo Nunes Lacerda, Jean A. Barros e Fernando Lopes e ainda como auxiliares, Julio Lopes, José Benitez, Virgilio Casco, Anesio Pereira e Carlos Veiga, juntamente com o grupo da UNICON, são os encarregados de zelar pela segurança de todos os que trabalham na construção da barragem.

Tudo e planejado antes de ser iniciado, como se a Itaipu Binacional surgisse como uma nova cidade. As margens do rio Paraná - que nasce em Curitiba e alcança seu maior volume de água na nossa região.

PREOCUPAÇÕES

As preocupações em torno da construção da barragem são iniciadas a partir da segurança dos operários, onde diversas viaturas, manobras de rádios e várias ambulâncias ficam percorrendo a área com a finalidade de proteger os moradores daquele local.

Antes de mais nada, a instalação da água potável, formada por uma caixa de água com capacidade para 400 mil litros, pertencente ao dique Bela Vista, até o transporte dos operários, foi a primeira preocupação constatada pelos que dirigem a construção da maior hidrelétrica do mundo.

Assim mesmo, o serviço de segurança do trabalho explica que dificilmente ocorre qualquer acidente, mesmo com uma população tão grande. Em todo caso, as preocupações para se evitar o problema são constantes e forma de imediato uma fortaleza humana no zelo pela vida dos seus funcionários.

Um serviço de segurança física é utilizado para se evitar qualquer problema. E ele colabora de forma eficiente pelo trabalho desenvolvido no controle de invasão ao local, onde estão armazenadas grandes quantidades de materiais, e que por si só representam a tecnologia dos dois países.

MELHORIAS

Além das inúmeras melhorias que vem sendo realizadas para oferecer todo o conforto aos moradores, que enfrentam o trabalho dia a dia, existe a construção do estaleiro, onde plataformas, a serem usadas brevemente e serviços de barcas fluviais, já foram instaladas. No "atracadouro", para a passagem de uma margem para outra em pequeno navio, com uma plataforma para carregar veículos dirigida pelo comandante Mário Aquino Quinóles, serve para este tipo de serviço. O seu nome, "Tata". O seu trabalho, a exemplo das demais frentes de serviço, veste e quatro horas por dia.

Um sistema de energia elétrica conduz uma nova vitalidade a todas as áreas da construção, e é servida pela usina de Acaray, pertencente ao rio do mesmo nome no Paraguai. Esta iluminação, informam os mecânicos integrantes da construção é para oferecer maior segurança ao desenvolvimento da obra.

Os 10 mil e 700 operários tem diariamente no local onde trabalham e moram, além dos serviços médicos hospitalares próprios para a grandeza de uma construção como esta, incluídos e desistios, além de um hospital para cobertura de emergência e aplicação imediata de primeiros socorros.

ALAGAMENTO

O alagamento na construção da Itaipu Binacional irá desde Guaira até o cumeiro das obras, onde será construída a barragem. Com isso os municípios de Guaira, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Medianeira, Matelândia, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, serão determinadas áreas de terras alagadas. Para isso o projeto da construção da barragem está aplicando as normas legais de cada país, porém com finalidades específicas de uma colaboração das mais precípuas, dada a importância do assunto, já que o alagamento só ocorrerá depois de 1985.

O trabalho de alagamento realmente virá com a barragem praticamente concluída, e com isso serão beneficiadas muitas áreas do Oeste do Paraná, haja visto a importância que a mesma terá para os moradores destes municípios.

ECOLOGIA

Os aspectos ecológicos, como diz um engenheiro a O PARANA, são de grande importância:

"Um aspecto importante diretamente relacionado com a construção de Itaipu é o que diz respeito à sua construção ecológica. Os estudos indicam que a criação de um parque, com medidas de proteção tomadas durante a construção e a operação da usina, poderá restringir os impactos negativos sobre o meio-ambiente. Poderão sim melhorar sensivelmente as condições ambientais nas áreas da construção, do reservatório e circunvizinhança. As finalidades desse parque estão na proteção e manutenção da fauna e flora locais; preservar as características físicas e a beleza natural da região; disciplinar o aproveitamento dos recursos naturais; enfatizar a qualidade do meio-ambiente; preservar os traços e as tradições culturais, históricas e pré-históricas e dar demonstrações de amizade e cooperação internacionais em um campo relativamente novo como o da ecologia e proteção ambiental".

Mais adiante ele salienta que "durante a construção, todas as atividades, trabalhos e instalações provisórias serão mantidos sob controle para restringir a interferência e os efeitos negativos sobre o meio-ambiente. O estabe-

lecimento de novos centros populacionais será planejado de modo a que as condições socio-econômicas locais possam beneficiar-se das novas atividades, melhorando as condições de vida. Será dada atenção especial às medidas de higiene e saneamento, quer durante a construção quer durante as operações do reservatório".

Finaliza este técnico afirmando que "é importante notar que antes do enchimento do reservatório cerca de 20 mil pessoas terão que ser deslocadas em outras áreas fora do reservatório. Além disso a população temporária da área poderá elevar-se a 80 mil pessoas, o que trará sérios problemas de abastecimento, saneamento, ordem pública, e outros que deverão merecer atenção especial da entidade executora das obras, das autoridades de ambos os países e das próprias empresas contratadas para serviços e obras".

DESAPROPRIAÇÕES

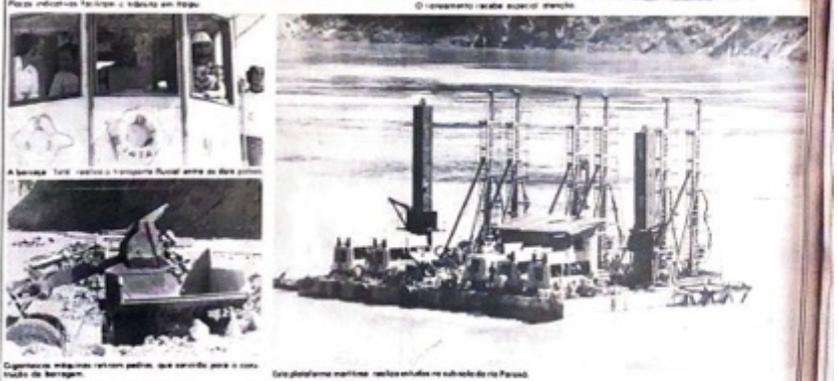
Baseados numa propaganda feita anteriormente, a Itaipu Binacional tem alertado aos proprietários das áreas alagadas - através de um fornecimento de subsídios capazes de solucionar os problemas que podem advir com uma obra como esta. Diz o esclarecimento da empresa binacional que "vies e muitos outros iguais a eles, agricultores da região ribeirinha do rio Paraná, entre Guaira e Foz do

Reportagem e fotos: Filiberto Miguel

Iguaçu, receberão a justa indenização pelas terras que serão futuramente alagadas e por todas as benfeitorias existentes. Até Itaipu necessitar das glebas, os proprietários construirão nas terras, cultivando suas lavouras, produzindo para o interesse do País, mesmo após terem recebido as suas indenizações. Itaipu adotou esta filosofia pioneira que inclui o contato direto, sem intermediário de nenhuma espécie, com cada proprietário da região. Tanto proprietários rurais como urbanos. Orientará ainda, na legalização de títulos de propriedade, para que tenha a máxima tranquilidade e em sua tarefa de continuar produzindo, e com a cessão das suas terras, contribuir para a continuação da maior hidrelétrica do mundo".

A respeito do assunto somente o departamento jurídico da Itaipu Binacional está credenciado para orientar esta gente, que às vezes através de pessoas mal intencionadas prejudicam o trabalho desta construção que fornecerá energia suficiente para o desenvolvimento não só do Oeste do Paraná, mas de todo o Brasil e Paraguai).

A sua construção amplia muito o grau de desenvolvimento em que se encontra a região das duas margens, realizando uma obra capaz de assustar as grandes potências mundiais.



ANEXO G - INTERESSES ECONÔMICOS ACIMA DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

11

Foz do Iguçu,
de 03 a 10 de Dezembro de 1980
Nosso tempo

PRESERVAR OU DEPREDAR O PARQUE NACIONAL?

Existem no Brasil 18 Parques Nacionais, dois deles no Paraná - o Iguçu e o Guaira. Este último, além de estar invadido por uma guarnição militar, será inteiramente sepultado pelas águas da represa de Itaipu em fins de 1982.

O Parque Nacional do Iguçu é, por enquanto, a única reserva ecológica do Paraná realmente garantida, porque outras áreas ainda não devastadas dificilmente serão preservadas.

Mas o próprio Parque do Iguçu tem sofrido investidas e não faltam tentativas de violentá-lo a pretexto de vários, sempre escusos, porque não visam a outros objetivos que não os econômicos.

Com uma superfície de 154.500 hectares (com perspectivas de ser elevado para 156.000), o Parque Nacional do Iguçu é o terceiro instituto no Brasil, através do Decreto nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, pelo então presidente Getúlio Vargas.

Os primeiros dados sobre a presença humana no Parque estão ligados à participação religiosa jesuítica na catequese guarani e à exploração de ervas ou mate. No século dezto registraram-se fatos de ocupação escravagista e sangrenta da área, enquanto o povoamento deu-se na época da República (1888), caracterizando-se pela exploração da madeira. Mais recentemente, uma parte havia sido invadida por posseiros na área de Santo Alberto, indenizados e afastados inteiramente há poucos anos. Ao que se sabe, teriam sido estes posseiros os únicos a utilizarem a área do Parque para a agricultura.

A idéia de criar este Parque é atribuída a André Rebouças, inspirado na criação do primeiro parque nacional nos Estados Unidos (1872), contrariando assim os que atribuem a Santos Dumont a primeira proposta de criação.

Os objetivos dos parques

nacionais são a preservação e conservação, para fins científicos, educacionais, estéticos ou recreativos do patrimônio cultural e natural da Nação.

A utilização do Parque Nacional do Iguçu dentro desses objetivos parece questionável. O máximo que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal está conseguindo é a preservação pura e simples, sem um aproveitamento científico, educativo, estético ou recreativo.

A alguns problemas para o Parque surgem com sua delimitação e criação. Havia a proposta de fazê-lo estender-se até a linha que hoje se constitui a BR 277.

Isso não aconteceu e a demarcação obedeceu o traçado da estrada velha que ia a Guarapuava, o que reduziu a área e criou problemas de poluição principalmente dos rios que nascem fora da área do Parque e correm dentro dele depois de receberem todo o tipo de detritos. O único riacho que se conserva puro é o Floriano, que corre inteiramente dentro do Parque, contrastando fortemente com outros - como o Gonçalves Dias, Benjamin e Silva Jardim, que têm seu nascedouro nas áreas povoadas das proximidades.

"QUEREM DESTRUIR AS CATARATAS"

A região do Parque Nacional do Iguçu é significativamente privilegiada, não só pelas belezas naturais como pela riqueza do solo, da flora e fauna. Para a criação de um Parque o Governo tem critérios, e estes são avaliados em função do que realmente existe a preservar na região vi-



Adilson Simão: O Parque Nacional do Iguçu não é da Prefeitura.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU



sada. A motivação maior que levou à instituição do Parque partiu da existência das Cataratas.

O problema que se coloca é o de combinar a preservação com a utilização. A conciliação dos dois aspectos parece ser crítica, seja por falta de recursos ou de conhecimentos.

Existem os que pregam uma alteração mais profunda na infraestrutura da via de acesso e da área próxima às Cataratas, e existem os que condenam tudo o que não o que já foi instalado no local.

O Brasil é signatário de um tratado internacional realizado em Genebra no fim do século passado que regulamente os parques nacionais. Com base nesse tratado, por exemplo, a Argentina protestou diante da construção do Hotel das Cataratas, do elevador no lado brasileiro. Essas duas construções são as maiores violências já cometidas pelo Brasil no Parque Nacional do Iguçu. As outras (passarelas, lanchonetes, etc.) são, talvez, violências perdíveis porque, afinal de contas, são importantes para o conforto do turista.

Para Adilson Simão não é justificável a existência do elevador, porque, além de estragar a paisagem pela feição desengonçada daquela torre, é um elemento completamente estranho e feio. Além disso, a tendência do elevador é se constituir num eterno problema, porque o visitante passará a exigir um serviço sempre mais confortável, levando a ampliações, moder-

nizações que acabarão modificando mais e mais o ambiente natural. "O Parque e as Cataratas - Diz Simão - constituem uma atração pelo que se preservou da natureza, não pelo que os homens instalaram no local".

Recentemente, participantes de um Seminário de Turismo em Foz do Iguçu propuseram a administração e exploração econômica das Cataratas pela Prefeitura Municipal. "Esqueceram-se de que, antes de tudo, o Parque não faz parte do território do Município, pois ele é patrimônio da União, administrado pelo IBDF, órgão do Ministério da Agricultura", protesta Simão.

Adilson Simão considera também absurda a proposta para que a CODEFI ou diretamente a Prefeitura administrassem o turismo nas Cataratas, e mais absurda ainda a tentativa de criar um Parque Municipal que abrangeria a área à esquerda da estrada de acesso. "Seria um programa perfeito para a exploração econômica e perfeito do ponto de vista da devastação", diz Adilson, que temeria mais que tudo a invasão de empresas no local com objetivos espúrios de exploração do turismo, instalando comércio, hotéis, parques recreativos... A Disney-World seria a mais ávida para ver um caminho aberto para instalar um monumental parque de diversões no local, e "isso é inaceitável", acrescenta Simão.

Queixa-se o administrador que a municipalidade de Foz do Iguçu jamais contribuiu com alguma coisa no Parque e, mesmo que houvesse razões para ceder a ela uma oportunidade de aproveitar o local, os demais municípios adjacentes ao Parque poderiam, com razão, pleitear os mesmos direitos.

A Prefeitura pode, etativamente, disputar a concessão de serviços existentes nas Cataratas quando o IBDF promover licitações através de concorrências públicas. Embora podendo participar de concorrências, a Prefeitura nunca o fez. No próximo ano, praticamente todos os serviços entrarão em nova licitação para contratos de concessão por 3 anos. É, pois, uma oportunidade e uma forma viável de a Prefeitura tirar um pouco do proveito que pretende das Cataratas.

Adilson faz outro reparo que diz respeito às sugestões de instalar iluminação elétrica nas Cataratas para sua visitação à noite. É possível que haja fórmulas para uma melhor utilização daquele ponto turístico e que o IBDF precise de sugestões, mas, seguramente, não é esse tipo de idéias que farão nascer soluções para os problemas de melhoramento da paisagem e dos serviços para o visitante ou para a efetivação dos objetivos a que se destina um parque como o Iguçu.

Discos

Cassetes

Aguilhas

cristais

Caixas acústicas



a discolandia

Av. Brasil, Box 4 - Fone 73-4732 Foz do Iguçu - PR



Técnica em televisão a cores e video-cassete;
Conversão de sistemas NTSC e PAL M. N.

VIDEOTEC—ELETRÔNICA LTDA.

Rua Edmundo de Barros - Galeria Flávia
Sala 3 - Fone 74-3553 FOZ DO IGUAÇU — PR

**LEIA
E PRESTIGIE
O SEU
JORNAL**



ANEXO H – SITUAÇÃO DE DESAPROPRIADOS POR ITAIPU

Índios, posseiros, bóias-frias: a luta contra a morte

A consciência coletiva do Oeste paranaense tem sido assolada nos últimos anos, com intensidade jamais verificada, pela situação dos agricultores em terra. Eles já vagavam aos milhares pelo Paraná depois da erradicação dos cafezais do Norte: uma cultura que emprega vastos contingentes de mão-de-obra sofre estagnação sem que providencie mecanismos de sobrevivência para os trabalhadores rurais que desemprega.

Assim, os trabalhadores volantes, os bóias-frias, passaram a se instalar nas periferias das cidades à espera de trabalho eventual em granjas e fazendas. Mas até Itaipu não se manifestava grande apoio a essa nova classe de homens do campo. Afinal, o título "trabalhador volante" implica trabalho. E a "bóia-fria" é sempre preferível a nenhuma comida.

Com Itaipu, ocorre a desapropriação de algumas das terras mais férteis do País, cultivadas por alguns dos agricultores mais tecnicamente organizados oriundos do Sul. A situação dos bóias-frias se aguizava e uma grave questão surgiu como o deslocamento dos índios avás-guarani para São Miguel do Iguçu, em condições preocupantes. Cada um desses problemas cresceu com a própria crise nacional. A vitória do PMDB na região contribuiu ao mesmo tempo para intensificar a denúncia sobre a situação e levar alguns setores a exigir soluções o tipo municipal para os problemas que se apresentaram.

Outras duas situações traumáticas ocorreriam já nos primeiros seis meses de governos municipais de oposição: centenas de indigentes foram despejados nos arredores de Cascavel,

transportados desde o interior através de ônibus, caminhões, e kombis. E os posseiros da Fazenda Três Pinheiros, expulsos de Matelândia, depois de um frustrado acampamento diante do Incra, em Cascavel, decidiram ocupar uma área às margens da BR-277, envolta em uma delicada demanda judicial.

A preocupação da Prefeitura de Cascavel com a situação dos posseiros aumentou quando passaram a circular boatos segundo os quais posseiros de outras regiões, tendo erroneamente recebido informações de que a administração participativa do PMDB havia solucionado o problema do reassentamento dos colonos medianeirenses, procuravam organizar caravanas para alcançar o "paraíso" cascavelense - o único Município do Brasil a fazer o que o Incra não faz.

Fontes próximas à Prefeitura de Cascavel disseram que o Município não pode fazer pelos sem terra que acabam de chegar o que não consegue ainda fazer por milhares de famílias que se concentram nas cercanias de Cascavel, vítimas do êxodo rural.

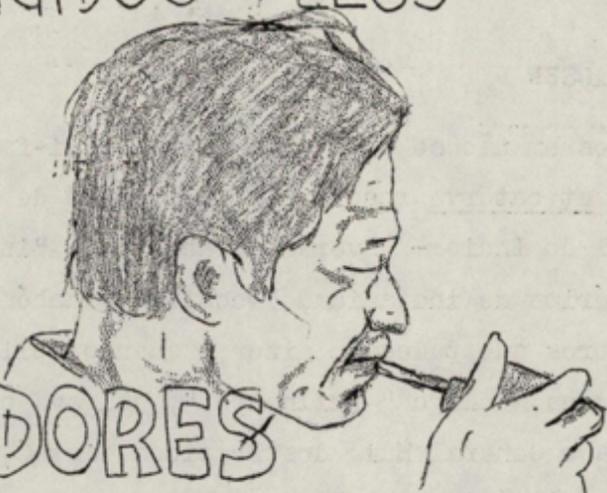
A situação é complexa. Considerados "criminosos", posseiros, índios, bóias-frias e suas famílias respondem pela massa da migração interna. "O lavrador. O posseiro, o peão, o índio, estão tentando sobreviver, estão enfrentando a morte", disse o bispo de São Feliz do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga. Enquanto isso, continua valendo para os oprimidos sem terra do Brasil a regra citada por Manuel Scorza no livro "Bom Dia para os Defuntos":

— Uma cerca é uma cerca. Uma cerca significa um dono.

(Alceu Sperança)

ANEXO I – INDICADORES DE INDIANIDADE

OS AVÁ-GUARANI
ATINGIDOS PELOS



INDICADORES
DE INDIANIDADE

PARA IDENTIFICAR UM ÍNDIO

A receita é simples:

01. "Conscientiza-se" o sujeito de sua " condição de indígena ou não indígena" e das condições de "re_nunciar sua identidade étnica " .
02. Aplica-se ao indivíduo um simples teste de 15 í- tens atribuindo-se pontos às respostas segundo a tabela:
 - " 0 = nenhuma característica
 - 5 = algumas características
 - 10 = todas as características"
03. Somam-se os pontos obtidos pelo " candidato a ín- dio" ou a " não-índio" e a classificação é automá tica segundo a tabela:
 - " 0 - 75 Pontos = Não Índio
 - 76 -150 Pontos = Índio "